

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO:
DOS MUNICÍPIOS-GÊNESE À PRESENTE CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL**

EDUARDO PESSOA DE QUEIROZ

Orientadora: Marília Steinberger

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**BRASÍLIA
junho de 2007**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO:
DOS MUNICÍPIOS-GÊNESE À PRESENTE CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL**

EDUARDO PESSOA DE QUEIROZ

Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do Grau de Mestre em Geografia, área de concentração Gestão Ambiental e Territorial.

Aprovado por:

Professora Dra. Marília Steinberger, Professora do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília
(Orientadora)

Professor Dr. Neio Lúcio de Oliveira Campos, Professor do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília
(Examinador Interno)

Professor Dr. Benny Schasberg - Ministério das Cidades
(Examinador Externo)

Brasília, 29 de junho de 2007

FICHA CATALOGRÁFICA

910

Q3 Queiroz, Eduardo Pessoa de.

A formação histórica da região do Distrito Federal e entorno : dos municípios-gênese à presente configuração territorial / Eduardo Pessoa de Queiroz. -- Brasília : Instituto de Ciências Humanas: Departamento de Geografia: UnB, 2007.

135 p. : il. color. ; 21 x 29 cm.

Dissertação de mestrado do autor (mestrado – Universidade de Brasília).

1.Geografia. 2.Formação histórica. 3.Região do Distrito Federal e Entorno. 4. Configuração territorial. I. Título. II. Título: dos municípios-gênese à presente configuração territorial.

CDD 910

CDU 91

AGRADECIMENTOS E DEDICATÓRIAS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela força, pela luz, paciência, perseverança e fé que ele tem me concedido em todas as etapas da vida, seja no Mestrado, seja no serviço ou em casa.

Aos meus pais, Antonio Pessoa de Queiroz e Almira Antonia Isidoro de Queiroz, que, mesmo não tendo a dimensão da contribuição que eles deram para a conclusão dessa pesquisa, foram decisivos para tal, sendo ambos prestativos, encorajadores, duros (nas horas certas), amáveis (nos momentos difíceis de dúvida e sofrimento) e companheiros em todos os momentos. Essa dissertação é dedicada a vocês e à nossa família. É uma conquista nossa.

Aos meus avós, todos falecidos, porém vivos na memória de toda a família.

Agradeço à professora Marília Steinberger que durante os últimos quatro anos tem me ensinado muito mais do que geografia, economia e geopolítica. Essa dissertação é uma prova disso. Paciência com as minhas limitações talvez tenha sido sua grande virtude nesse trabalho, além da disposição em compartilhar o conhecimento que se revela na discussão a seguir. Muito Obrigado!

Aos grandes mestres que tive durante a graduação e o mestrado na Universidade de Brasília. Em especial, agradeço pelos valores e discussões acrescidos à minha formação acadêmica e profissional ao professor Neio Campos, à professora Claudia Andreoli, ao professor Rafael Sanzio, professora Lúcia Cony, professor José Novais, professor Antonio Carpintero e outros.

Aos amigos! Os de hoje, os de ontem e os de sempre! Aos amigos da ANTAQ, da graduação, do mestrado, simplesmente da UnB, amigos dos colégios onde trabalhei, ex-alunos, entre outros. Agradecimentos especiais para o André, Everton, Idalécio, Anderson, Waldeque, Lelton, Sheila, Werner, Victor, Mariângela, Raquel, Batata (vulgarmente conhecida como Flávia), a galera do Triplo 20, Sabrina, Alexandre Tofeti, entre outros. Todos foram importantes em algum momento da minha vida. Esses bons

amigos sempre contribuíram com força, com conselhos, com palavras de incentivo e com o precioso tempo deles.

Um agradecimento muito especial ao Bob Sheldon (vulgo Werner) pelos excelentes mapas que ajudam a explicar parte desse trabalho.

À Sociedade brasileira que, diretamente, contribuiu para a minha inserção na universidade. “O melhor do Brasil é o brasileiro” - Luís Câmara Cascudo

À Elaine Mesquita Lucas por tudo que ela fez para que esse trabalho ficasse pronto. Obrigado pela paciência, carinho, amor, dedicação incondicional e conselhos. Esse trabalho é dedicado a você. Eu te amo.

RESUMO

Brasília foi construída em um verdadeiro vazio. Essa afirmativa é típica de quem desconhece a história da região do Planalto Central, onde a Capital da República foi construída em meados do século XX. Baixos índices demográficos não significam, necessariamente, um vazio demográfico ou histórico. A reconstituição da história dessa região, em tempos que antecederam a implantação de Brasília, atesta isso. Realizar uma análise a partir dessa reconstituição é um dos objetivos desta pesquisa, que buscou relacionar o passado anterior à construção Nova Capital e à atual configuração territorial da região do Distrito Federal e Entorno - RIDE. Acreditamos que conhecer os vários momentos do processo de ocupação regional é fundamental para entender que o surgimento de Brasília é apenas uma etapa do processo ocorrido no Planalto Central, iniciado com a prática da mineração do ouro no século XVIII. Esse foi o período de surgimento das localidades de Meia Ponte, Santa Luzia e o Arraial de Couros. Essas localidades foram os núcleos primitivos dos municípios de Pirenópolis, Luziânia e Formosa, respectivamente, e deram origem a outros municípios do estado de Goiás, dos quais, alguns, compõem a atual RIDE. Essas três localidades passaram por todas as etapas de ocupação do território regional e tiveram grande importância na formação da região.

ABSTRACT

Brasilia was constructed in a true emptiness. This affirmation is typical of who is unaware of the history of the region of Central Plateaus, where the Capital of the Republic was constructed in middle of century XX. Low demographic indices do not mean, necessarily, a demographic or historical emptiness. The reconstitution of the history of this region, in times that had preceded the implantation of Brasilia, surely show this. To carry through an analysis from this reconstitution is one of the objectives of this research, that it searched to relate the previous past to the Capital New construction and the current territorial configuration of the region of the District Federal and Entorno - RIDE. We believe that to know better the moments of the process of regional occupation it is basic to understand that the sprouting of Brasilia is only one stage of the process occurred in Central Plateaus, initiated with the practical one of the gold mining in century XVIII. This was the period of sprouting of the localities of Meia Ponte, Saint Luzia and the Arraial de Couros. These places had been the primitive nuclei of the cities of Pirenópolis, Luziânia and Formosa, respectively, and had brought to spring to other cities of the state of Goiás, in which, some, they compose the current one RIDE. These three places had passed for all the stages of occupation of the regional territory and had great importance in the formation of the region.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 - REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL	23
1.1 - O espaço social e total – os sistemas de objetos e ações	23
1.2 - O território usado e a divisão territorial do trabalho	30
1.3 - A Região e suas funções	39
2 - A FORMAÇÃO E A OCUPAÇÃO DA REGIÃO DO PLANALTO CENTRAL	45
2.1 - Contexto histórico	45
2.2 - A mineração e a formação do Planalto Central	51
2.3 - A constituição dos municípios-gênese da região do Distrito Federal e Entorno	55
3 - A DISSOLUÇÃO DA REGIÃO MINERADORA, A AGROPECUÁRIA DE SUBSISTÊNCIA E A INSERÇÃO NA ECONOMIA NACIONAL: 1800 - 1950	64
3.1 - A estagnação econômica em Goiás (1800 – 1900)	64
3.2 - O panorama em Pirenópolis, Luziânia e Formosa no século XIX	72
3.3 - O início da inserção de Goiás e suas regiões na economia nacional: 1900 – 1950	77
4 - O SURGIMENTO DE BRASÍLIA: UM NOVO ELEMENTO NO PLANALTO CENTRAL	81
4.1 - Precedentes históricos da construção da nova capital	81
4.2 - A Missão Cruls: um estudo de viabilidade para a Nova Capital	84
4.3 - Meio século de especulações e... Alguns estudos	87
4.4 - A Comissão de Localização da Nova Capital e o relatório Belcher	89
4.5 - Brasília e seus impactos	92

5 - A PRESENTE CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL	95
5.1 - O contexto do surgimento da RIDE	95
5.2 - A reocupação intensiva da região que abrigou a nova Capital do país	101
5.3 - O atual uso econômico empregado no território da região	108
5.4 - Uma região pautada nos diferentes usos territoriais	118
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
7 - REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	128
ANEXOS	132

SUMÁRIO DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização territorial do Planalto Central	22
Figura 2. A rota da primeira expedição à procura de Sabarabuçú, o lago dourado	52
Figura 3. Capitania de Goyaz em 1750	58
Figura 4. Entrada da cidade de Formosa em 1892	83
Figura 5. A Comissão Cruls atravessando o rio Paranaíba em 1892	85
Figura 6. A Comissão Cruls em Pirenópolis	86
Figura 7. Cidade de Luziânia em 1892	87
Figura 8. Sobreposição do Retângulo Belcher, do Quadrilátero Cruls e dos municípios pertencentes à antiga região Geoeconômica de Brasília	92

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Municípios pertencentes à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno	20
Mapa 2. Localização da RIDE no Planalto Central	21
Mapa 3. Capitania de Goyaz em 1809 – Divisão em Julgados	70
Mapa 4. Sobreposição da RIDE na Capitania de Goiás	71
Mapa 5. Desdobramento do município-gênese - Pirenópolis	98
Mapa 6. Desdobramento do município-gênese - Luziânia	99
Mapa 7. Desdobramento do município-gênese – Formosa	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Produções dos julgados do Norte da capitania de Goiás – 1804	68
Tabela 2. Produções dos julgados do Sul da capitania de Goiás – 1804	69
Tabela 3. Evolução da População Total – RIDE (1950 – 2006)	102

Tabela 4. Taxa de Crescimento Populacional – RIDE (1950 - 2006) (%)	103
Tabela 5. População Urbana X População Rural – RIDE (2000)	107
Tabela 6. Produto Interno Bruto Municipal (2004) – RIDE (%)	109
Tabela 7. Área Plantada: Lavoura Temporária (Hectare) – RIDE (1995- 2004) e a distância entre os municípios	112
Tabela 8. Área Plantada: Lavoura Permanente (Hectare) – RIDE (1995 – 2004)	113
Tabela 9. Rebanho Efetivo (Número de Cabeças) – RIDE (1995 - 2004)	114
Tabela 10. Maquinário Agropecuário – Municípios da RIDE (1996)	115
Tabela 11. Produção e Variação de Lavoura Temporária – RIDE (1995 – 2004)	133

De tudo, ficaram três coisas:
A certeza de que estamos sempre começando...
A certeza de que precisamos continuar...
A certeza de que seremos interrompidos antes de terminar...

Portanto devemos:
Fazer da interrupção um caminho novo...
Da queda um passo de dança...
Do medo, uma escada...
Do sonho, uma ponte...
Da procura, um encontro...

A CERTEZA - FERNANDO PESSOA

INTRODUÇÃO

Todos os anos, nos preparativos para o aniversário da cidade de Brasília, dezenas de reportagens são feitas sobre a história da Capital Federal. Os meios de comunicação mostram imagens antigas, vídeos da construção, documentários sobre a época e relatos dos pioneiros sobre a construção e desenvolvimento da cidade. Geralmente, essas reportagens expõem o que era o canteiro de obras instalado no cerrado goiano, o contingente de pessoas que chegava aos locais das obras e como essas pessoas iam se instalando na cidade dos operários, a atual cidade de Núcleo Bandeirante.

Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960. O seu realizador foi o então Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira. Porém, não se pode afirmar que essa concretização seja fruto de uma idéia originalmente advinda dos políticos e idealizadores de meados do século XX. A construção da Capital, por exemplo, foi uma continuação da política que tinha começado no governo de Getúlio Vargas, denominada de “Marcha para o Oeste”, que teve como principal característica a expansão da fronteira agrícola. Brasília consolidou essa política, tornando-se símbolo da expansão de uma fronteira mais ampla: a econômica.

É aproximadamente meio século de história da Nova Capital e muitas transformações são verificadas no que tange à economia, ao meio social, à política, ao meio ambiente e à cultura na região onde Brasília foi implantada. Nesse período, a cidade cresceu consideravelmente em relação ao quantitativo populacional e à ocupação do solo para fins urbanos. Entrementes, houve mudanças nos usos do território da região, que inicialmente era utilizado para atividades rurais.

O processo de urbanização no Distrito Federal – DF ocorreu de forma acelerada nas quatro décadas de existência e, na atualidade, é difícil relacionar o termo Brasília somente ao seu núcleo central, o Plano Piloto, visto que o crescimento urbano dentro do DF fez com que outros núcleos surgissem. O que se constata é que os limites físicos entre as cidades, nas últimas décadas, vêm desaparecendo, o que mostra como a Capital e suas localidades cresceram e formaram um grande conjunto urbano bastante segmentado em termos de desigualdades socioespaciais, uma de suas características

mais visíveis. Crescimento urbano e desigualdades que não ficaram restritos às localidades do Distrito Federal.

Esse processo de urbanização ultrapassou os limites do Distrito Federal e chegou aos municípios vizinhos, principalmente ao estado de Goiás. Alguns fatores explicam, por exemplo, essa expansão urbana para as localidades externas ao quadrilátero do DF, como: os altos preços dos imóveis no Distrito Federal, o controle rígido sobre o crescimento do Plano Piloto e a oferta de lotes baratos nos municípios dos arredores do Distrito Federal. Parte dos migrantes que chegavam às localidades de Brasília foram “forçosamente” direcionados para essas localidades além do quadrilátero que abriga a Capital.

Esses fatores contribuíram para que se formasse uma nova região nas adjacências de Brasília, que para esta pesquisa, será considerada como região do Distrito Federal e Entorno, representada pelos municípios pertencentes à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE. Essa região foi ignorada durante muito tempo pelos administradores do DF e também pelos gestores do estado de Goiás e Minas Gerais. Assim, Brasília e o seu Entorno apresentam, na atualidade, uma configuração territorial que pode parecer contraditória em aspectos sociais, espaciais e econômicos, pois a Capital do país foi implantada nesse território, porém é bastante coerente com o processo de urbanização presenciado no Brasil ao longo dos séculos.

O tempo de existência de Brasília na região é aproximadamente cinco vezes menor do que o período de ocupação do Planalto Central, onde a cidade foi implantada. Entretanto, quando são feitas referências à história de Brasília, pouco é mencionado sobre a história da região que antecede a construção da cidade. Muitos argumentam que o Planalto Central era um verdadeiro vazio, ou seja, uma terra com poucas, ou sem pessoas e, conseqüentemente, com poucas ou sem atividades econômicas e história.

Considerando-se os usos feitos do território, as funções assimiladas pelas suas localidades em cada ciclo econômico, e as transformações sociais de cada período, podemos afirmar que o Planalto Central possui mais de 250 anos de história. Alguns municípios dessa região, fundados em razão da economia aurífera e atividades de

suporte à mineração, fazem parte, na atualidade, da RIDE, como é o caso de Pirenópolis, Luziânia e Formosa, que historicamente são os municípios-gênese dessa nova região, surgida nas adjacências de Brasília. A história dessas localidades e do próprio Planalto Central pode ser dividida, em razão dos usos do território, em três grandes períodos, representada por ciclos: o primeiro está relacionado à ocupação inicial efetivada com a mineração, desde as expedições do início do século XVIII até a decadência do ciclo no final do mesmo século. O segundo período foi o da agropecuária de subsistência desde o início do século XIX até meados do posterior. O terceiro período, que começa no século XX, está relacionado ao surgimento de Brasília no Planalto Central.

Brasília surge como uma etapa dentro desse processo histórico de ocupação e uso do território do Planalto Central. Entretanto, os meios de comunicação, os aparelhos do Estado, como as escolas públicas e alguns pesquisadores tentam transmitir que a história de ocupação de toda a região começa com o surgimento de Brasília. É provável que isso ocorra pelo desconhecimento do passado de ocupação e uso do território dessa região ou por acharem que essa história é pouco importante para as pessoas que nessa região residem. Assim, esses verdadeiros formadores de opinião não consideram que a história do Planalto Central tenha alguma influência na formação social, espacial e econômica da região na atualidade. Essa não é, contudo, a nossa opinião.

A partir dessas lacunas sobre a história da região onde foi implantada a Capital do país, surgiu a questão que norteou toda essa pesquisa: até que ponto o processo histórico de formação do Planalto Central ajuda a explicar a atual configuração territorial da região do Distrito Federal e Entorno?

O Planalto Central coincide com o que os geólogos denominam de “Faixa Brasília”. Quanto à sua dimensão é uma enorme área que ultrapassa os limites dos atuais territórios dos estados de Goiás, Minas Gerais, Bahia, Tocantins e o Distrito Federal, como mostra a figura 1. Em toda sua extensão territorial possui rochas de diferentes composições, que apresentou e, ainda apresenta, grande potencial de mineração, principalmente para a extração do ouro. Essa qualidade do Planalto Central diferenciou essa região dos territórios adjacentes durante o século XVIII, possibilitando que ela surgisse como uma região de mineração, ou seja, com uma função específica. O

Planalto Central recebeu essa denominação em razão de naturalistas e pesquisadores diferenciarem, no século XIX, essa parcela territorial do restante do planalto brasileiro. Assim, a região geomorfológica passou a ter caráter eminentemente geográfico a partir do uso estabelecido em seu território.

Cronologicamente, e a partir dos usos no território em Goiás no século XIX, há uma redivisão intra-regional nessa Capitania. Com o fim do ciclo do ouro deixou de existir a distinção entre regiões de mineração e outras regiões. A base econômica passou a ser agropecuária e a antiga Capitania de Goiás foi dividida em comarcas do Sul e do Norte, que se tornaram regiões diferentes, fato que somente mudaria com a inserção de Goiás na economia nacional em meados do século XX.

Com o surgimento de Goiânia e Brasília, consolidou-se a expansão da fronteira econômica para o Brasil central, provocando um rearranjo regional em Goiás, o que proporcionou o surgimento de novas regiões, a transformação de algumas e a reunificação de outras. Assim, surge a região do Distrito Federal e Entorno. Utilizaremos os municípios integrantes da RIDE para delimitar essa região, como se percebe no mapa 1, na página 20. Toda a RIDE está localizada no território do Planalto Central, como mostra o mapa 2, na página 21.

Nesse estudo, limitar-nos-emos a enfatizar os municípios da RIDE que são membros da unidade federativa de Goiás. Isso por considerar que a influência histórica na região por municípios mineiros se deve, principalmente, ao município de Paracatu, porém, esse não pertence a RIDE. Um outro motivo para isso, e o mais importante, é que os municípios de Goiás estiveram sob uma mesma égide político-administrativa desde 1748, quando a Capitania de São Paulo se desmembrou e surgiu a Capitania de Goyaz.

O estudo que nos propomos a realizar é, portanto, a própria geografia histórica da região do Planalto Central, do Distrito Federal e do seu entorno. Não são numerosos os trabalhos que tentam realizar esse elo entre o passado e o presente. Paulo Bertran foi um dos poucos que se interessou por esse tema. A escolha desse assunto parte do interesse particular em conhecer a origem dos usos desse território e contribuir para o alargamento das fontes de pesquisas geográficas sobre a história da região. Além da

importância acadêmica desse tema, é relevante que a sociedade brasiliense e a população dos municípios do Entorno, possam contar com informações e conhecimento a respeito da história da região e localidades onde vivem. Esse tema também possui uma grande significância para a compreensão do que representa o território do Entorno do Distrito Federal historicamente.

Nesse contexto, essa pesquisa possui o objetivo geral de reconstituir as raízes históricas da atual configuração territorial do Distrito Federal e Entorno a partir da inserção dos seus municípios-gênese nos ciclos econômicos implantados na região do Planalto Central. A partir do objetivo geral, os seguintes objetivos específicos são delineados:

- Desmistificar a alegação de que Brasília surgiu em um verdadeiro vazio, ou seja, em uma região sem história.
- Analisar a relação entre o aumento populacional decorrente do assentamento da Capital e a redivisão municipal no Entorno do Distrito Federal.
- Analisar os atuais usos empregados ao território da RIDE, correlacionando-os com a formação histórica e a sua presente configuração territorial.
- Contribuir para a discussão da validade da RIDE, como região, por meio da inclusão do fator formação histórica como critério de julgamento para a composição da região.

Tendo em vista os objetivos colocados e a questão a que tentaremos responder no final da pesquisa, acreditamos na hipótese de que o processo histórico de formação do Planalto Central é fundamental para compreender a atual configuração territorial do Distrito Federal e do Entorno.

Para atingir os objetivos foram utilizados, basicamente, dois métodos: a análise bibliográfica e a análise estatística. A análise bibliográfica subsidiou a elaboração de toda dissertação. Obras e textos específicos sobre o Planalto Central, a história de Goiás, Brasília e a sua inserção na região foram imprescindíveis para a concretização desse trabalho. Soma-se a isso a análise de obras teóricas responsáveis pela

instrumentalização conceitual que, por sua vez, subsidiaram a compreensão e o exame dos aspectos empíricos em questão.

A análise estatística foi pautada na apreciação de informações e dados estatísticos. Em uma primeira etapa, essas informações foram importantes elementos para a compreensão da correlação entre o aumento do número de municípios e o aumento populacional na região. Dados estatísticos, quase sempre provenientes de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, também foram imprescindíveis para a análise do atual uso do território na RIDE, o que facilitou a compreensão desses usos e a relação entre o setor produtivo dos municípios integrantes da região e a economia do Distrito Federal.

A presente dissertação está estruturada em cinco capítulos formando o corpo da pesquisa, além de um capítulo dedicado às considerações finais. O primeiro deles é o referencial teórico e conceitual. Os principais conceitos discutidos na pesquisa são o de espaço social, território e região. Em cada uma dessas discussões, são apresentadas posições teóricas de grandes mestres orientadas para a compreensão dos aspectos empíricos em análise. Esses conceitos se desdobram em outros, que também são importantes para a pesquisa, como é o caso das definições de divisão territorial do trabalho e configurações territoriais.

O segundo capítulo é dedicado à análise e descrição do processo de formação e ocupação da região do Planalto Central, que se inicia com a expansão marítima realizada pelos países ibéricos e vai até a decadência do ciclo da mineração. Enfocamos a geografia histórica dos municípios-gênese do Distrito Federal e Entorno no período da mineração, datado entre 1725 a 1800.

O terceiro capítulo trata da dissolução da região mineradora, do surgimento da alternativa econômica com a agropecuária de subsistência e a inserção de Goiás na economia nacional. Essa parte representa o período que se inicia em 1800 e termina em 1950, sendo dividido em duas partes: a estagnação econômica em Goiás (1800 até 1900), quando analisaremos o panorama nos municípios-gênese nesse período e o início da inserção de Goiás e suas regiões na economia nacional (1900 até 1950).

O surgimento de Brasília é discutido no quarto capítulo. Os precedentes históricos, as discussões sobre a mudança da Capital para o interior, as razões da mudança, os estudos de viabilidade e a importância da implantação de Brasília para Goiás e sub-regiões são assuntos pertinentes a essa parte do trabalho.

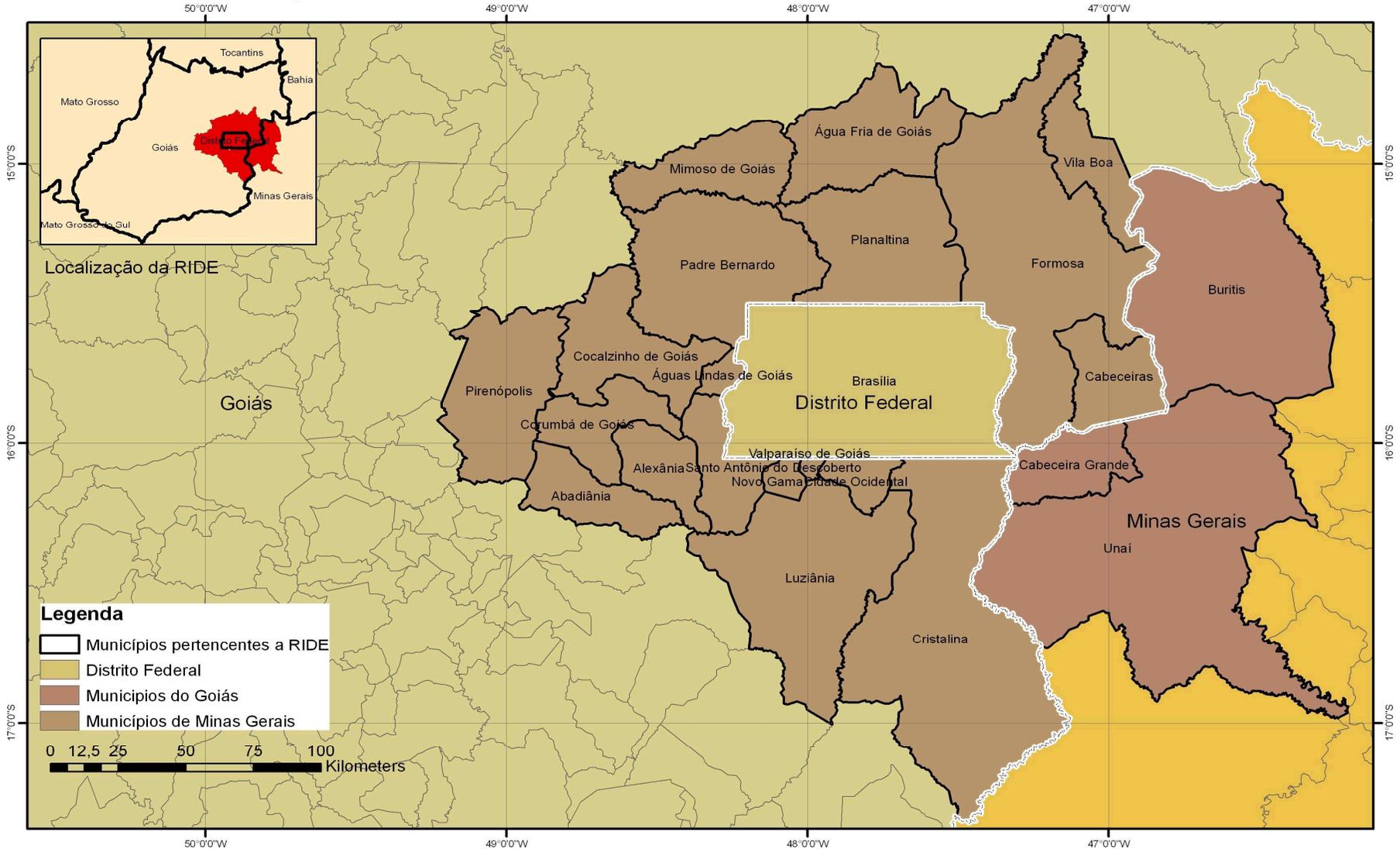
O capítulo seguinte trata da atual configuração territorial do Distrito Federal e Entorno. Aborda-se o contexto de surgimento da RIDE, como uma região politicamente deliberada, o processo de reocupação da região e o atual uso econômico empregado no seu território.

Como se faz notar, não podemos restringir este estudo apenas a uma única região, visto que há uma sobreposição espacial de três regiões, que existiram em diferentes períodos históricos no território da atual região do Distrito Federal e Entorno em análise, a saber: Planalto Central, norte e sul de Goiás. Entretanto, o Planalto Central, “região mãe” da RIDE e a própria serão mais mencionadas e discutidas ao longo do trabalho. Nesta pesquisa, as regiões serão tratadas como resultado do processo de divisão territorial do trabalho, cujo conceito é discutido no capítulo primeiro.



Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno - RIDE

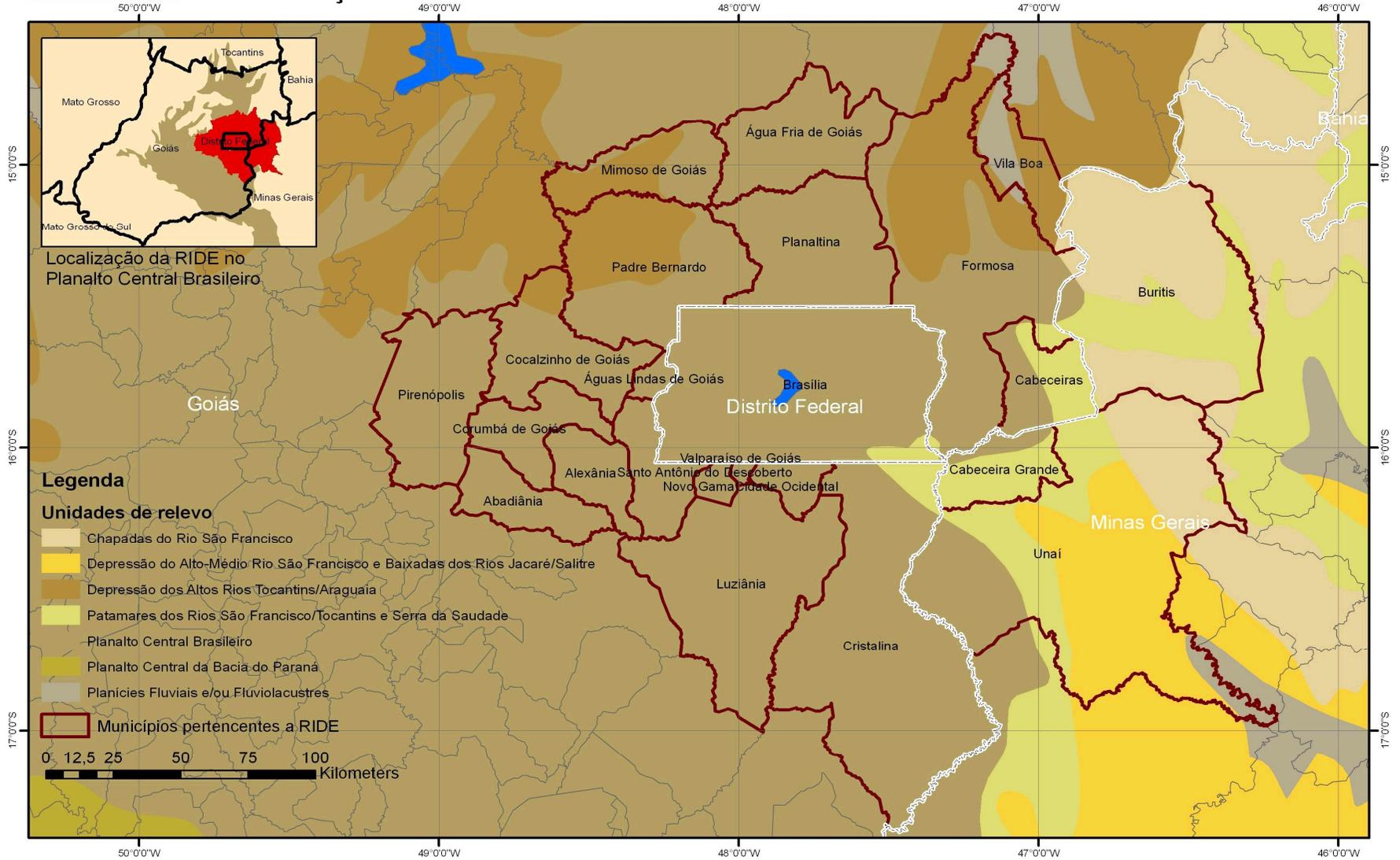
Municípios da RIDE





Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno - RIDE

Localização da RIDE no Planalto Central



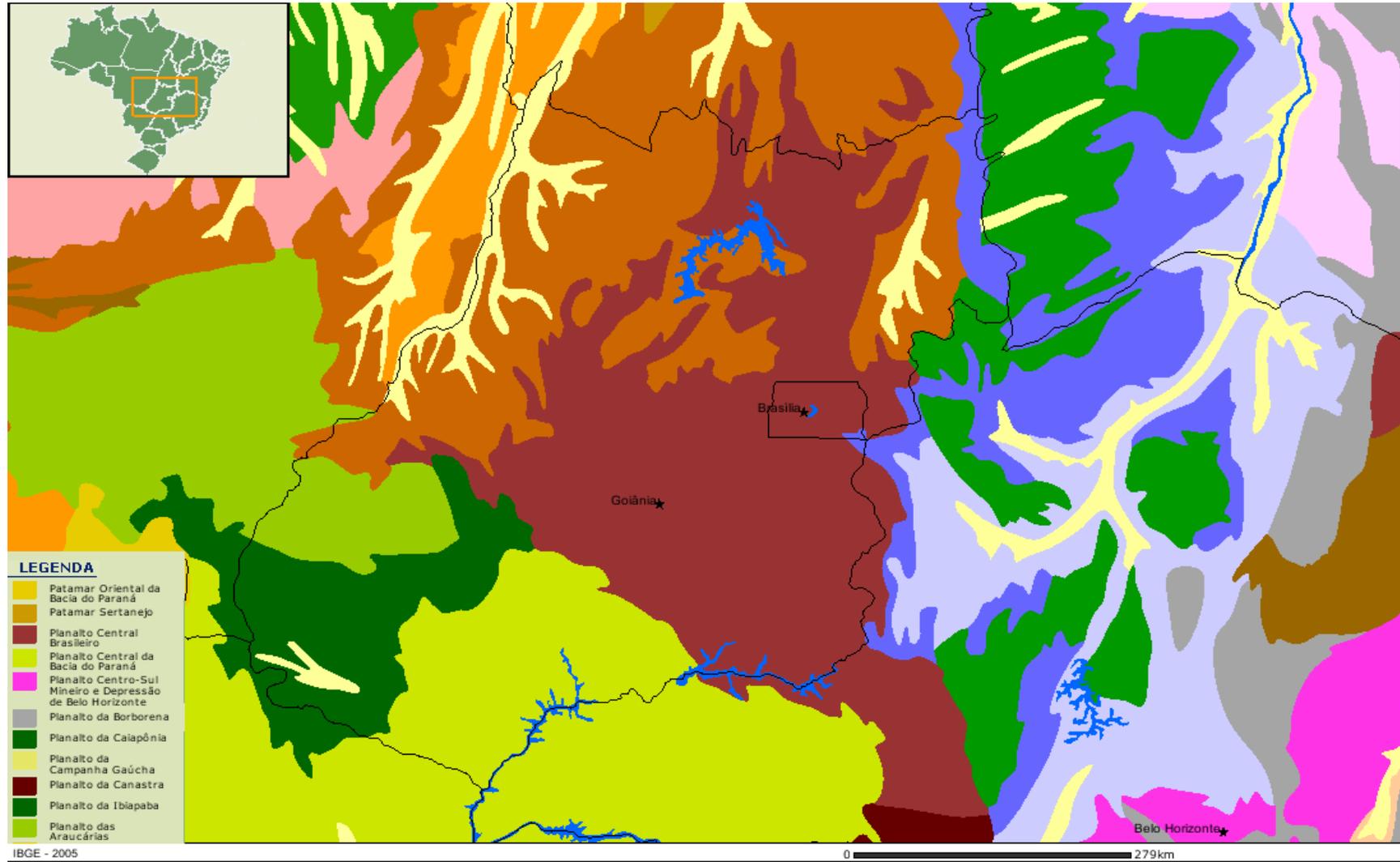


Figura 1: Localização territorial do Planalto Central.

1 - REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL

1.1 - O espaço social e total – os sistemas de objetos e ações

A constituição de localidades e regiões segue lógicas que não podem ser explicadas apenas por fatores inerentes à elas. A construção do espaço como um todo, ocorre de forma diferenciada em relação ao seu conteúdo. Isso porque as ações, os objetos e a própria configuração das localidades ocorrem pela combinação de fatores endógenos e exógenos, que se transformam a cada período da história, razão pela qual essa construção deve ser observada em sua totalidade e deve ser revista constantemente. Assim, um estudo que demanda a compreensão da situação atual da região do Distrito Federal e Entorno somente é possível com o entendimento do processo que a formou. Eis porque não é prudente pensá-la como parte isolada, surgida do nada e formada somente por fatores internos. O processo de transformação de um território possui facetas que lhe são internas e outras que são desdobramentos de acontecimentos externos. Diante da complexidade desse quadro, faz-se necessário discutir brevemente os conceitos de espaço, território, divisão territorial do trabalho, configuração territorial e região para que tenhamos subsídios teóricos para uma análise dos aspectos empíricos que permeiam esta pesquisa.

Antes de passarmos à definição do conceito de espaço propriamente dita, tornam-se necessários rápidos comentários sobre o seu desenvolvimento como categoria de análise na Geografia. O conceito de espaço possui inúmeras formas de construção e entendimentos, trabalhados historicamente de maneiras diferenciadas entre os ramos do conhecimento. Inclusive a Geografia, ciência que na atualidade utiliza o espaço como objeto de estudo, demorou vários decênios durante o século XX para chegar a um entendimento, mesmo que ele não seja universal, sobre sua definição.

A Geografia e as outras ciências sociais relegaram o espaço como objeto de estudo no final do século XIX e início do XX. Até a segunda metade do século passado, foram poucas as contribuições de geógrafos para uma melhor compreensão desse conceito. Mudanças nesse quadro começaram a ocorrer, sobretudo nas quatro últimas décadas do século XX, com as contribuições teóricas principalmente de filósofos, sociólogos e geógrafos, como é o caso de Henri Lefebvre, Manuel Castells, David

Harvey, Edward Soja e Milton Santos. Discussões sobre o espaço e sua representação material contribuíram significativamente para os avanços acerca da sua concepção como objeto de estudo e sua importância para as ciências sociais. Assim, o espaço entrava, definitivamente, como objeto de análise na teoria social crítica¹ e passava a ser alvo de estudo de vários ramos do conhecimento, mas principalmente da Geografia.

Na ciência geográfica, a aceção de espaço construída principalmente pelas contribuições dos autores citados no parágrafo anterior, não se alastraram pela Geografia de forma homogênea. Isso ocorreu porque o entendimento na Geografia sobre o espaço como objeto de análise, de acordo com Moraes² e Corrêa³, foi variado ao longo do tempo e seguia as lógicas próprias de cada corrente geográfica de pensamento. Não nos interessa, neste trabalho, refazer o caminho trilhado por esses geógrafos. É preciso deixar claro, no entanto, que o olhar sobre a construção do espaço que nos interessa é de cunho dialético que, na Geografia brasileira, teve Milton Santos como maior expositor, doravante nossa principal referência. Utilizaremos, também, o materialismo histórico como método de construção do raciocínio para compreensão da realidade estudada.

Críticas ao modo empirista de compreensão da realidade motivaram a reformulação do conceito e este passou a ser situado como categoria de análise a partir de discussões que incluíam o materialismo histórico⁴ e a dialética no conceito de espaço. No Brasil, as contribuições à discussão do conceito e, portanto, à própria Geografia surgiram, principalmente, pela atuação de Milton Santos. Ele enfatizou a necessidade de uma ciência geográfica nova, com objeto de análise próprio e definido. A respeito, ele afirmou (2002a, p.141) que “(...) Em realidade, para ter sucesso é, antes de tudo, preciso partir do próprio objeto de nossa disciplina, o espaço, tal como ele se apresenta, como um produto histórico, e não das disciplinas julgadas capazes de apresentar elementos para sua adequada interpretação”. Entretanto, não era

¹ Conforme afirma Soja (1993).

² Geografia: pequena história crítica, por Antônio Carlos Robert Moraes.

³ Espaço, um conceito-chave da geografia, p.15-47 in Geografia: Conceitos e temas por Roberto Lobato Corrêa.

⁴ Segundo Rohmann (2000, p.265) no materialismo histórico, também conhecido como materialismo dialético, a consciência humana é consequência das condições materiais e que a história progride segundo as leis da dialética. Esse autor afirma que “O materialismo dialético é uma inversão de sua ancestral, a teoria *HEGELIANA* do *IDEALISMO* dialético. Tanto Marx quanto Hegel acreditavam que a história avança dialeticamente, isto é, por meio de conflitos na ordem predominante, que são resolvidos por intermédio de suas sínteses e se transformam em uma nova ordem que, com o tempo, gera seus próprios conflitos internos e inevitável resolução, e assim por diante”.

simplesmente o espaço que interessava como categoria de análise, ou seja, não era a natureza primeira, intocada ou virgem. Mas que tipo de espaço interessa aos estudos de geografia?

O espaço que interessa para a Geografia é a natureza artificializada, ou seja, transformada pela sociedade para satisfazer as suas próprias necessidades. Esse é o espaço social ou geográfico, sobre o qual Milton Santos (2002a, p. 150) dizia ser “(...) a natureza modificada pelo homem através do seu trabalho. A concepção de uma natureza natural, onde o homem não existisse ou não fora o seu centro, cede lugar à idéia de uma construção permanente da natureza artificial ou social, sinônimo de espaço humano”. Tendo em vista a definição de Santos, e em uma primeira análise, é possível conceber a região do Planalto Central como parte desse processo de transformação que ocorre há mais de dois séculos. Com a chegada dos desbravadores de sertões e a efetiva ocupação dessas terras, essa parcela do espaço começou a se tornar mais artificial, pois foi se modificando para atender às necessidades que a própria sociedade daquele período criava.

O espaço social, porém, não pode ser concebido como um mero resultado das ações da sociedade, pois não é apenas um palco para as ações das pessoas. É a partir do viés dialético, que o considera produto e ao mesmo tempo produtor da realidade social, que o espaço deve ser concebido, ou seja, o espaço deve ser visto como resultado das ações da sociedade e, ao mesmo tempo, uma instância social que produz a sociedade. Essa forma de entender o espaço ajudou a tirá-lo do senso comum. O economista Alain Lipietz (1988, p.15), para explicar as relações entre capital e espaço, analisou a importância de uma conceituação precisa e a necessidade de superação da “noção de espaço”, ou seja, superar o conhecimento incipiente e aprofundá-lo como conhecimento científico. Dessa maneira, o autor afirmava que “A noção de espaço é uma espécie de ‘ferro-velho’ informe, de onde se vai tirar expressões que servem para dar uma aparência rigorosa ao discurso sobre os outros aspectos do real”.

O espaço geográfico ou social é aquele organizado pelo homem e que, nos dizeres de Corrêa (2001, p.28), “(...) desempenha um papel na sociedade, condicionando-a, compartilhando do complexo processo de existência e reprodução social”. Santos (2002b, p.62) por sua vez, analisava-o como sistemas de objetos e de

ações e o observava como uma parte da estrutura social, subordinada e subordinante a outras instâncias sociais, como discutiremos adiante.

A estrutura espacial é formada pelos seus elementos, objetos (naturais e artificiais) e pelas ações que nós realizamos. Soja (1993, p. 99) corrobora a posição de Santos ao afirmar que:

“A estrutura do espaço organizado não é uma estrutura separada, com suas leis autônomas de construção e transformação, nem tampouco é simplesmente uma expressão da estrutura de classes que emerge das relações sociais (...) de produção. Ela representa, ao contrário, um componente dialeticamente definido das relações de produção gerais, relações estas que são simultaneamente sociais e espaciais”.

O espaço social, produto e produtor da realidade social pode ser compreendido como uma instância social, como já afirmava Santos em 1978. Logicamente, é importante frisar que o espaço está submetido às leis da totalidade, mas é dotado de certa autonomia, como afirmava o autor (2002a, p.181). Para compreendê-lo como objeto de estudo da Geografia, é necessário considerá-lo uma camada da totalidade social e não um mero reflexo dos seus desdobramentos. A respeito do entendimento de totalidade, Santos (2002b, p.115) afirmou que “(...) todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a totalidade não bastam para explicá-la”. Essa unidade, comentada pelo autor, realiza movimentos constantes e intermináveis que proporcionam transformações nas suas partes. O autor (2005, p.45) acrescenta que “A cada momento a totalidade existe como uma realidade concreta e está ao mesmo tempo em processo de transformação. A evolução jamais termina. O fato acabado é pura ilusão”. A partir dessas idéias, entendemos a totalidade como um universo complexo que contém tudo, uma força geral-momentânea, que se desfaz constantemente e por isso também é fugaz. Esse movimento é eterno e contraditório, sendo modificado invariavelmente. Assim, devemos compreender, por exemplo, a região do Planalto Central como uma parte ou fração da totalidade.

Dessa maneira, entende-se que, quando ocorrem mudanças no todo social, acontecem transformações nas suas partes, o que inclui as várias escalas de organização da sociedade. A região do Planalto Central não foi excluída de tal processo, pois sofreu

historicamente as transformações advindas dos movimentos da totalidade, ou seja, de escalas maiores que interferem em todo o mundo, não se excluindo as transformações endógenas a cada região. A formação de uma região depende das ações, em um momento externas (Universais), e a sua combinação com a construção do espaço por meio de ações internas às regiões ou localidades (Particulares). A respeito desse assunto, Santos (2002b, p.124) afirmava que “A totalidade como latência é dada pelas suas possibilidades reais mas histórica e geograficamente irrealizadas. Disponíveis até então, elas se tornam realizadas (historicizadas, geografizadas) através da ação. É a ação que une o Universal e o Particular.”

O espaço, então, deve ser concebido também como uma instância social, pertencente e respeitadora das leis da totalidade. Assim, o espaço social é total. Santos (1988, p.64) a respeito afirma que:

“O espaço, como realidade, é uno e total. É por isso que a sociedade como um todo atribui, a cada um de seus movimentos, um valor diferente a cada fração do território, seja qual for a escala da observação, e que cada ponto de espaço é solidário dos demais, em todos os momentos. A isso se chama a totalidade do espaço”.

Porém, para uma melhor compreensão do todo, ou seja, da realidade, é necessário compreendê-la e estudá-la de forma fragmentada. O autor (1988, p.5) afirma que “considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes”. Dessa maneira, o estudo de frações do todo em escalas tornou-se importante para o entendimento do próprio todo. Escalas como a nacional, a regional ou a local demonstram peculiaridades próprias das partes, mas que não são desvinculadas da totalidade. As ações e os objetos constituintes de cada escala do espaço ajudam a compreendê-lo de uma forma total. Porém, cada escala absorve, de forma distinta, os movimentos da totalidade e o seu conteúdo. Santos (2002a, p.257) afirma que:

“Uma coisa, porém, é certa. Como em cada sistema há uma combinação de variáveis em escalas diferentes, mas também de “idades” diferentes, cada sistema transmite elementos cuja datação é diferente. O próprio subespaço receptor é seletivo: nem todas as variáveis “modernas” são acolhidas e as variáveis acolhidas não pertencem todas à mesma geração”.

Será possível conceber o espaço social apenas fazendo alusão à sociedade e à natureza? Se o concebermos de forma específica a resposta é não. Logicamente, há a necessidade de incluir aspectos que permeiam essa relação. A sociedade, ao agir e se fixar em uma terra, cria um conjunto de aparatos visando a atender as suas próprias necessidades. Destarte, a sociedade, ao longo da história, implantou e transformou objetos (naturais e artificiais) por meio de suas ações. Santos (2002b, p.63), a respeito do espaço geográfico e das ações e objetos, afirmou que “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Assim, o espaço geográfico é formado por sistemas de objetos e sistemas de ações, que se renovam constantemente, obtendo valor e função diferenciados em cada período de tempo, ou seja, a cada movimento da totalidade. A região que estudamos nessa pesquisa é resultado de um processo, em que objetos foram constantemente inseridos por pessoas que possuíam interesses em usar esse território. A partir desse entendimento é possível começar a refletir se essa região era ou não um completo vazio antes da implantação de Brasília.

A forma como cada objeto é implantado no espaço reflete a maneira como o sistema de ações é estabelecido. Interna e externamente a uma região, o sistema de ações coordena e acaba sendo ordenada pelos objetos materializados no espaço, dando vida ao espaço social. A disposição geográfica dos objetos e a realização das ações não ocorrem aleatoriamente. O resultado é um conjunto de formas com conteúdo, ou seja, com significado, que se alteram com o passar do tempo. Existem lógicas espaciais, econômicas, sociais, entre outras, para a criação das formas-conteúdo e do próprio sistema de objetos e ações. Na região do Planalto Central, os principais sistemas de ações implantados nessas terras correspondem aos ciclos econômicos que começaram com a mineração. Posteriormente, a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência foram as ações que coordenaram a criação de objetos no espaço. A construção desses sistemas de objetos visava viabilizar todo o processo de produção e pode ser descrito, por exemplo, como um conjunto de obras de engenharias materializadas no espaço social. A construção de outros sistemas se intensificou, na região, a partir da construção de Brasília e, conseqüentemente, houve uma modificação, enquanto à forma e conteúdo dos sistemas consolidados anteriormente.

Os objetos acrescentados ao espaço, que mudam as funções e os valores das partes e do todo segundo as necessidades das diferentes sociedades, demonstram as relações entre espaço e tempo. Contudo, mudanças na conjuntura econômica, social, cultural e espacial, representada principalmente pela inserção de novas técnicas, modificam a função original de uma localidade ou de uma região e também a sua configuração. A esse respeito, Santos (2002b, p.158) afirma que “A cada momento muda o *valor*⁵ da totalidade (quantidade, qualidade, funcionalidade) isto é, mudam os processos que asseguram a incidência do acontecer, e muda a função das coisas, isto é, seu valor específico”. É dessa maneira que compreendemos as transformações ocorridas na região do Planalto Central que, ao longo de sua história, sustentou diferentes funções, como a mineradora e a agropecuária. Hoje, algumas localidades do Planalto Central tentam redefinir suas funções entre aspectos tradicionais e modernos. O uso do espaço, de seus recursos e objetos é realizado com maior ou menor intensidade em momentos distintos da história, de acordo com as próprias palavras de Santos (2002b, p.165) “A cada momento histórico, tais recursos são distribuídos de diferentes maneiras e localmente combinados, o que acarreta uma diferenciação no interior do espaço total e confere a cada região ou lugar sua especificidade e definição particular”.

Algumas localidades do Planalto Central já possuíam grande importância econômica para a região e para o Brasil durante o período colonial, visto que algumas das minas de ouro mais produtivas no século XVIII estavam em terras goianas. Porém, o ciclo do ouro foi efêmero e outras potencialidades tiveram que ser desenvolvidas, sem surtir o mesmo efeito ou magnitude de outrora. A observação desses fatores nos mostram que precisar o momento histórico de início e término de cada ciclo se faz necessário para compreender a dinâmica territorial de cada etapa e a inserção de sistemas de objetos e ações próprios de cada época.

O processo de periodização da construção do espaço facilita a compreensão dos processos no tempo e ajuda na contextualização dos acontecimentos. Os eventos que ocorrem a cada instante são diferenciados de outros eventos pela própria conjuntura social, econômica e espacial. A periodização evita também entendimentos anacrônicos sobre uma realidade em seu período de vigência, pois os arranjos da sociedade variam

⁵ Grifo do próprio autor.

segundo as transformações que ela realiza em seu meio. A respeito da necessidade de periodização para compreensão da constituição espacial, Santos e Silveira (2003, p.20) afirmaram que:

“(…) uma periodização é necessária, pois os usos são diferentes nos diversos momentos históricos. Cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais, como a história particular e a história global, o comportamento do Estado e da nação (ou nações) e, certamente, as feições regionais”.

O processo de transformação do espaço, ao longo do tempo, é o verdadeiro testemunho da história de uma localidade e de uma região. Esse processo não é singular, ou seja, não engloba somente a economia, mas também os aspectos sociais, culturais e ambientais. As transformações do espaço geográfico e o tempo histórico são complementares, indissociáveis e ao mesmo tempo são contraditórios. São perceptíveis através de visões diferentes, mas são ‘siameses’ da mesma totalidade. Neste trabalho, a história da região do Distrito Federal e Entorno é dividida em três momentos diferenciados pelas funções atribuídas ao território ao longo de três séculos, desde o surgimento do Planalto Central, “região mãe” da RIDE.

1.2 - O território usado e a divisão territorial do trabalho

Entender o território como um produto construído historicamente é elemento primordial para compreendê-lo como categoria de análise. Santos e Silveira (p.20) o definem assim: “O território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual”. Neste trabalho, para compreender as transformações ocorridas na região estudada, analisaremos o seu processo de constituição através da história, ou seja, analisaremos os resultados dos vários usos atribuídos à região do Planalto Central que culminaram na atual configuração da RIDE. Paratanto, há necessidade de se realizar algumas discussões acerca do território como conceito e como esse será compreendido nesta pesquisa.

Etimologicamente, o termo *territorium* possui raízes latinas e desde os seus primeiros usos era relacionado ao aspecto de localização. Os vários ramos do

conhecimento utilizaram e utilizam o conceito de território a partir de suas próprias leituras. Segundo Penha (2005, p.8-9), o Direito, que influenciou as primeiras definições na Geografia, já utilizava, há três séculos, esse termo relacionando-o à posse da terra e à jurisdição sobre ela. Por outro lado, nas ciências naturais, o conceito era concebido como área de disseminação de flora e fauna.

A herança, deixada pelos entendimentos jurídicos de posse e propriedade, subsidiaram a compreensão do território para os geógrafos do final do século XIX. Na Geografia, esse conceito ganhou notoriedade com os estudos de Ratzel sobre geografia e política, mas essa não foi sua única fonte, posto que os ensinamentos das ciências naturais também foram importantes para um entendimento geográfico do território para esse autor. Em seu conceito, ele conseguiu relacionar o termo à posse e ao princípio da disseminação de um povo, ou seja, o espaço vital de uma sociedade⁶. O autor entendia o território como “(...) uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano”. No final do século XIX, a noção era associada aos limites dos Estados nacionais e dominá-lo era necessário para a expansão do próprio Estado e do povo. Dessa maneira, para Ratzel, o território nacional alemão do final do século XIX não era suficiente para o seu povo e havia a necessidade, para os alemães, de um espaço ‘maior’, com mais recursos naturais. A influência dessa compreensão foi notável entre os estadistas da Alemanha e depois ganhou destaque em outros países. A Geografia e o território ganhavam, definitivamente, um caráter político.

Na atualidade, a forma mais comum de utilização do termo território também é orientada pelo viés político, principalmente relacionado ao termo poder, e por isso, na compreensão de alguns teóricos, o território está atrelado ao termo Estado, ou à delimitação espacial-política deste. A respeito dessa maneira de compreendê-lo, Santos e Silveira (2003, p.19) afirmam que “Num sentido mais restrito, o território é um nome político para o espaço de um país. Em outras palavras, a existência de um país supõe um território”.

Dentre os teóricos que discutiram o assunto no último século, destaca-se Claude Raffestin, para quem havia distinções claras entre espaço e território (1993, p.143):

⁶ *Apud* Penha, p.12

“É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço”.

A partir desse entendimento, o território apropriado é base física em que agentes ou atores atuam segundo determinadas lógicas, ou seja, o território é a delimitação de uma área de atuação. Na visão de Raffestin, o elemento essencial na sua constituição e entendimento é a relação de poder (p.143-144) “O território, (...), é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. Assim, para esse autor, as relações de poder são o que diferencia espaço e território, contudo, essa visão o denota como palco ou base para agentes e atores não é suficiente para entendê-lo como um todo. O território possui uma base, porém não é a base ou a delimitação abstrata que deve ser alvo de estudos científicos. Ele deve ser compreendido além dessa delimitação.

Na abordagem de Marcelo Lopes de Souza (2001, p.111), o território não seria apenas um palco para as relações de poder, embora a sua conceituação seja parecida com a de Raffestin: “Todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território”. Porém, Souza não relaciona esse conceito apenas aos Estados Nacionais, e de forma mais ampla, o autor defende que as áreas delimitadas por outros atores e agentes dentro do Estado também formam territórios, mesmo que de forma abstrata. O que se percebe na visão dos dois últimos autores é que o território possui um caráter extremamente político. A partir dessa compreensão, surgiu, na década de 1990, um questionamento realizado por alguns geógrafos: o território, conceituado eminentemente como base das atuações da sociedade, é uma categoria de análise das ciências sociais e, em particular, da Geografia? Para Milton Santos não.

O território usado e não o território em si é o objeto de análise para as ciências sociais, de acordo com Santos. O autor e Silveira (2003, p.247) afirmam que:

“A partir desse ponto de vista, quando quisermos definir qualquer *pedaço do território*, deveremos levar em conta a *interdependência e a inseparabilidade*

*entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é o trabalho e a política*⁷.

Para Santos, o território é uma forma; o território usado, por sua vez, são sistemas de objetos e ações, ou seja, sinônimo de espaço social. Assim, quando se mostra a construção de uma localidade ou região, desde quando esses eram partes do espaço natural, analisa-se o uso e a construção do território pelos objetos e ações inseridos no espaço pelos homens, como é o caso da RIDE. A região tem uma delimitação territorial, ou seja, uma base ou delimitação analisada nesta pesquisa, mas o que interessa é o uso que lhe foi dado ao longo dos séculos pelos vários agentes e atores formadores de um sistema complexo de relações sociais.

A definição de território utilizada por Milton Santos é muito próxima do seu conceito de espaço geográfico, podendo ser considerados sinônimos pelo autor e Silveira. Além disso, ao caracterizarem o território a partir do uso, os autores (p.21) afirmam que:

“O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico”.

Desta maneira, para Santos, o território não deveria ser concebido apenas como espaço apropriado pelas relações de poder, isso o tornaria palco para as ações de atores dominadores do espaço. O território usado engloba as relações de poder, mas inclui outros aspectos, dentre os quais, a ação humana de uma forma mais ampla e a própria dependência entre ele e as pessoas. As ações são os próprios atos de construção do território. Contudo, os objetos e as ações dependem da esfera político-administrativa e também da econômica, cultural e outras. Os limites de ação e uso em cada esfera territorial, mesmo que não sejam coincidentes, são interdependentes. A soma de territórios e as suas inter-relações formam o todo, ou seja, o espaço total.

⁷ Grifos nossos.

Os objetos e as ações, que fazem do território um verdadeiro conjunto de arranjos espaciais construídos ao longo do tempo, formam o que Santos e Silveira (p.248) denominavam de configurações territoriais, ou seja, “o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos”. Sob um olhar mais abrangente, o fator que realmente impulsiona as configurações territoriais são os modos de produção estabelecidos em locais e tempos diferentes, materializados pelas ações e os objetos que permeiam o uso do território e praticadas pela sociedade como um todo. A configuração territorial é um momento efêmero da totalidade, ou de uma parte dela. Nos dizeres de Santos (2002b, p.62) “(...) a configuração territorial é dada pelas obras dos homens (...) que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada”.

Nossa proposta de estudo abarca o processo de formação da região do Distrito Federal e Entorno, ou seja, uma região que já possuiu várias configurações territoriais e cada uma delas representava a sociedade de seu tempo. Esse processo retrata a forma de organização da sociedade em diferentes momentos e deve ser visto como a organização de atividades sobre o território. Assim, acreditamos que na atualidade, a RIDE possui uma configuração territorial resultante do seu processo histórico de formação.

A organização do território, que ocorre por vários processos, não se configura de forma homogênea no espaço. São vários os processos que implicam na construção e no uso do território, dentre os quais, um dos mais importantes é a divisão do trabalho, aqui analisada sob o viés geográfico. A divisão territorial do trabalho indica como uma sociedade se organiza territorialmente, portanto, essa organização, que é social, materializa-se no espaço geográfico.

É importante salientar que é sob o viés espacial que compreendemos o processo da divisão do trabalho. A respeito, Smith (19, p.152) afirma que:

“A divisão do trabalho na sociedade é a base histórica da diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento. A divisão espacial ou territorial do trabalho não é um processo separado, mas está implícito no conceito de divisão do trabalho”.

A divisão do trabalho é a repartição social do trabalho em funções. Essas também são elementos de diferenciação de localidades e regiões, que são historicamente assimiladas por cada escala de organização da sociedade. As funções se refletem também nos contextos social, econômico e espacial, como reflexo disso, cada território usado possui uma função específica na sociedade, principalmente no âmbito produtivo. As funções exercidas por cada parte do todo são um dos fatores responsáveis pela organização endógena da própria sociedade e uma forma de particularização, dentro da totalidade. A respeito, Santos (2005,p.68) afirmava que:

“Quando a sociedade redistribui suas funções, ela altera, paralelamente, o conteúdo de todos os lugares. São as funções, que pertencem à sociedade como um todo e mediante as quais se exercitam os processos sociais, que asseguram a relação entre todos os lugares e a totalidade social”.

Assim, espacialmente, também ocorre a divisão de funções entre as localidades, as regiões e entre os Estados Nacionais.

As funções exercidas por cada parte do espaço social geram especializações que distinguem uma parte da outra. Esse é um dos princípios da lei do desenvolvimento desigual, que comentaremos adiante. A cada período histórico, muda-se o modo de produção, as técnicas relacionadas a esse modo e a própria organização da sociedade, transformam-se também as funções, o que permite um novo arranjo espacial, seja nos objetos, seja nas ações. Logicamente, resquícios de antigas funções continuam existentes em outros períodos, pois há sempre uma sobreposição de divisões do trabalho.

As mudanças que ocorrem a cada período não modificam somente fatores relacionados à socioeconomia das localidades ou regiões. Muda-se também a configuração do território, a hierarquia entre os locais e as funções que cada parte executa. A divisão territorial do trabalho é um dos fatores primordiais para essas transformações. Santos (2005, p.59) a respeito afirma que:

“A cada nova divisão do trabalho ou a cada um novo momento decisivo seu, a sociedade conhece um movimento importante, assinalado pela aparição de um novo elenco de funções e, paralelamente, pela alteração qualitativa e quantitativa das antigas funções”.

O movimento que provoca mudanças nas funções exercidas pelas localidades e regiões transforma também a organização do espaço social. A assimilação dessas novas funções não significa uma ruptura total com as formas construídas pelas divisões do trabalho anteriores. As formas continuam, porém, o conteúdo social delas se transforma. Novas formas também surgem, mas o tempo e as novas maneiras de organização do espaço transformarão o uso dessas formas. Santos (2005, p.60) dizia que:

“A cada movimento social, possibilitado pelo processo da divisão do trabalho, uma nova geografia se estabelece, seja pela criação de novas formas para atender a novas funções, seja pela alteração funcional das formas já existentes. Daí a estreita relação entre divisão social do trabalho, responsável pelos movimentos da sociedade, e a sua repartição espacial”.

Essa lógica de divisão em funções não ocorre apenas nas escalas local e regional. Muito pelo contrário, os efeitos globais das transformações advindas da divisão global do trabalho começam a ser presenciados depois das grandes navegações, ainda na idade moderna. Os Estados Nacionais tornaram-se, com o passar dos séculos, entidades interdependentes, pois as ações entre os países começaram a determinar as várias funções internas a eles, principalmente com a intensificação da globalização. A esse processo deu-se o nome de divisão internacional do trabalho. Historicamente, os países assimilaram funções que os diferenciaram uns dos outros. Essas funções foram desdobradas dentro do território usado pelos Estados.

As regiões e as localidades de um país se adaptam à divisão do trabalho, pois são orientadas internamente para isso. Entretanto, elas também sofrem conseqüências de fatores externos. É assim que as diferentes parcelas de um território se adaptam ao mercado econômico mundializado. Um exemplo disso foi o processo de industrialização que ocorreu em alguns países europeus nos séculos XVIII e XIX que se tornaram desenvolvidos posteriormente, com o auxílio, nesse processo, da divisão de funções que tais Estados assimilaram, ou seja, a sua posição na divisão internacional do trabalho. Ao contrário, os países que na época eram dependentes, ou os recém-emancipados, não conseguiram se desvincular das características coloniais que possuíam, ou seja, a de serem meros fornecedores de recursos naturais. Por outro lado, as nações que se industrializaram agregavam valor aos produtos naturais provindos de suas colônias, que eram verdadeiros anexos do território das metrópoles européias e tinham como função

elementar atender às necessidades econômicas da metrópole. Desta maneira ocorreu com Portugal e sua colônia na América, o Brasil. O litoral e o interior da colônia eram regiões distintas no que toca à exploração do território pelos lusitanos. Ciclos econômicos diferentes foram implantados nessas regiões, devido às condições endógenas de cada uma e às exigências do mercado global que se formava.

Os ciclos econômicos adotados no Brasil colônia representaram os meandros da exploração metropolitana no território. A extração de madeira, o cultivo da cana-de-açúcar e a mineração do ouro foram as formas encontradas por Portugal para explorar o território colonial brasileiro. Esses ciclos criaram uma divisão interna do trabalho, tornando determinadas partes do território especializadas em uma função, o que proporcionou um desenvolvimento desigual das regiões. O maior exemplo foi o país ter sido explorado primeiramente na faixa litorânea, sendo usado para o plantio da cana-de-açúcar. Na atualidade, como resultado dessas ações de ocupação territorial do passado, a disposição territorial da população, do modo de produção, do capital ainda possuem certa concentração na faixa litorânea do país, na qual há uma maior fluidez de informações, produtos, capitais e pessoas. Entretanto, no século XX houve uma diminuição dessa diferença entre interior e litoral. Porém, no mesmo país, ainda se vive, simultaneamente, tempos distintos.

A exploração plena do Planalto Central é resultado de um processo que tem início no começo do século XVIII, como veremos adiante. A divisão internacional do trabalho refletiu na divisão interna de funções e as cicatrizes de todo processo no espaço geográfico ainda são visíveis no período atual, representadas principalmente pela desigualdade entre as regiões do país. A conjuntura econômica internacional, no passado e na atualidade, é um combustível para a configuração interna de um território nacional, em outros termos, a divisão internacional do trabalho é o processo que tem como resultado uma divisão territorial (nacional) do trabalho (Santos, 2002b), isto é, uma divisão interna de funções. A respeito, o autor (2005, p.61) afirmou que:

“A divisão internacional do trabalho apenas nos dá a maneira de ser do modo de produção dominante, apontando as formas geográficas portadoras de uma inovação e, por isso mesmo, carregadas de uma intencionalidade nova. É através da incidência num país da divisão internacional do trabalho e da

conseqüente divisão interna do trabalho que as especificidades começam a repontar”.

O desenvolvimento econômico e social de uma parte do país recebe influências das ações advindas de fatores externos, porém os fatores internos para tal desenvolvimento, ainda dependem, principalmente, da atuação dos Estados Nacionais. O arranjo espacial de uma região ou localidade pode ser explicado pela prioridade dada àquela parcela do território pelo Estado. Essa prioridade está relacionada às funções atribuídas as parte, aos objetos inseridos, à intensidade de investimentos, entre outros fatores que tornam um local elemento único. Dessa maneira ocorreu com o norte e o sul de Goiás nos séculos XIX e XX, visto que os investimentos econômicos e a infraestrutura implantada ocorreram de forma desigual nessas regiões.

A divisão territorial do trabalho pode ser entendida como um processo delimitador de funções no espaço social, e ainda como responsável pela organização e desenvolvimento das parcelas do espaço total. Desta forma, algumas regiões são favorecidas, outras são ofuscadas dentro de um sistema hierárquico de investimento territorial. Certas parcelas do território podem possuir a função de fundo territorial, ou seja, uma poupança, para o futuro, como afirma Moraes (2002).

Não se pode falar em uso do território desvinculando-o das ações de gestão e poder, por exemplo, um espaço que possui elementos naturais somente apresenta essas características devido à atuação dos agentes públicos e particulares detentores do poder no território. Um espaço não utilizado, geralmente, é um fundo territorial, ou seja, uma área que poderá ser utilizada em um momento posterior. Parte da região Centro-Oeste e Norte poderia ser caracterizada, dessa maneira, até o processo de “Marcha para o Oeste” em meados do século XX, que promoveu transformações intensas nas regiões, principalmente no Centro-Oeste com a inserção de novas cidades, como Goiânia e Brasília e a conseqüente integração com o restante do país e a expansão da fronteira agrícola para essa macro-região.

Caracteriza-se, assim, o uso do território pelas ações do Estado. Logicamente, empresas e empresários transnacionais e nacionais, que possuem grande magnitude econômica, interferem na ocupação espacial pela capacidade de criar afluxos de

investimentos e, conseqüentemente, de pessoas. Contudo, essa ação somente é desencadeada com o consentimento de atores e agentes públicos que representam o Estado, que ainda é o principal agente de transformação espacial, e mesmo que, na atualidade, os motivos de uso do território não sejam os mesmos de outrora. A respeito, Santos (2002b, p.135) afirma que:

“(…) as diversas escalas do poder público também concorrem por uma organização do território adaptada às prerrogativas de cada qual. As modalidades de exercício da política do poder público e da política das empresas têm fundamento na divisão territorial do trabalho e buscam modificá-la à sua imagem”.

Na divisão territorial do trabalho, em que funções são atribuídas às sociedades e materializadas no uso do território, ocorre a especificação das regiões e localidades. As peculiaridades dos municípios e da região como um todo são transformadas constantemente a partir da adaptação de inovações técnicas de um período, o que proporciona rupturas com o sistema anterior. Esses fatores exigem novos sistemas de objetos e de ações como forma de adequação ao novo. Brasília, como cidade, é um dos maiores objetos técnicos inseridos no Planalto Central e co-responsável pela atual configuração do território regional.

É importante mencionar que a divisão territorial do trabalho não se traduz apenas em funções nas parcelas do território, mas também é responsável por organizá-lo, por essa razão a divisão do trabalho e as funções exercidas por cada elemento do espaço social são importantes entendimentos teóricos para a compreensão empírica da região.

1.3 - A Região e suas funções

De acordo com as palavras de Gomes (2001), a respeito do conceito de região, é importante ressaltar a existência de uma noção no senso comum, geralmente atrelada ao entendimento de localização e de extensão. Essa compreensão parte das diferenças existentes entre áreas. Não muito diferente ocorreu nos estudos geográficos. A região, para a Geografia, foi muito mais do que um mero conceito, chegou a ser o próprio objeto de estudo dessa ciência. Ao longo do tempo, em relação à região, mudou-se o

método e o enfoque de análise, porém, a característica de ser um conceito relacionado à diferenciação de áreas não se perdeu por completo ao longo dos anos.

Na Geografia, a região foi trabalhada sob vários ângulos e métodos: desde a região natural, enfatizada pelos geógrafos deterministas; a geográfica dos possibilistas; as classes de área da nova geografia; até o olhar crítico dos geógrafos do final do século passado. O conceito de região chegou a ser conhecido como verdadeiro objeto de estudo da ciência geográfica pelos possibilistas e, em outros momentos, tornou-se um mero conjunto de dados estatísticos para a geografia quantitativa, que preocupou-se com as especificidades matemáticas de um conjunto de localidades. Depois, a região passou a ser estudada sob o viés dialético, com o fortalecimento dos argumentos críticos na geografia marxista, entre outras vertentes de estudo⁸.

Para os adeptos da Geografia crítica, a região é um produto social totalmente relacionada com as leis que regem a sociedade. Assim, os geógrafos críticos explicam a região orientados pelas concepções teóricas de cunho marxistas, como o modo de produção capitalista e, em consequência, pela lei do desenvolvimento desigual e combinado, desenvolvida por Trotsky. Novack (1988, p.9) a respeito dessa lei, afirma que:

“A lei do desenvolvimento desigual e combinado é uma lei científica da mais ampla aplicação no processo histórico. Tem um caráter dual ou, melhor dizendo, é uma fusão de suas duas leis intimamente relacionadas. O seu primeiro aspecto se refere às distintas proporções no crescimento da vida social. O segundo, à correlação concreta destes fatores desigualmente desenvolvidos no processo histórico”.

Parte-se, portanto, da compreensão de constructos como, desenvolvimento desigual e combinado, divisão territorial do trabalho e desenvolvimento dos meios técnicos para se entender a região, conforme afirma Corrêa (1987, p.44). Soma-se a isso a própria ação do Estado no seu território. Contudo, é importante salientar que outras formas de compreender o conceito de região foram importantes para as respectivas escolas de pensamento da Geografia. Não nos cabe, aqui, reforçar as críticas

⁸ As concepções de região, como afirma Corrêa (1996, p.187), foram concebidas de três maneiras diferentes após 1970. Uma delas era vista como resultado dos processos capitalistas de produção. A segunda possui como foco a questão da identidade e do espaço vivido e a terceira entendida a partir de aspectos políticos.

a cada escola de pensamento e o seu entendimento sobre região. Todas elas tiveram o seu valor em cada período. Discutiremos, brevemente, esse conceito a partir dos ensinamentos obtidos com a geografia crítica do final do século XX.

Segundo Corrêa (1987, p.42), o processo de regionalização é a própria concretização da lei do desenvolvimento desigual e combinado no espaço geográfico. Para esse autor, haveria dois aspectos que relacionam a lei e o conceito de região. O primeiro é pertinente ao vínculo entre a história dos homens e a diferenciação de áreas, ou seja, determinadas localidades, historicamente, se desenvolvem diferentemente de outros lugares, seja pela divisão social do trabalho, pelas técnicas empregadas ou pela ação de grupos internos à região. A respeito Corrêa (1987, p.43) afirma que:

“As desigualdades que aparecem caracterizam-se pela combinação de aspectos distintos dos diversos momentos da história do homem. Isto resulta no aparecimento de grupos também distintos ocupando específicas parcelas da superfície da Terra, e aí imprimindo suas próprias marcas, a paisagem, que nada mais é que uma expressão de seus modos de vida”.

O segundo aspecto está relacionado aos elementos sociais de produção inerentes ao processo de regionalização. Corrêa (p.44), a respeito, afirma que “É no modo de produção capitalista que o processo de regionalização se acentua, marcado pela simultaneidade dos processos de diferenciação e integração, verificada dentro da progressiva mundialização da economia a partir do século XV”. Contudo, a lei do desenvolvimento desigual não explica isoladamente o processo de regionalização. De acordo com Corrêa, outros aspectos, combinados à lei, devem ser considerados, como a ação do Estado e a articulação dos meios de comunicação. Alguns autores destacam especificamente a divisão territorial do trabalho como o principal aspecto para a compreensão do processo de regionalização, como é o caso de Gomes (2001, p.65), que afirma “(...) a diferenciação do espaço se deve, antes de mais nada, à divisão territorial do trabalho e ao processo de acumulação capitalista que produz e distingue espacialmente possuidores e despossuídos”. Portanto, as funções assimiladas pelas parcelas do território, a partir da divisão do trabalho, tendem a proporcionar o desenvolvimento desigual, que é a base da diferenciação das partes no espaço total. Quando há uma diferenciação de funções, ocorre uma assimilação diferenciada destas, o

que resulta também em técnicas diferenciadas, conhecimentos e formas de ações próprias e partes diferenciadas, ou seja, regiões. Novack (1988, p.9) afirma que:

“Os aspectos fundamentais da lei (do desenvolvimento desigual e combinado) podem ser brevemente exemplificados da seguinte maneira: O fator mais importante do progresso humano é o domínio do homem sobre as forças de produção. Todo avanço histórico se produz por um crescimento mais rápido ou mais lento das forças produtivas neste ou naquele segmento da sociedade, devido às diferenças nas condições naturais e nas conexões históricas”.

Assim, a região tornou-se a síntese da dialética entre uma parte da sociedade e a forma como ela se organiza espacialmente. A região é um resultado das leis que regem o meio econômico, social, cultural de um espaço geográfico, em um determinado período da história, e não é um território acabado. Muito pelo contrário, a sua construção é permanente, está em constante transformação, pois as sociedades estão em permanente mutação. Essas transformações são resultados do próprio movimento da totalidade. Santos (2005, p.158) disse que “Muda o mundo e, ao mesmo tempo, mudam os lugares”. Para esse autor⁹ “(...) as regiões são subdivisões do espaço: do espaço total, do espaço nacional e mesmo do espaço local; são espaços de conveniência, lugares funcionais do todo, um produto social”. Santos (2005, p.43) ainda afirmou que “A ‘região’ não tem existência autônoma, ela não é mais que uma abstração se tomada separadamente do espaço nacional considerada como um todo”. A região torna-se um fragmento do todo, mas completamente interdependente da totalidade, o que Corrêa (1996) chama de fragmentação articulada.

A região, antigamente, era caracterizada pela homogeneidade interna de seu território, em relação a áreas do exterior. Contrariando essa noção, Santos (1997, p.46) afirma em relação à região que “Esta não garante a homogeneidade, mas, ao contrário, instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas”. A importância dos estudos regionais ultrapassa a delimitação homogeneizada do espaço social e deve-se incluir outros aspectos de grande relevância, como a forma de organização da sociedade e como ela se insere no modo de produção. Assim, Santos (1997, p.47) afirma que “(...) o estudo regional assume papel importante nos dias atuais, com a finalidade de compreender as diferentes maneiras de um mesmo modo de produção se reproduzir em

⁹ *Apud* Balbim (1996, p.165).

distintas regiões do Globo, dadas suas especificidades”. Daí a importância de se compreender a RIDE desde a gênese de suas localidades, pois, a partir dessa análise, tornam-se mais claras as transformações ocorridas na própria região e nos seus arredores. Em relação as essas transformações regionais, o agente mais atuante é o Estado.

A observação da atuação do Estado sobre a região levou Corrêa (1987, p.47) a afirmar que “O conceito de região tem sido largamente empregado para fins de ação e controle”, isso porque os Estados Nacionais procuravam, ao diferenciar áreas, realizar as práticas de domínio de forma diferenciada no território nacional. As regiões, concebidas dessa maneira, adquirem um caráter político-administrativo, como áreas de ação com determinados fins. Para Gomes (2001, p.72), “uma regionalização há sempre uma proposição política, vista sob um ângulo territorial”. Ainda para esse autor (p.73):

“(...) se a região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial, se ela coloca em jogo comunidades de interesse identificadas a uma certa área e, finalmente, se ela é sempre uma discussão entre os limites da autonomia face a um poder central, parece que estes elementos devem fazer parte desta nova definição em lugar de assumirmos de imediato uma solidariedade total com o senso comum que, neste caso da região, pode obscurecer um dado essencial: o fundamento político, de controle e gestão do território”.

O território da atual região do Distrito Federal e Entorno comportou outras divisões territoriais do trabalho no passado, exercendo funções deliberadas pelos agentes do Estado. Assim, este agiu de forma direta na sua formação, começando pelo período da mineração, com a criação de localidades e caminhos que cruzavam o território, principalmente para organizar a arrecadação de impostos. No século passado, edificou-se a Capital do país na região, modificando a história das localidades antes existentes. Iniciava-se mais uma transformação da região, que agrega localidades existentes há pelo menos 200 anos antes da construção de Brasília. Portanto, podemos afirmar que o Entorno do DF é um dos fragmentos da região do Planalto Central, cuja ocupação começa com a mineração e posteriormente com os usos diferenciados nas regiões sul e norte de Goiás.

Em síntese, a região deve ser entendida nesta pesquisa “(...) como um resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela inserção na Divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas” como afirma Corrêa (1987, p.45). O processo de produção, assimilação e implantação de técnicas também é diferenciado no espaço social como um todo e neste trabalho serão representadas pelos ciclos econômicos. A região é uma parte do espaço total e por isso possui um território usado, com funções específicas. Entretanto, região e território usado não são sinônimos. A região é uma pequena parcela do espaço social e nos dizeres de Santos, uma subdivisão. O território usado, como já afirmamos, é o próprio espaço social.

As funções, assimiladas com a divisão internacional e nacional do trabalho são transformadas ao longo do tempo e isso muda o conteúdo da região. Santos (1985, p.67) afirma que:

“A cada momento histórico, pois o que se convencionou a chamar de região, isto é, um subespaço do espaço nacional total, aparece como o melhor lugar para a realização de certo número de atividades. Tais fatores locacionais, repetimos, são apenas parcialmente regionais ou locais”.

Nos dizeres de Corrêa (1996, p.191), o Brasil e sua porção central, “(...) apresenta-se como um rico laboratório para o estudo da criação, do desfazer e do refazer regiões”. Será que essa lógica, do surgir, do desfazer e refazer se aplica ao Planalto Central? Tentaremos responder essa questão a partir da análise histórica da formação e ocupação da região.

2 - A FORMAÇÃO E A OCUPAÇÃO DA REGIÃO DO PLANALTO CENTRAL

2.1 - Contexto histórico

Antes de explanar sobre a formação e a ocupação da região do Planalto Central, é necessário compreendê-la a partir do contexto histórico em que se verifica a sua gênese. O início da história dessa região não tem começo apenas com o surgimento dos arraiais e das vilas coloniais. Esse deve englobar vários outros aspectos relacionados à própria história do Brasil e à ocupação portuguesa no território brasileiro. Portanto, para entender o processo de formação da região do Planalto Central é necessário compreender a história de ocupação das terras brasileiras desde a expansão territorial européia, que ocorreu ainda no século XV¹⁰. Um dos pioneiros nesse processo foi o Estado português. Os usos dados às terras encontradas é o fator primordial para o entendimento da ocupação do Planalto Central. Logo, não se pode desvincular o surgimento dessa região da própria história de ocupação portuguesa no Brasil.

A ocupação de terras brasileiras não se deu pelo acaso. O Estado de Portugal, como outros no continente europeu, buscava, no final da idade média, novas rotas comerciais. Porém, Portugal possuía peculiaridades que facilitavam a sua busca por novos mercados, como o desenvolvimento de técnicas de navegação, a posição geográfica e, de acordo com Boris Fausto (2006, p.9), “(...) Portugal se afirmava no conjunto da Europa como país autônomo, com tendência a voltar-se para fora”.¹¹ Esses fatores, favoráveis a Portugal, foram imprescindíveis para que a Coroa descobrisse ilhas no Atlântico e territórios no litoral da África Ocidental e começasse a explorá-los, seja pelo plantio de gêneros agrícolas importantes no comércio europeu, ou por meio da captura e comércio de escravos, ou ainda pela procura por metais preciosos. Todas essas experiências foram verdadeiros ensaios para a ocupação do território brasileiro,

¹⁰ Segundo Furtado (1998, p.5-6) a expansão territorial européia foi uma consequência da própria expansão interna do comércio. O autor afirma que “O comércio interno europeu, em intenso crescimento a partir do século XI, havia alcançado um elevado grau de desenvolvimento no século XV, quando as invasões turcas começaram a criar dificuldades crescentes às linhas orientais de abastecimento de produtos de alta qualidade, inclusive manufaturas”. Segundo o autor, a expansão também foi uma forma de contornar os obstáculos otomanos no comércio com o Oriente.

¹¹ Cabe salientar a heterogeneidade social, política e econômica em cada Estado Nacional europeu, ou pré-Estados Nacionais, fatores que influenciaram, por exemplo, nas ações expansionistas de Portugal e Espanha, que já possuíam Estados praticamente consolidados naquele período. A respeito, Moraes (2000, p.55) afirma que “Portanto, para captar as motivações e estímulos da expansão há que se compreender a divisão intra-européia do trabalho, e por meio dela a estruturação das sociedades e dos Estados em suas lutas (internas e externas) pela condição de centro do novo sistema mundial em formação”.

“achado” em 1500¹² e posteriormente colonizado por Portugal. A respeito da formação de um território e da conquista de uma parcela do espaço por uma sociedade, Moraes (2000, p.50) diz que:

“A formação de um território tem sempre em sua gênese um processo de expansão de uma sociedade. A formação territorial pode mesmo ser definida como o movimento de um grupo social que se expande no espaço e, nesse ato, passa a controlar porções do planeta que são integradas ao seu território”.

O processo, bem definido pelo autor, é a própria expansão de um modo de vida, geralmente estranho aos que são encontrados nas terras ocupadas. Há uma inserção de costumes, de um modo de produção e, conseqüentemente, de relações sociais de trabalho por um Estado em um território que se torna seu anexo. Essa foi a relação entre Portugal e o seu achado territorial, o Brasil.

A ocupação das terras brasileiras não se deu imediatamente após a descoberta pelos portugueses. O primeiro uso do território baseou-se na extração do pau-brasil, tendo no indígena a sua mão-de-obra, que foi empregada, durante o século XVI, de forma compulsória. O sistema de feitorias foi adotado no Brasil, continuando a política que a Coroa Portuguesa aplicou à costa africana, segundo Fausto (2006). Neste continente, a relação portuguesa de exploração se dava, essencialmente, na faixa litorânea. Algo similar era aplicado no Brasil, como afirma Moraes (2000, p.308). A ocupação portuguesa e o uso do território brasileiro se deram de forma incipiente, motivada talvez pelo desconhecimento das terras, ou pela não descoberta imediata de metais preciosos em quantidades satisfatórias para exploração. O autor (p.290) lista bem os motivos do aparente desinteresse português sobre as terras brasileiras:

“Na verdade, este novo território não oferecia atrativos imediatos visíveis para o conquistador lusitano. Não havia os estoques metálicos entesourados, como na América hispânica, que estimulassem uma rápida ocupação. Também não havia os lucrativos produtos e a animada rede de comércio encontrados no Índico. As populações com que se defrontaram os portugueses – independente da polêmica acerca de sua densidade – eram demasiado rudes em face mesmo dos reinos africanos com quem eles entabulavam relações. A vida material existente era pobre, todo atrativo das novas terras repousando na exuberante natureza e na desconhecida hinterlândia”.

¹² Não entraremos aqui na discussão a respeito do descobrimento ou “achamento” das terras que viriam a ser o Brasil por Portugal ou por qualquer outro país.

A ocupação somente passa a ser efetiva com a ameaça de outras nações européias não participantes do tratado de Tordesilhas, principalmente a França. Era comum, no início do século XVI, a prática de pirataria nas proximidades do litoral brasileiro por embarcações francesas. Às vezes, essa prática era financiada pelo próprio Estado francês, o que transformava os piratas em corsários. A partir das ameaças estrangeiras, o Estado português decide ocupar o território a que tinha direito¹³. A respeito, Fausto (p.18) afirma que “considerações políticas levaram a Coroa Portuguesa à convicção de que era necessário colonizar a nova terra”. Uma das medidas adotadas foi a criação de capitanias, ou seja, o Estado atribuía à particulares a posse de extensos pedaços de terra. Essa era uma forma de ocupar o território, o que diminuía as chances de sua apropriação por nações invasoras e criava, paralelamente, aparelhos de administração, entidades jurídicas e sociais no território. Assim, estava iniciando o processo de colonização do Brasil.

A forma de uso do território brasileiro que gerou lucro para a Coroa Portuguesa no primeiro século de ocupação foi com a cana-de-açúcar. Essa foi também uma forma encontrada para fixar portugueses interessados em explorar as terras concedidas. Incentivos ao plantio fizeram com que quase todas as capitanias tivessem plantações de cana. Furtado (1998, p.41) comenta que “Favores especiais foram concedidos subseqüentemente àqueles que instalassem engenhos: isenções de tributos, garantia contra a penhora dos instrumentos de produção, honrarias e títulos, etc”. Porém, poucas capitanias tiveram êxito nessa empreitada, em especial a de Pernambuco¹⁴. Portugal não arcou sozinho com os investimentos, existiam parceiros e investidores que financiavam esse sistema de produção, o que os tornam verdadeiros agentes transformadores do espaço, facilitadores na implementação de sistemas de objetos e de ações.

Dentre esses parceiros, destacaram-se os holandeses com o sistema açucareiro no Nordeste brasileiro, facilitando a implementação e a consolidação desse, o que proporcionou o início do desmatamento da Mata Atlântica, a construção de engenhos e a construção de caminhos de ligação na região, entre outros. Tempos depois da

¹³ O direito à posse das terras descobertas era certificado e legitimado pela igreja católica, que possuía nesse período *status* de instância suprema de decisões entre as nações cristãs.

¹⁴ Como afirma Moraes (2000, p.301) os investimentos nas capitanias não foram realizados de forma igual entre elas, pois as condições econômicas de cada donatário eram diferentes: “Cabe lembrar que o estabelecimento de engenhos e de grandes lavouras de cana-de-açúcar envolvia montantes de capitais expressivos, não acessíveis a boa parte dos donatários”.

instalação do sistema açucareiro no Brasil, os mesmos flamengos seriam responsáveis pela desestruturação do sistema, com as invasões holandesas¹⁵ e com o surgimento da Companhia das Índias Ocidentais. A concorrência na produção de cana-de-açúcar, a superprodução, as grandes ofertas no mercado europeu e a conseqüente queda do preço do produto desorganizaram todo o mercado, em meados do século XVII, como afirma Furtado (p.53). A economia açucareira não foi totalmente desestruturada, mas entrou em um estado de inércia que levou mais de um século para recuperar-se. O Estado de Portugal, já na segunda metade desse século, direcionava esforços para a busca de novas fontes econômicas, em que se constata a intensificação das buscas por metais preciosos. A respeito, Fausto (2006, p.53) afirma que “O *boom* dos metais preciosos afetou a economia açucareira do Nordeste. Ela já estava em dificuldades vinte anos antes da descoberta do ouro e não morreu”.

Ainda no período de união entre as coroas de Portugal e Espanha, intensificou-se a penetração no interior da colônia brasileira. Na verdade, o Tratado de Tordesilhas perdia o seu significado. Fausto (2006, p.44) a respeito afirma que:

“A União Ibérica provocou, na prática, o desconhecimento temporário do meridiano de Tordesilhas, abrindo à penetração de desbravadores portugueses territórios situados na região amazônica e em áreas que hoje fazem parte do Brasil central, na direção de Goiás e Mato Grosso”.

Após a dissolução da união das duas coroas, as delimitações territoriais somente seriam redefinidas com o Tratado de Madrid em meados do século XVIII. Cabe salientar, no entanto, que a União Ibérica proporcionou a Portugal a possibilidade de adentrar em terras originalmente espanholas, onde encontrou riquezas e fixou assentamentos. É somente na segunda metade do século XVII, com a reestruturação de Portugal como Estado Nacional autônomo, que o colonizador começa a encontrar os primeiros vestígios de grandes lavras de ouro nas terras interioranas de sua colônia.

Um motivo que pode explicar o rápido desenvolvimento da economia pautada na mineração foi o estado em que se encontravam as finanças portuguesas e da própria colônia na segunda metade do século XVII. Furtado (1998, p.73) afirma que “O estado de prostração e pobreza em que se encontravam a Metrópole e a colônia explica a

¹⁵ Invasões que ocorreram como conseqüência da união ibérica entre os Estados de Portugal e Espanha sob comando dos Bourbons.

extraordinária rapidez com que se desenvolveu a economia do ouro nos primeiros decênios do século XVIII”. Como consequência, milhares de pessoas migraram de Portugal e de outras localidades do Brasil para as regiões onde foram encontrados os metais, principalmente o ouro. Além disso, a mineração significou a expansão territorial em direção ao interior, visto que os metais foram encontrados em regiões distantes dos grandes centros da época, Salvador e Rio de Janeiro. O autor (p.78) delimitou o território de uso na mineração: “A base geográfica da economia mineira estava situada numa vasta região compreendida entre a serra da Mantiqueira, no atual Estado de Minas, e a região de Cuiabá, no Mato Grosso, passando por Goiás”. Formaram-se nessas regiões centros urbanos e pequenos povoados. Na verdade, a população não se fixava permanentemente em um lugar. O estabelecimento em determinado local era temporário e dependia dos rendimentos proporcionados pela mineração. Furtado (p.78), sobre a movimentação populacional para as regiões de mineração afirma que:

“Em algumas regiões a curva de produção subiu e baixou rapidamente provocando grandes fluxos e refluxos de população; noutras, essa curva foi menos abrupta, tornando-se possível um desenvolvimento demográfico mais regular e a fixação definitiva de núcleos importantes de população”.

O uso do território, com a finalidade da mineração, iniciou a ocupação do interior do Brasil, em especial sua parte central e isso, de certa forma, trouxe alguma conexão entre o litoral e o interior da colônia, como afirma Fasto (2000, p.53). Os colonizadores, em suas ações, construíram na região, objetos técnicos próprios para a prospecção do ouro. A paisagem do Brasil central começava a mudar e as primeiras localidades surgiram. Contudo, a finalidade de todo esse processo instaurado para a mineração não era proporcionar o desenvolvimento do interior, tampouco o da colônia como um todo, mas sim o lucro da Coroa portuguesa com os metais preciosos que eram, em certos casos, facilmente encontrados¹⁶. Medidas foram adotadas pelo Estado português visando ao recebimento das taxas que eram destinadas aos cofres da Coroa, como exemplo, pode-se citar o “Quinto”, (Silva, 2000). Paralelamente, as regiões de mineração tiveram um desenvolvimento endógeno praticamente nulo, como afirma Furtado (1998, p.79). Porém, a parte do ouro que ficou na região era empreendida na

¹⁶ O ouro, proveniente do Brasil central não ficou, necessariamente, nos cofres portugueses, tendo em vista que o *deficit* da balança de exportações e importações junto à Inglaterra, fruto do tratado de *Methuen*, resultou no redirecionamento de parte do ouro brasileiro para a ilha britânica.

construção de igrejas, estabelecimentos culturais, ruas, pontes, entre outros. Fausto (2006, p.52-53) a respeito do destino da riqueza provinda do ouro¹⁷ afirma que:

“Os metais preciosos realizaram um circuito triangular: uma parte ficou no Brasil, dando origem à relativa riqueza da região das minas; outra seguiu para Portugal, onde foi consumida no longo reinado de Dom João V (1706-1750), em especial nos gastos da Corte e em obras como o gigantesco palácio-convento de Mafra; outra parte, finalmente, de forma direta, via contrabando, ou indireta, foi parar em mãos britânicas, acelerando a acumulação de capitais na Inglaterra”.

Nas regiões de mineração, o custo de vida era altíssimo se comparado com a região litorânea. A ação contraditória do Estado português em proibir, em muitos casos, a produção de gêneros alimentícios nas proximidades das minas resultou na necessidade de importação de quase tudo que se consumia. Paralelamente, as grandes distâncias dificultavam o transporte terrestre para o interior da colônia, que não dispunha de outra forma de acesso a essas áreas. Outras regiões da colônia se beneficiaram dessa restrição, como o Sul, o Nordeste e a própria capitania de São Paulo. O comércio de mulas, de gado bovino e de gêneros para alimentação da sociedade mineira proporcionou o que Furtado (1998, p.77) chama de “mercado de proporções superiores ao do ciclo da cana-de-açúcar”. O autor, na mesma página, afirma que:

“Essas distintas regiões viviam independentemente e tenderiam provavelmente a desenvolver-se, num regime de subsistência, sem vínculos de solidariedade econômica que as articulassem. A economia mineira abriu um novo ciclo de desenvolvimento para todas elas. Por um lado, elevou substancialmente a rentabilidade da atividade pecuária, induzindo a uma utilização mais ampla das terras e do rebanho. Por outro, fez interdependentes as diferentes regiões, especializadas umas na criação, outras na engorda e distribuição e outras constituindo os principais mercados consumidores. É um equívoco supor que foi a criação que uniu essas regiões. Quem as uniu foi a procura de gado que se irradiava do centro dinâmico constituído pela economia mineira”.

Pode-se afirmar, portanto, que a mineração provocou, no território colonial, a primeira grande divisão do trabalho. A necessidade que a região de exploração do ouro tinha de mantimentos e de animais para meio de transporte iniciou, mesmo que de forma incipiente, os primeiros contatos inter-regionais no Brasil. Surgiram regiões de mineração e regiões de apoio a essa atividade.

¹⁷ É importante ressaltar que mesmo tendo parte das riquezas permanecido nas regiões de mineração, essa não foi utilizada, de um modo geral, para estimular o desenvolvimento social e econômico da sociedade da época e do próprio território de mineração.

Como já foi comentado, a busca por metais preciosos e a nascente economia mineradora tornaram-se necessárias para Portugal devido à sua situação econômica desfavorável. As conseqüências dos achados auríferos foram enormes tanto para o Brasil quanto para Portugal, resultando na intensificação do uso do território nas partes interiores da colônia. Como exemplos das mudanças sociais, espaciais e econômicas provocadas no período, podemos citar a migração para as regiões de minas; a manutenção do trabalho compulsório, que na verdade proporcionou um aumento nos preços dos escravos e uma possibilidade desses conseguirem a liberdade¹⁸; a articulação entre áreas distantes da colônia. Contudo, a transformação mais contundente para a região central do Brasil, em especial para o Planalto Central, foi o início da ocupação e do uso do território. A mineração seria o fator inicial para o surgimento das primeiras vilas e cidades na região.

2.2 - A mineração e a formação do Planalto Central

A mineração no Brasil central tem, antes de sua efetivação e concretização como ciclo econômico e como parte do processo de transformação do território brasileiro, um lado mítico. O provável início da história de ocupação da região do Planalto Central começa com o mito do lago Dourado – Sabarabuçu. Segundo Bertran (2000, p.37), ainda no século XVI, os estudos a respeito da colônia brasileira¹⁹ falavam sobre uma região vasta e desconhecida, que possuía enormes riquezas minerais em ouro e prata, comparáveis às do Peru e México. Imaginava-se um lago dourado. Informações dadas por índios apontavam para um lago nas nascentes comuns das bacias do São Francisco, do Prata e Tocantins, Bertran (p.38). O autor a respeito afirma que “O lago resumia e dava nascimento a todas as bacias hidrográficas do Brasil, que, unidas, faziam com que a Terra de Santa Cruz fosse, em verdade, face ao conhecimento quinhentista, uma ilha”. Índios capturados na Capitania de São Paulo afirmavam que Sabarabuçu, ou Sol da Terra, ficava próximo à lagoa Vupabuçu ou Paraupava, próximo às nascentes do São Francisco. Bandeiras foram realizadas para a verificação do mito. A expedição

¹⁸ Segundo Furtado (1998, p.75) “(...), a forma como se organiza o trabalho permite que o escravo tenha maior iniciativa e que circule num meio social mais complexo. Muitos escravos chegam mesmo a trabalhar por conta própria, comprometendo-se a pagar periodicamente uma quantia fixa a seu dono, o que lhes abre a possibilidade de comprar a própria liberdade”.

¹⁹ Trabalho descritivo do Brasil de Gabriel Soares de Souza, segundo Paulo Bertran (2000).

precursora foi a de Domingos Luís Grou. A expedição, realizada entre os anos de 1589 a 1593, seria a primeira bandeira a adentrar solo goiano como mostra a figura 2, segundo Bertran (2000). Essas primeiras experiências na região do Brasil central foram decepcionantes em relação ao achado de grandes fontes auríferas e de outros metais preciosos e o mito foi desfeito já no início do século XVII. Tais entradas, no entanto, não buscavam somente ouro, como afirma Palacín e Moraes (2001, p.7):

“É certo que, já no primeiro século da colonização do Brasil, diversas expedições – ‘entradas’, ‘descidas’, ‘bandeiras’ – percorreram parte do território do atual estado de Goiás, embora não se conservem notícias precisas. Essas expedições, organizadas principalmente na Bahia, centro então da colonização, eram ou de caráter oficial, destinadas a explorar o interior e buscar riquezas minerais, ou de empresas comerciais particulares, organizadas para a captura de índios”.

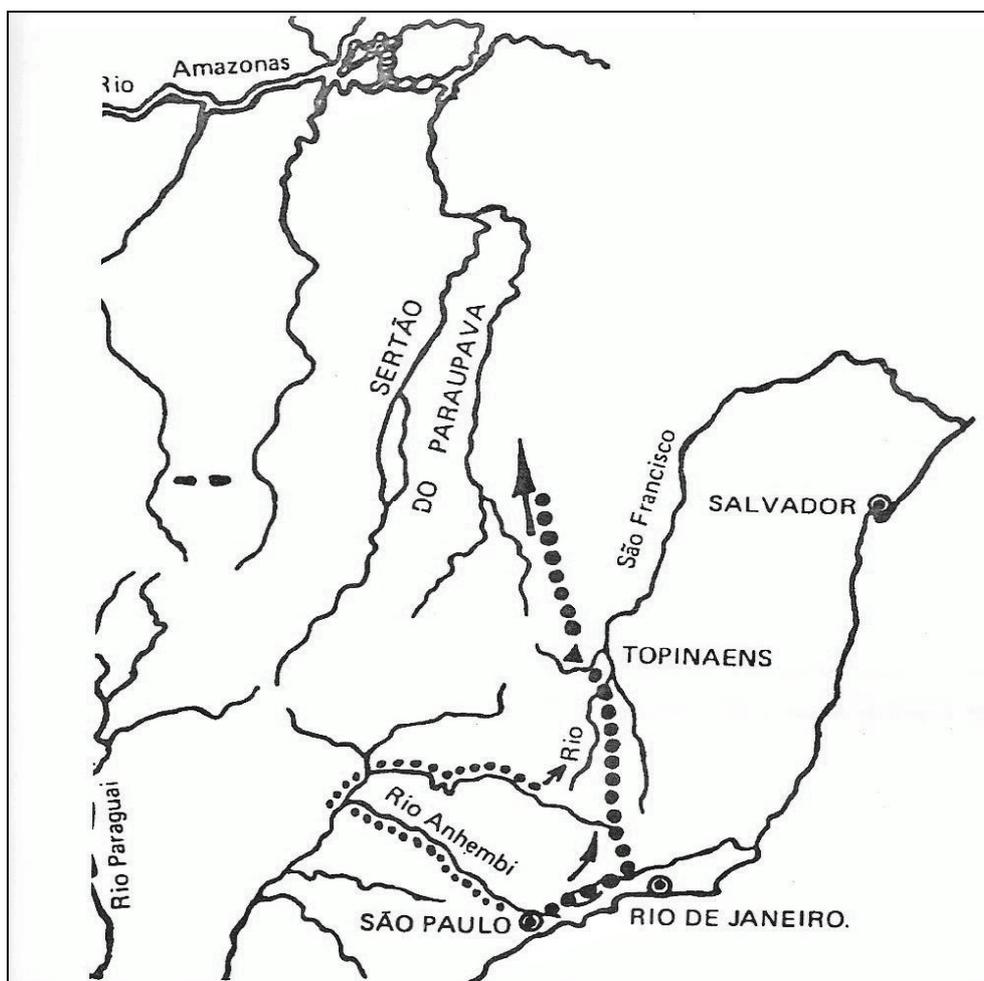


Figura 2. A rota da primeira expedição à procura de Sabarabuçu, o lago dourado. Figura retirada da obra de Bertran (2000).

Grandes descobertas e a exploração de metais, principalmente do ouro, ocorreram ao longo do século XVIII. Foram encontrados, em um primeiro instante, lavras de ouro nos atuais estados de Minas Gerais e Mato Grosso em 1690 e 1718, respectivamente. Essas descobertas contribuíram para os achados em Goiás. Segundo Silva (2000), a Coroa portuguesa acreditava em um “novo eldorado”, o qual englobaria a região que compõe os estados citados acima. Novas expedições foram realizadas no final do século XVII e início do posterior, destacando-se as realizadas por Bartolomeu Bueno da Silva – Anhangüera Pai – e, posteriormente, as realizadas por seu filho – Anhangüera Filho. As entradas realizadas pelo Anhangüera Pai foram importantes para o descobrimento de jazidas em Mato Grosso e Goiás. O Filho, por sua vez, teria importância ímpar para a ocupação do Planalto Central e o surgimento de suas localidades, como indica Bertran (2000, p.65):

“A primeira expedição ‘moderna’ com visos colonialistas a entrar na região e a primeira a perlustrar o Planalto Central é a do descobridor das minas dos Guayazes e fundador de sua colonização, Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera II”.

Nesse período, as expedições realizadas foram mais precisas do que as anteriores, pois os bandeirantes dispunham de importantes informações colhidas anteriormente. Essas foram também as primeiras expedições rentáveis, fato imprescindível para a ocupação do território. A bandeira que obteve maior êxito sob o comando de Anhangüera Filho saiu de São Paulo em três de julho de 1722 e retornou em 21 de outubro de 1725, segundo Bertran (2000). O desbravador se vangloriava de ter descoberto cinco ribeirões com ouro²⁰. As áreas descobertas ficavam próximas à bacia do Rio Vermelho, próximo à Luziânia. Várias outras bandeiras partiram de São Paulo em direção às terras de Goiás, começando assim, a exploração do Brasil central. A região do Planalto Central tornou-se uma das mais exploradas, pois, como já comentado, era propícia, geologicamente, para a mineração do ouro. Nos dizeres de Bertran (1978, p.23), “A formação do espaço portanto começa com o ouro”. Era o início da devastação do espaço natural para a constituição de um espaço artificializado, visando adequá-lo para a implementação das minas de prospecção ou para a introdução de instrumentos mais simples para a extração do ouro de aluvião.

²⁰ Após o descobrimento de várias minas em Goiás, Anhangüera Filho tornou-se Superintendente Geral das Minas de Goiás, segundo Rezende e Silva (2002, p.74).

Logo após a descoberta do ouro no Brasil central, o Estado português, destinou mais atenção àquela parcela do território colonial. Isso significou, em termos práticos, o envio de representantes da Coroa para a região, ou seja, verdadeiros olhos, ouvidos e mãos do Rei. Rezende e Silva (2002, p.74) afirmam que “Com a descoberta das minas em Goiás inaugurou-se na região a usual prática política de delegar poderes a particulares para zelarem pela administração pública local”. A mineração trouxe, além do fluxo migratório para a região da mineração, todo um aparelho de controle do Estado.

O objetivo de nomear representantes para a região das minas era tão somente o de maximizar os rendimentos da Coroa com o ouro. Ela impôs o Quinto, ou seja, uma espécie de imposto de renda colonial. Esse imposto que insidia em toda região de mineração, inclusive no Planalto Central, significava a retenção pela Coroa de 20% do faturamento líquido dos mineiros. O pagamento era feito na casa de cunhagem que, no do Planalto Central, ficava em Vila Boa. Entretanto, como nos dias atuais, muitos tentavam burlar o sistema de recolhimento de impostos, prática que caracterizava o contrabando. A respeito Rezende e Silva (2002, p.75) afirma que:

“Durante os primeiros anos de atividade mineradora em Goiás, as regras impostas pela autoridade real muitas vezes eram desconsideradas pelos habitantes das minas. Devido principalmente à sede de enriquecimento, eles deixavam de cumprir suas obrigações fiscais, na expectativa da impunidade e, dada a grande distância existente entre o território das minas e a sede do governo da Capitania de São Paulo, o controle administrativo da arrecadação acabava dificultando”.

A fiscalização, o número de representantes e o próprio aparelho do Estado postos na região de mineração eram pouco eficientes e, no caso das minas do Planalto Central, o controle era feito pela Capitania de São Paulo. Desde a descoberta do ouro, os mineiros e até representantes da Coroa portuguesa argumentavam em favor da criação de capitânicas na região de mineração. Rezende e Silva (p.78) afirma que:

“Para a Coroa portuguesa a melhor forma para controlar as minas era implantar uma organização específica para a região dos Guayazes, visto que um governo com uma administração e justiça presentes poderia garantir um saldo mais positivo em relação à produção mineral, seguindo seus objetivos de obtenção de lucros”.

Cabe salientar que a Capitania de Goiás foi criada pela Decisão Régia de nove de maio de 1748, que desmembrou essa unidade da colônia da Capitania de São Paulo, porém, o fato se deu somente em razão da maximização dos lucros advindos do trabalho dos mineiros. A Capitania já nascera com um bom número de arraiais e com uma Vila como sede, a cidade de Vila Boa.

Enfatizaremos, a partir desse ponto, três localidades bastante emblemáticas para a região do Planalto Central e para a atual região do Distrito Federal e Entorno. A geografia histórica de Pirenópolis, Formosa e Luziânia resume o próprio processo de formação do Planalto, em que a exploração do ouro foi a condição engatilhadora de todo esse processo. Deve-se ressaltar, contudo, que essas localidades não se desenvolveram somente por causa da extração do ouro, visto que os aglomerados populacionais de meados do século XVIII começaram a realizar outras atividades, principalmente quando se iniciou o declínio desse ciclo. Entretanto, o que se verifica é que o território de mineração na região do Planalto Central foi a principal razão para o surgimento das primeiras cidades que deram origem a todas as outras, da parte goiana da RIDE.

2.3 - A constituição dos municípios-gênese da região do Distrito Federal e Entorno

A história das localidades que formaram a região do Planalto Central tem início na primeira metade do século XVIII, quando os núcleos urbanos, que se transformaram nas atuais cidades de Pirenópolis, Luziânia, Formosa, entre outros, surgiram. Esses três primitivos urbanos de outrora correspondem à base dos municípios que compõem a atual região do Distrito Federal e Entorno.

Esses núcleos urbanos receberam os nomes de Meia Ponte, Santa Luzia e Arraial de Couros e possuem algumas características similares em relação ao seu surgimento pois, todos estiveram ligados direta ou indiretamente ao processo de mineração. O surgimento das localidades se dava, muitas vezes, com um aglomerado de casas, em alguns casos precárias. As lavras de ouro e as casas foram os primeiros objetos técnicos inseridos na região e, inclusive, algumas residências eram erguidas nas proximidades das minas. Outros núcleos surgiram por razões diferentes, por exemplo, com a finalidade de servir como entreposto para o transporte de ouro, pessoas e mantimentos;

posto de fiscalização dos impostos reais e outros surgiram como povoados com aglomerações de residências nas sesmarias concedidas pela Coroa portuguesa. Os municípios de Pirenópolis, Luziânia e Formos são originários dos povoados citados acima. A compreensão da história dessas localidades ajuda a entender o processo de ocupação e formação da atual RIDE.

Um dos primeiros povoados formados na região do Planalto Central no período da mineração foi o de Meia Ponte. O descobrimento de ouro nas proximidades da atual cidade de Pirenópolis é atribuído a Urbano do Couto Menezes, homem encarregado pelo Anhangüera Filho de explorar a região. Fundado em 1731 por Manuel Rodrigues Tomar, o Arraial de Meia Ponte foi transformado em município somente em 1832.

O núcleo urbano de Meia Ponte começou a se destacar com a exploração do ouro logo após a descoberta das primeiras minas. A respeito, Carvalho (2003, p.10) afirma que “Pirenópolis logo se destacou no cenário e na atenção dos governantes. O ouro abundava às margens do rio das Almas, onde foi instalado o primeiro aldeamento”.

Da mesma forma como ocorreu em outras cidades que tiveram a mineração como principal fonte de atração populacional, Pirenópolis construiu parte do seu espaço urbano com a riqueza que o ouro gerava. Casarões, igrejas, a pavimentação das ruas, as fazendas, entre outros, eram o resultado do processo de construção do espaço relacionado ao sucesso advindo das minas. A influência portuguesa na arquitetura é inegável. Carvalho (p.10) a respeito afirma que “(...), os portugueses ergueram suntuosa igreja, que para a região figurava mais como uma catedral, e casarões de várias janelas, amplos quintais e longas ruas”. Os lusitanos trouxeram para a região costumes que não eram típicos de Portugal, mas sim de outros lugares colonizados por eles. Segundo Bertran (2000), a varanda e o sarapatel - o primeiro uma área coberta fora do perímetro das casas e o segundo um prato típico - vieram da Índia e são comuns na região. Os costumes, tanto em Pirenópolis quanto em outros locais, sofreram influência dos povos que ocuparam e usaram o território, como os índios Caiapós, os portugueses e os negros.

O arraial de Meia Ponte, em meados do século XVIII, era o principal centro econômico da capitania de Goiás e sua influência econômica ultrapassou o seu

território. Não se tornou a capital por razões políticas, como afirma Bertran (p.79). Entretanto, a importância econômica da cidade não se restringia apenas ao fato de existirem minas de ouro em seu sítio, visto que nem eram as maiores da Capitania, mas ao fato de ser ponto de ligação entre os vários locais daquele período, como mostrado na figura 3. Meia Ponte era uma localidade estratégica no escoamento de todo o ouro produzido na capital da Capitania, na época a cidade de Vila Boa. Bertran (2000, p.97), a esse respeito, afirma que “Pirenópolis não deixou especial fama por suas lavras de ouro, mas logo se estabeleceu como ponto central das vias de comunicação das minas que todo ano brotavam em solo goiano e tocantinense”.

O arraial de Meia Ponte era o principal entroncamento viário, pelo qual se escoava a produção mineral para a Bahia, Capital do país até 1763, e para o Rio de Janeiro, posteriormente. Tanto em sentido à Bahia quanto ao Rio de Janeiro, os comboios carregados de ouro passavam nas proximidades e até dentro do atual território do Distrito Federal. Para se ter uma idéia, próximo ao que se tornaria o Plano Piloto foi criado um posto fiscal, conhecido como Contagem de São João das Três Barras. Os Metais provenientes de Pirenópolis com destino à Bahia eram fiscalizados nesse posto. Na figura 3, é possível verificar o entroncamento em Meia Ponte e os destinos aos quais arraial levava. A posição geográfica foi decisiva para o desenvolvimento da localidade no século XVIII e para gerar os primeiros fluxos de produção e pessoas na região.

A mineração teve seu ápice em toda região do Planalto Central em meados do século XVIII. A produção mineral, em uma escala para exploração, se prolongou até o final do século. A decadência do ouro teve início a partir daquele período e provocou o surgimento de novas formas de uso do território em Meia Ponte.

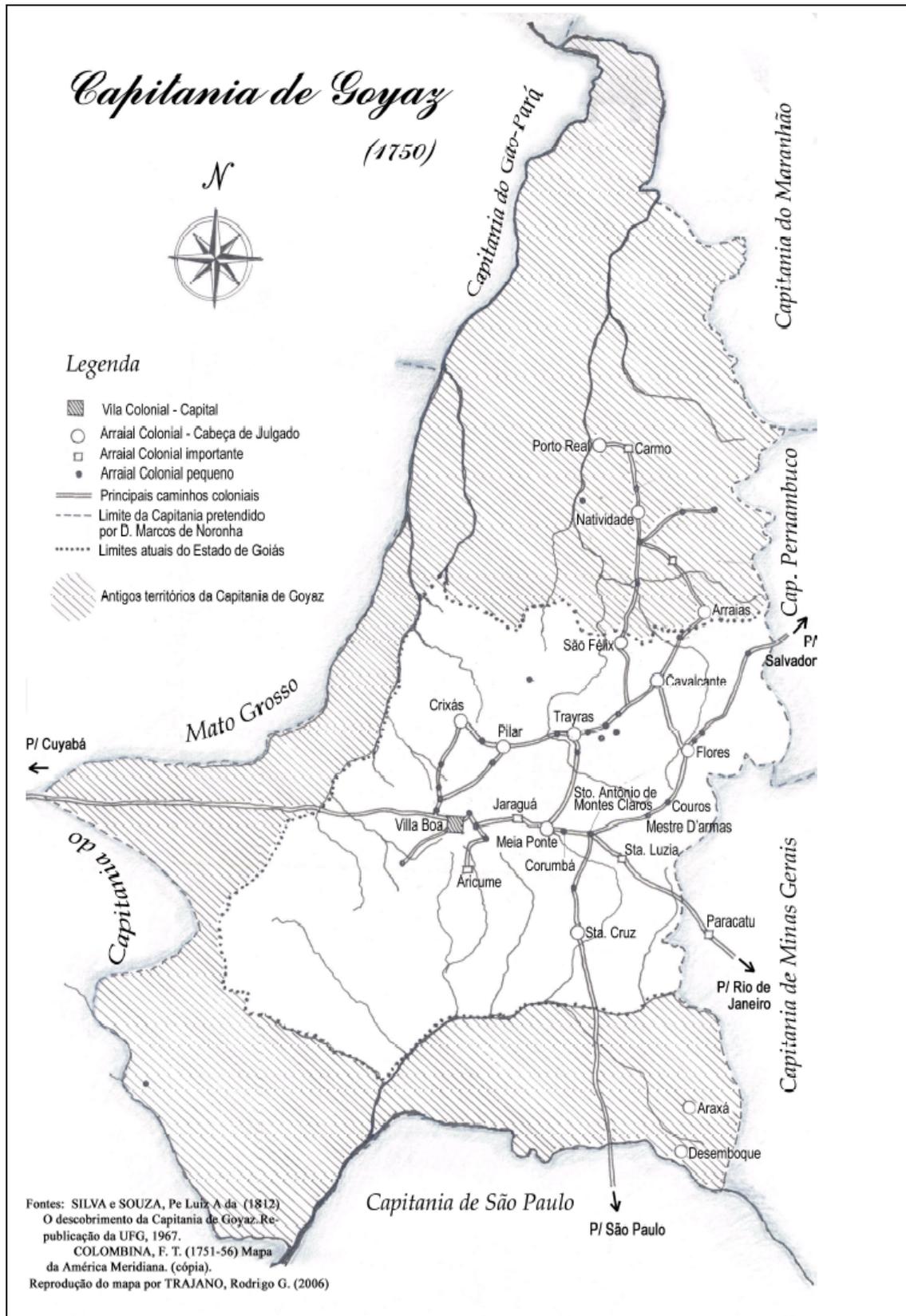


Figura 3. Localidades da capitania de Goyaz, destacando os caminhos entre as vilas e os Arraiais auríferos.

O arraial de Santa Luzia não possui uma história muito diferente de Meia Ponte. A busca pelo ouro foi a motivação inicial para a criação de um povoado no atual sítio urbano de Luziânia. O responsável pelo surgimento do arraial foi Antônio Bueno de Azevedo que, no dia 13 de dezembro de 1746, fundou Santa Luzia em homenagem à santa do dia. O desbravador partiu de Paracatu, hoje cidade do estado de Minas Gerais, em busca de locais propícios ao afloramento do ouro. Ao encontrar ouro no rio Vermelho, Bueno de Azevedo solicitou guardamoria à Capitania de São Paulo, o que lhe concedia de administração e repartição de lavras. A notícia se espalhou e, em poucos meses, a paisagem da região se modificou: casas foram levantadas, fazendas formadas e outros povoados surgiram nas proximidades, como é o caso de Santo Antônio da Boa Vista que, no século XX, se tornaria do Descoberto. Objetos técnicos foram instalados no território, que se destacou pelas minas de extração do ouro e por um rego d'água conhecido como Saia Velha, utilizado para abastecer as lavras de ouro da região.

A transformação do espaço natural em território usado pela mineração proporcionou bons rendimentos aos mineradores. Como afirma Bertran (2000, p.112), “A cidade de Luziânia assenta-se sobre uma grande mina de ouro, a primeira que se descobriu e a que mais riquezas concentrou”. O período de maior produtividade em Santa Luzia não se diferencia do restante da região do Planalto Central, ou seja, duraria algumas décadas do século XVIII. O número de escravos destinados à prospecção do ouro mostra bem o tamanho da procura pelo metal e a transformação espacial na região. Segundo Meireles (1996, p.35-36):

“Assim, não é exagero estimar em 1000 o número de escravos nas minas de Santa Luzia, os quais, produzindo 150 gramas/ano cada um, fariam coincidir os cálculos de 10 arrobas/ano, de produção, o que foi suficiente para segurar a população, garantir a prosperidade e desenvolvimento do lugar e tornar definitiva e próspera a fundação de Santa Luzia, (...)”.

Mais um exemplo da constituição de objetos no período da mineração foi a construção do rego d'água de Saia Velha. Bertran (2000) afirma que a construção foi uma obra portentosa, com mais de 42 quilômetros de extensão desde o ribeirão Saia Velha, atravessando o território do atual DF, até as proximidades da igreja do Rosário, já em Luziânia. Foram quase três anos de trabalho, durante os anos de 1768 a 1770. O rego surgiu como uma solução para a falta de água para apuração do ouro, ou seja, para a separação do metal valioso do cascalho sem valor. A participação de escravos na obra

foi enorme. As minas, o rego, o povoado, entre outros são demonstrações claras das formas de uso do território segundo perspectivas econômicas e sociais da mineração daquela época. As transformações não ficaram restritas ao espaço natural, expandindo-se para a organização da sociedade que povoou Santa Luzia. Essas características não ficaram presas no passado, elas ainda estão presentes no cotidiano da cidade, seja nas relações entre as pessoas, ou nas formas urbanas e rurais que foram constituídas em outros séculos.

Diferentemente de Pirenópolis e Luziânia, a razão do surgimento de Formosa não está diretamente ligada à mineração. Na verdade, a fundação do arraial de Couros, núcleo que deu origem à cidade, ainda provoca dúvidas entre historiadores de Goiás. O uso do território em Formosa possui peculiaridades em relação ao restante da região do Planalto Central. Desde seus primórdios, o arraial de Couros se destacava pelo comércio e não necessariamente pela busca por metais preciosos em suas proximidades. A principal atividade já no século XVIII foi o rebanho bovino e dos famosos couros de gado. Essas atividades econômicas, entre outras, contribuíram para que Formosa se destacasse, economicamente, em relação aos outros municípios que não eram possuidores de minas auríferas.

São variadas e, às vezes, contraditórias as informações acerca do surgimento do arraial de Couros. Porém, alguns indícios mostram como foi constituído o espaço social naquela localidade já no século XVII. A mineração, como já foi mencionado, não foi o fator primordial para o surgimento de Formosa, mas pode-se afirmar que contribuiu indiretamente para isso, visto que o ouro explorado em boa parte das minas da parte central de Goiás passava pela famosa picada da Bahia, caminho que cruzava o atual território de Formosa, como mostra a figura 3. As picadas eram verdadeiras estradas ou caminhos que ligavam os distantes pontos do país. O fluxo de pessoas e mercadorias era intenso na Capitania de Goiás e em especial em Couros, naquele período, se considerarmos os padrões da época. A Coroa portuguesa, tendo em vista a diminuição do contrabando do ouro na região de Formosa, resolveu estabelecer dois registros, ou seja, postos de fiscalização próximos ao núcleo que deu origem à cidade. Esses eram os registros da Lagoa Feia e o de Arrepentidos. Não se atribui o surgimento do arraial à criação dos registros, que ocorreu na década de 1730, mas é inegável a importância desses postos para a consolidação do arraial que surgiria na década posterior.

Nas primeiras décadas do século XVIII, dava-se início à expansão da pecuária nordestina por determinação da própria Coroa, que não aceitava a atividade no mesmo espaço canavieiro. Alguns historiadores, como Bertran (2000), acreditam que essa expansão teria chegado às terras que ficam além da margem esquerda do Rio São Francisco. Para ser mais preciso, teriam chegado até as proximidades de Formosa. Para o autor (p.60-62), fazendeiros moradores das terras novas, fruto da expansão, já desbravavam a região do Baixo Paranã no final do século XVII e início do posterior, e somente não se estabeleceram na região por causa das violentas lutas contra os índios Acroá-açu. Elementos da pecuária foram deixados no território quando os fazendeiros se retiraram. Essa história corrobora os relatos de Bartolomeu Bueno da Silva Filho – O Anhangüera Filho – que esteve na região em 1722. O gado, que se tornou uma das principais fontes de riqueza em Formosa, pode ter antecedido a existência da própria cidade.

Apesar de toda essa história, o surgimento do arraial de Couros não está relacionado, diretamente, aos vestígios de gado encontrados por Anhangüera Filho. O indício mais forte para tal surgimento recai sobre a existência do extinto arraial de Santo Antônio do Itiquira. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – (1958, p.168) “Nos meados do século XVIII um povoado cresceu logo abaixo da embocadura do Itiquira com o Paranã: o arraial de Santo Antônio”. Porém, o local, que não ficava longe do registro da Lagoa Feia, era insalubre. Muitas pessoas que lá residiam morreram em razão de febres, provavelmente a amarela. O IBGE (p.168) ainda afirma que “Dizimados pelas febres, os habitantes pereciam às centenas, anualmente. Transferiram-se, então, para o local onde vinham mercenciar, surgindo assim o arraial dos Couros, primitivo nome de Formosa (1736-1750)”. O local destinado ao comércio era, também, onde os tropeiros que transitavam pelas picadas tiravam “pouso”, ou seja, descasavam das longas viagens.

Chauvet (2005), a respeito do arraial de Santo Antônio afirma²¹ que era um povoado de crioulos e negros, talvez ex-moradores de quilombos ou alforriados. Na

²¹ Citando Olympio Jacintho.

verdade, a origem das pessoas que habitavam o arraial ainda é um mistério. O autor (p.167) afirma:

“Que há uma mudança do Arraial de Santo Antônio para o Arraial dos Couros e que seus primeiros habitantes eram negros, parece haver um certo consenso. Mas, em plena época da mineração e da escravidão na qual os negros valiam ouro – literalmente, quem são esses negros que vivem em um arraial ou fundam um arraial? Libertos pelos patrões ou por força da miscigenação com brancos e, por isso, receberam alforria, ou eram remanescentes de quilombos ou era o próprio Arraial um quilombo? O mistério continua”.

Porém, sabe-se que a provável origem de Formosa é mesmo o Arraial de Santo Antônio do Itiquira e que o nome Couros se deu pelo fato de os comerciantes, que na localidade se estabeleceram, colocarem as peles dos animais nos telhados das casas, para secarem mais rapidamente.

O Arraial de Couros não possui uma data de fundação precisa. Estabelece-se o ano de 1749. Porém, a fixação dos homens brancos ocorreu alguns anos antes. Chauvet (2005, p.156) afirma que “os primeiros homens brancos que comprovadamente vão morar na região de Formosa e DF estão relacionados com a política de Sesmarias”. Couros tinha, no século XVIII, a função elementar de abastecer a região mineradora com produtos pecuários. Essas concessões de terras possuíam o objetivo de fornecer, entre outros, mantimentos à região de mineração, como a criação de gado. Além disso, as Sesmarias de Couros iniciaram o processo de ocupação do solo também no Distrito Federal e, começava, assim, a distribuição de terras por parte do Estado, fato não muito diferente de um passado mais recente na região. O primeiro sesmeiro em terras do DF foi Manoel Barros Lima, nas terras ao norte do Plano Piloto. Já em Formosa, antes de 1739, Manoel d’Almeida obtinha duas licenças de sesmarias. Percebe-se que, diferentemente de Pirenópolis e Luziânia, em Formosa os objetos técnicos que foram constituídos no espaço seguiram motivações econômicas distintas daquelas.

As sesmarias, que se tornaram grandes fazendas na região, seriam mais bem sucedidas do que as minas de ouro no século posterior, pois, não obstante a variação de ciclos econômicos, a estrutura fundiária estabelecida há mais de dois séculos se mantém até os dias de hoje. Isso reflete diretamente na configuração territorial do presente. As

técnicas, as tecnologias modificaram-se em 250 anos, mas a forma de exploração dessas terras, a maneira de obter riquezas, não se transformou por completo.

A mineração foi um ciclo econômico efêmero em todo o Brasil central, não durou, efetivamente todo o século XVIII. Além do ouro, que abasteceu os cofres lusitanos e ingleses, o grande legado desse período foi o início da ocupação dessa parte da colônia e sua inserção na economia colonial. Foi a primeira ação de ocupação do território interiorano do Brasil. A constituição de arraiais, vilas, julgados e novas capitanias foi o suporte para o aparelhamento do Estado na região e para promover a melhor fluidez da produção. Dessa maneira, percebe-se que, mesmo que o ciclo tenha sido curto, ele deixou marcas em toda a Capitania de Goiás e nas localidades diretamente envolvidas. A localização dos municípios, a configuração do território, cidades, campos e os costumes são exemplos do legado aurífero.

Logicamente, a ocupação do Planalto Central no século XVIII se deu, essencialmente, em razão da possibilidade de enriquecimento rápido com a mineração do ouro. Caso as condições geológicas não fossem favoráveis, provavelmente, as transformações nesse território não teriam as proporções que alcançaram. Naquele período, a mineração ocorreu em razão das condições físicas do território e também pela importância financeira que o ouro representava para Portugal, ou seja, a Coroa portuguesa somente permitiu a exploração aurífera pelas possibilidades de ganho. Por isso, a região ganhou uma função específica e essa se tornou sua própria feição naquele período da história. Essa função, a que denominamos de ciclo da mineração, foi o primeiro uso efetivo e de larga escala de todo o Planalto. O seu fim, aproximadamente em 1800, é o primeiro marco histórico de transição do uso do território no Planalto Central e o que viria depois seria um longo século de ostracismo.

3 - A DISSOLUÇÃO DA REGIÃO MINERADORA, A AGROPECUÁRIA DE SUBSISTÊNCIA E A INSERÇÃO NA ECONOMIA NACIONAL: 1800 - 1950

3.1 - A estagnação econômica em Goiás (1800 – 1900)

O fim do ciclo da mineração foi responsável também pelo isolamento das localidades da Capitania de Goiás, o que se pode perceber, por exemplo, no modo como a movimentação de tropeiros que trazendo produtos para abastecer a região de mineração diminuiu drasticamente, (Funes, 1986). No início do século XIX, tornou-se extremamente dispendioso abastecer essa região, pois os preços elevados dos produtos, cobrados pelo estímulo do preço do ouro, tornaram-se inviáveis com a agropecuária de subsistência. Na verdade, a Capitania de Goiás entrou em uma crise econômica tão profunda que era bastante difícil encontrar moeda corrente em várias localidades da Capitania, segundo Funes (1986) e assim começava a se delimitar um quadro que duraria várias décadas. Em consequência disso, o Planalto Central e outras regiões de Goiás foram praticamente abandonadas. O fluxo no território se esvaiu e ficou rarefeito. Todos esses fatores foram imprescindíveis para a formação de uma nova geografia regional em Goiás²².

O abandono se deu pela dificuldade de obtenção de renda, tendo em vista que o território, ao longo do século XVIII, configurou-se no sentido de atender às necessidades próprias da mineração, ou seja, os objetos implantados serviam para a extração do ouro e não para outra atividade²³. A adaptação a um novo ciclo, ou seja, a adaptação às novas funções não ocorria como acontece na atualidade, de forma praticamente instantânea. Levou mais de meio século para que acontecesse uma melhoria no quadro econômico em toda Capitania de Goiás. Funes (1986, p.39) afirma que “A situação crítica da economia goiana refletiu-se de maneira sensível em todos os setores econômicos, constituindo-se em sério obstáculo às propostas que visavam reativar o dinamismo econômico da capitania mais central da colônia”.

²² É o que explica Arrais (2002)

²³ Cabe lembrar que a atividade agropecuária era desmotivada nas regiões de minas durante o século XVIII pelo Estado português, que temia a concorrência entre as atividades e a perda do foco, ou seja, a mineração do ouro.

Algumas medidas adotadas pelo Estado português tentaram reverter a situação que Goiás enfrentava no início do século XIX. A intenção era promover a agricultura em toda a Capitania. Porém, várias dificuldades inviabilizavam a plena implementação dessa idéia, como afirma Palacín e Moraes (2001, p.43):

“Vários foram, porém, os obstáculos que impediram seu desenvolvimento: legislação fiscal - os dízimos eram temidos pelos agricultores, tanto na forma de avaliação como na forma de pagamento; desprezo dos mineiros pelo trabalho agrícola, muito pouco rentável; ausência de mercado consumidor; dificuldade de exportação, pelo alto custo do transporte e pela ausência de sistema viário”.

Na tentativa de intensificar a ligação com as áreas de economia mais dinâmica na colônia, os dirigentes da Capitania de Goiás começaram, no início do século XIX, a incentivar o comércio com outras capitanias, principalmente com as do Norte. Iniciavam-se tentativas de estreitamento das relações comerciais entre Goiás e a Capitania do Pará, que se mostraram inicialmente vantajosas, visto que os preços pagos por vários gêneros primários nesta capitania eram atrativos para os agropecuaristas de Goiás²⁴. O comércio era feito pela navegação interior, ou seja, por hidrovias interiores, principalmente pelos rios Araguaia e Tocantins. Entretanto, os lucros prometidos com o comércio dos gêneros agropecuários no Pará quase sempre resultaram em prejuízos para os produtores da Capitania de Goiás, pois as adversidades do trajeto e os riscos de perda dos produtos eram constantes. O comércio com as Capitanias do Sudeste e Sul eram as mais rentáveis para os produtores goianos. Porém, os governantes da Capitania de Goiás insistiram durante décadas na relação com o Pará e subsidiaram essas relações comerciais. Funes (1986, p.54) explica os motivos do insucesso:

“Na realidade o comércio com o Norte da Colônia não chegou a bom termo porque além da precária situação econômica de Goiás, os próprios goianos não estavam motivados para tal. Continuavam a preferir os mercados do Rio de Janeiro e de São Paulo, com os quais sempre mantiveram relacionamento intenso, de onde importavam 80% dos gêneros de que mais necessitavam. Por outro lado, o Pará pouco tinha a oferecer a Goiás, já que sua situação econômica não era das mais invejáveis”.

Um motivo do desinteresse em estabelecer relações comerciais entre a Capitania de Goiás e o Sudeste eram as condições das estradas coloniais - precárias para o trânsito entre as localidades - o que encarecia os produtos importados por Goiás e inviabilizava

²⁴ Como ressalta Funes (1986, p.48).

a exportação de seus produtos agropecuários, visto que chegavam aos grandes centros com preços elevados e não conseguiam concorrer com produtos de outras praças. A insistência em solidificar relações apenas com o Norte da Colônia causou grandes perdas para os agricultores do Planalto Central e outras regiões ao norte de Goiás. Funes (p.58) sobre essa situação afirma que “Durante toda a primeira metade do século XIX, o pouco comércio externo goiano esteve voltado para o sudeste da colônia, mesmo que as autoridades o quisessem voltado para o Norte”.

Os gêneros comercializados na Capitania de Goiás, no início do século XIX, derivavam da pecuária bovina e dos produtos excedentes da agricultura de subsistência. O tipo de gado bovino era o Vacum, resistente às peculiaridades dos sertões, porém, de valor comercial não muito atrativo. O lucro com o comércio não era elevado, se comparado com o de outras capitanias²⁵. A dificuldade de fluidez dos produtos os encarecia e limitava sua exportação. A pecuária bovina teve maior impacto na parte Norte da Capitania. Por outro lado, nas localidades do sul de Goiás a agricultura teve um peso maior na sustentação econômica. Os principais gêneros comercializados eram: o algodão, o fumo, o café, o arroz, o trigo e o açúcar. O norte goiano também produzia tais gêneros, porém, em escala inferior em relação ao sul. Fica evidente a importância do ouro na economia da Capitania no final do ciclo, ou seja, na passagem do século XVIII para o século seguinte, como mostram as tabelas 1 e 2. Com a decadência do ciclo da mineração, houve uma maior distinção entre o norte e o sul de Goiás. Isso refletiu na forma de organização e ocupação do seu território.

O ciclo agropecuário em Goiás no século XIX mostra bem o destino de toda Capitania, inclusive do Planalto Central, durante esse período. A divisão do trabalho não se resumia mais às regiões de mineração ou de agricultura, a divisão se estabeleceu entre uma região essencialmente de pecuária e a de produção mista, ou seja, agropecuária, separadas territorialmente em norte e sul de Goiás, respectivamente. Com isso, a região do Planalto Central mineradora foi dissolvida e suas localidades tiveram que se adaptar a novas funções. Alguns arraiais se adaptaram à agricultura praticada no Sul, como Meia Ponte e Santa Luzia. Outros, como Formosa, estiveram envolvidos na pecuária, tendo fortes ligações com as outras localidades do norte de Goiás, como a

²⁵ Funes (1986, p.79) mostra bem as diferenças de lucro entre as Capitanias de Goiás e Minas Gerais.

região do Vão do Paranã. Portanto, o Planalto Central e, especificamente o atual território da RIDE, ficaram entre as duas comarcas goianas, ou seja, duas regiões que iriam se diferenciar bastante a partir daquele momento, como se vê no mapa 4, na página 71.

O mapa de Goyaz em 1809²⁶, veja na página 70, mostra a divisão política da Capitania. Essa divisão e as informações contidas nas tabelas 1 e 2 indicam como era a divisão em funções em cada julgado, tendo em vista o tipo de atividade exercida pelas localidades das comarcas, ou regiões do norte e do sul de Goiás. Percebe-se que os municípios-gênese da região do Entorno do Distrito Federal ficaram próximos da divisa entre o Norte e o Sul. O julgado de Meia Ponte, que era praticamente a base territorial da atual RIDE, ficava encravado entre as duas regiões, como mostra o mapa que sobrepõe a RIDE no território da Capitania de Goiás, na página 71. Isso significa que o território do julgado e as localidades como Meia Ponte e Santa Luzia estavam próximos às duas lógicas econômicas de Goiás no século XIX, entretanto, mais ligadas ao Sul de Goiás, fato demonstrado na produção de cada localidade como comprova a tabela 2²⁷. Essas localidades direcionaram os seus cultivos para gêneros como algodão, fumo, arroz e açúcar.

²⁶ Mapa retirado do seguinte endereço eletrônico: <<http://www.observatoriogeogoiias.com.br/>>

²⁷ Em 1804, ano base dos dados que constam na tabela 2, o arraial de Couros estava sob jurisdição de Santa Luzia.

TABELA 1 - PRODUÇÕES DOS JULGADOS DO NORTE DA CAPITANIA DE GOIÁS – 1804

Gêneros	Cavalcante	São Félix	Arraias	Conceição	Natividade	Carmo	Unidade	Soma	Avaliação	Valor Total	%
Agrícolas											15,2
Algodão	48	80	20	56	60	82	Arrobas	346	\$900(a)	311\$000	0,6
Fumo	60	20	80	24	156	24	Arrobas	364	1\$500	546\$000	1,1
Café	8						Arrobas	8	4\$800	38\$400	0,1
Arroz	100	436	40	372	518	58	Alqueire	1524	1\$200	1:828\$800	3,7
Trigo	21						Alqueire	21	4\$800	100\$800	0,2
Açúcar	40			575	922	165	Arrobas	1702	2\$400	4:084\$800	8,3
Aguardente	20		108			40	Almudes	168	3\$600	604\$800	1,2
Pecuária											42,1
Reses	5588	3600	320		1850	937	Cabeças	12295	1\$500	18:442:\$500	37,6
Couros	7440		300					7740	\$225	1:741\$500	3,5
Atanados	804							804	\$600	482\$000	1
Ouro(b)							Oitavas	17425	1\$200	20:910\$000	42,6
Total										49:090\$600	

Fonte: Correspondência Oficial de Francisco de Assis Mascarenhas – BN – Cod. 9, 4,2 – Doc. 166. - Funes, E.A. Goiás 1800 – 1850:

Um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia: 1986, p.64.

(a) Algodão avaliado em caraço;

(b) Calculado pelo que entrou na Real Casa de Fundição de Cavalcante no referido ano.

TABELA 2 - PRODUÇÕES DOS JULGADOS DO SUL DA CAPITANIA DE GOIÁS – 1804

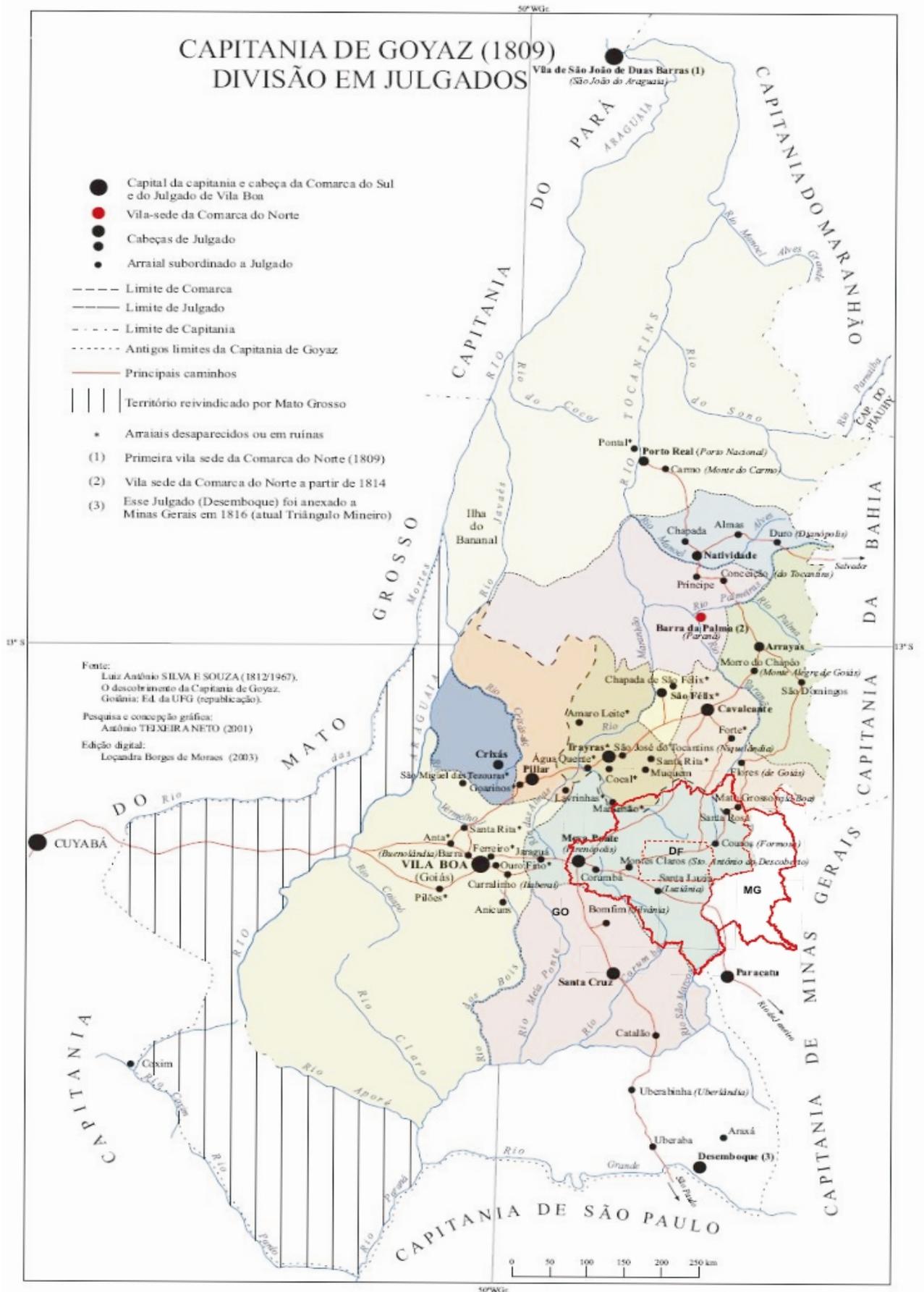
Gêneros	Vila Boa	Crixás	Pilar	Traíras	Meia Ponte	Sta. Luzia	Sta. Cruz	Desemboque	Unidade	Soma	Avaliação	Valor Total	%
Agrícolas													16,5
Algodão	1120		160	52	640	96	420	1040	Arrobas	3528	\$750(a)	2:646\$000	2
Fumo			212	36	748	136	88	216	Arrobas	1436	1\$800	2:584\$800	2
Café	56		100		120			28	Arrobas	304	2\$400	729\$600	0,5
Arroz	1678	67		646	583	200	320	50	Alqueire	3544	\$600	2:126\$400	1,6
Trigo	15			6	120	8	4	40	Alqueire	193	4\$800	926\$400	0,7
Açúcar	2148		272	800	437	240	100	400	Arrobas	4397	1\$800	7:914\$600	6,1
Aguardente	1500		475	234	183	115	200	200	Almudes	1407	2\$400	3:376\$800	2,6
Marmelada						200			Arrobas	200		960\$000	1
Pecuária													18,6
Reses	1135	120	184	311	337	166	140	700	Cabeças	3093	4\$800	14:846\$400	11,4
Couros	1440			320	450	332	140	1200		3882	\$600	2:329\$200	1,8
Atanados	320	150		150	180			200		850	1\$000	850\$000	0,6
Carne de Porco					3332				Arrobas	3332	1\$800	5:979\$600	0,7
Ouro(b)									Oitavas	6986	1\$200	83:838\$000	64,9
Total												129:107\$800	

Fonte: Correspondência Oficial de Francisco de Assis Mascarenhas – BN – Cod. 9, 4,2 – Doc. 166. - Funes, E.A. Goiás 1800 – 1850:

Um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia: 1986, p.64.

(a) Algodão avaliado em caraço;

(b) Calculado pelo que entrou na Real Casa de Fundação de Vila Boa no referido ano.



3.2 - O panorama em Pirenópolis, Luziânia e Formosa no século XIX

A lavoura de cana-de-açúcar, de fumo e algodão, além da pecuária bovina e o comércio tornaram-se as principais opções econômicas depois do declínio da mineração em Pirenópolis, a partir do início do século XIX. Paralelamente a esses fatos houve uma diminuição da população residente na cidade, pois muitos migraram para o campo ou para arraiais próximos. O lugar deixava de ser atrativo economicamente para muitos. Os objetos técnicos constituídos no período da mineração passavam a ser, como afirmava Santos, rugosidades, porém, sem uso efetivo. Um novo sistema de objetos e de ações foi constituído, mas sem a mesma magnitude econômica que a exploração do ouro proporcionou ao arraial de Meia Ponte.

Uma das alternativas econômicas implantadas em Pirenópolis foi o cultivo do algodão. Essa prática tornou-se comum em outros arraiais e vilas da Capitania de Goiás. O interesse no cultivo do algodão é resultado dos excelentes preços pagos pela Inglaterra no início do século XIX, o que se deveu ao fato desse ter iniciado o seu processo de industrialização ainda no final do século XVIII. Em Pirenópolis, várias fazendas foram aparelhadas para a produção do algodão. Um exemplo foi a construção da Fazenda Babilônia em 1800. Porém, o algodão goiano e o produzido em solo brasileiro, no geral, não conseguiram competir com o produto estadunidense, tanto em relação ao preço, quanto à qualidade. Esse ciclo para o país foi bastante efêmero²⁸.

No final do século XVIII e início do subsequente, a produção de cana-de-açúcar ganhou um novo ânimo no Brasil e, como consequência, essa atividade econômica foi implantada na Capitania de Goiás e em Pirenópolis. Nas fazendas, geralmente, eram inseridos objetos técnicos que serviam para a extração do algodão e para o beneficiamento da cana, produção do melado, rapadura e açúcar. Alguns esqueletos de engenhos ainda são encontrados na região.

Esse pequeno fôlego, que não foi suficiente para segurar a população que trabalhava na mineração na cidade, foi resultado da conjuntura econômica e política internacional. Vários acontecimentos, que se iniciaram nos últimos vinte e cinco anos

²⁸ O algodão produzido no Brasil somente ganharia um novo fôlego com a Guerra de Secessão Americana em meados do século XIX.

do século XVIII explicam a maneira como o território foi sendo usado no Brasil como um todo nesse período. Furtado (1998, p. 92) a respeito desses acontecimentos, comenta que:

“O primeiro desses acontecimentos foi a guerra de independência dos E.U.A, a cujos reflexos indiretos na região maranhense já nos referimos. O segundo foi a Revolução Francesa e os subseqüentes transtornos nas suas colônias produtoras de artigos tropicais. Por último vieram as guerras napoleônicas, o bloqueio e o contrabloqueio da Europa, e a desarticulação do vasto império espanhol na América. Em 1789 entrou em colapso a grande colônia açucareira francesa que era Haiti. (...) Abre-se, assim, para a região açucareira do Brasil, nova etapa de prosperidade. (...) Entretanto, essa prosperidade era precária, fundando-se nas condições de anormalidade que prevaleciam no mercado mundial de produtos tropicais. Superada essa etapa, o Brasil encontraria sérias dificuldades, nos primeiros decênios de vida como nação politicamente independente, para defender sua posição nos mercados dos produtos que tradicionalmente exportava”.

As palavras de Furtado se adaptam perfeitamente à condição de Goiás e das localidades do Planalto Central nesse período. Os pequenos lampejos de desenvolvimento de atividades primárias em Pirenópolis, até meados do século XIX, não foram suficientes para gerar um desenvolvimento econômico e social endógeno. As condições dos fazendeiros pioraram com a normalização dos mercados internacionais no transcorrer desse século. A circulação de capital tornou-se limitada pela própria falta de moeda corrente em toda Capitania. No final do século XIX e início do posterior, a situação de prostração econômica não se modificou em Meia Ponte.

Pirenópolis, que se tornou município em 1832 e ganha esse nome em 1890, ficou praticamente isolada no final do século XIX. Novas estradas construídas em toda a província de Goiás²⁹ facilitavam o escoamento da produção agropecuária do Sul goiano por outras rotas. Carvalho (2003, p.22) afirma que:

“Durante a segunda metade do século XIX, a base da economia de Meia Ponte foi mais uma vez abalada. À medida que novas estradas iam sendo abertas, as rotas comerciais da província de Goiás modificavam o seu traçado. O comércio urbano entrou em decadência, perdendo sua importância no contexto regional”.

²⁹ Até a proclamação da república, em 1889, o Brasil era subdividido em províncias.

A influência regional de Pirenópolis seria praticamente anulada com o aparecimento de Anápolis, com a construção de Goiânia e com a estruturação do sul goiano como região de produção voltada para atender o mercado do Sudeste. A localização do sítio geográfico do arraial, que era privilegiado no período da mineração do ouro, tornou-se o principal empecilho para o desenvolvimento das potencialidades agropecuárias do município. Pirenópolis ficou distante da região produtiva, das principais vias de ligação em Goiás e também dos principais centros econômicos do país.

A cidade de Pirenópolis somente ganhou um novo ânimo depois da construção de Brasília. A agricultura continuou sendo uma das principais fontes de renda para sua população, mas foi o incremento do turismo que voltou a alavancar a economia local.

No caso de Luziânia, que se tornou município em 1833, não foi muito diferente do que ocorreu em Pirenópolis, o ciclo do ouro não se sustentou por muitas décadas. Já no início do século XIX a extração do metal declinou de forma considerável, provocando o recuo do contingente populacional. Alternativas tiveram que ser adotadas pelas pessoas que ficaram na cidade e na zona rural de Santa Luzia. Meireles (1996, p.36) afirma que “À medida que o ouro ia-se escasseando, paralelamente começava a surgir, como alternativa, a economia de sustentação baseada na agricultura e na pecuária”.

O fato de o arraial de Santa Luzia passar a depender da agropecuária de subsistência é contraditório ao que ocorria no período da mineração, pois a postura adotada pela Coroa, antes do fim do ciclo do ouro, era a de proibir qualquer atividade agropecuária na localidade. No auge da mineração, em muitas localidades de produção aurífera, a Coroa portuguesa proibia o plantio de determinados gêneros, como a cana-de-açúcar, visando à não-concorrência com a produção das minas. A agricultura, naquele período, teve a característica de ser uma atividade de suporte em localidades próximas às minas. Já a pecuária teve maior destaque e obteve um mercado maior, principalmente na comercialização com Minas Gerais e São Paulo.

Como ocorreu em Pirenópolis, as pessoas que permaneceram em Luziânia procuraram realizar as atividades mais rentáveis possíveis. Um dos gêneros da

agricultura inserido com ênfase no território de Santa Luzia foi a cana e, conseqüentemente, a produção de açúcar. Com a elevação do preço do açúcar no mercado internacional no final do século XVIII, ele tornou-se um produto novamente atrativo para a colônia brasileira. Nesse sentido, Luziânia teve uma vantagem relativa, em comparação aos arraiais do Norte, pois sua distância em relação aos grandes centros da colônia era menor. A produção de açúcar tornou-se uma das principais atividades no início do século XIX. Entretanto, essas vantagens não foram utilizadas para proporcionar o desenvolvimento da localidade. A Capitania de Goiás, que não criou incentivos para o comércio com o Sudeste, mas sim com o Norte, também possui uma grande parcela de culpa.

A pecuária também foi uma atividade alternativa à mineração. O número de rezes aumentou e o número de fazendeiros dedicados à atividade também, como demonstra Meireles (1996). O comércio de gado começou antes do declínio da mineração na região, principalmente pela influência do arraial de Couros. Aliás, esse arraial esteve sob jurisdição do julgado de Santa Luzia no início do século XIX, o que explica o elevado número de rezes e de couro produzido nesse julgado, como mostra as informações de Funes na tabela 2, na página 69.

Outra atividade com menor projeção comercial do que a plantação de cana-de-açúcar e a criação de gado bovino foi a produção do marmelo e a fabricação da famosa marmelada de Luziânia, um dos seus patrimônios imateriais. A cidade na atualidade ainda mantém a identificação com o produto, que se tornou marca de Luziânia. Sobre a produção de marmelada, Meireles (p.36-37) afirma que:

“Das pequenas indústrias artesanais, a fabricação de marmelada tornou-se tradicional e famosa desde o início e foi-se impondo no mercado, malgrado os obstáculos conseqüentes da escassez de transporte. Ainda hoje é símbolo que identifica Santa Luzia em quase todo o País”.

A marmelada de Luziânia é, talvez, o maior exemplo da limitação de atividades econômicas de grande magnitude no arraial e também em todo o Planalto Central durante o século XIX e parte do XX. A estagnação econômica foi inevitável com o fim do ciclo do ouro. A região e suas localidades ficaram à mercê de atitudes do Estado, quase sempre ineficientes.

A transição de um sistema econômico para outro, como ocorreu em Santa Luzia, provocou mudanças em várias instâncias, por exemplo, parte da população migrou para outras regiões, inclusive muitos foram para o arraial de Couros. Em decorrência dessa transição, os objetos inseridos no território e as ações também foram modificados. As minas foram sendo deixadas de lado e surgiram as fazendas, com outras lógicas sociais e econômicas, ou seja, implantou-se outro modo de produção. Se nas minas a exploração do ouro é pontual, territorialmente, na produção agropecuária o montante de terras utilizadas é enorme. A devastação do cerrado tornou-se comum, a partir, por exemplo, da formação de pastos.

A produção bovina, durante o século XIX, continuou sendo o grande gerador de riquezas e da exploração do solo em Formosa. O município não sofreu tanto as consequências do fim do ciclo da mineração do ouro quanto as outras localidades da região. O comércio de gado continuou sendo a principal atividade econômica, principalmente na relação com o norte da Capitania, com Minas Gerais e São Paulo. Chauvet (2005) argumenta que outras formas de exploração do território foram iniciadas ou cogitadas no século XIX, como a exploração de ferro e carvão, mas sem grandes êxitos.

A exploração do território com a economia pecuarista bovina resultou em mudanças populacionais e espaciais no arraial. Milhares de pessoas migraram para Couros. O IBGE (1958, p.168) afirma que:

“Edificada a povoação de Couros, esta prosperou, em virtude da salubridade de seu clima e do movimento comercial. O vale já gozava de certa fama. Mineradores enriquecidos em outras regiões para aí se dirigiam, comprando fazendas de criar. Amparados pelo comércio de couros, prosperam como há vestígios indelegáveis por toda zona”.

Dentre o contingente populacional que imigrou para Formosa, destacam-se as pessoas advindas da região Sul, da Bahia e também de outras localidades do Planalto Central, como Luziânia e Paracatu. A distribuição de sesmarias e a conseqüente constituição de fazendas talvez tenham sido o ponto de partida para a intensificação do uso do território em terras do baixo Paranã e do atual DF, iniciando também a

degradação dos cerrados, antes mesmo do programa de expansão da agricultura nacional, a “Marcha para o Oeste”, que ocorreu no século XX.

Formosa passou, como as outras localidades da região, por transformações territoriais e políticas. O arraial de Couros esteve, durante momentos distintos de sua história, atrelado ao julgado de Santa Luzia. Paralelamente esteve sob o controle do Bispado de Pernambuco, como afirma Chauvet (2005, p.174). Couros se tornou julgado independente somente em 1833, o que proporcionou a chegada de juízes, promotores, entre outros profissionais importantes, esse fato se apresenta como o primeiro passo para a consolidação do arraial em município. Em 1843, o arraial foi elevado à categoria de Vila, com o nome de Formosa da Imperatriz, o que significou maior autonomia em relação à Província de Goiás. Em suma, foi uma das localidades do Planalto Central que mais se adaptou à realidade do século XIX.

3.3 - O início da inserção de Goiás e suas regiões na economia nacional: 1900 – 1950

Todo o estado³⁰ de Goiás passava por problemas econômicos no final do século XIX. Logicamente, o quadro socioeconômico variava em razão das peculiaridades regionais e, como já foi comentado, algumas localidades se adaptaram melhor ao fim do ciclo da mineração, principalmente aquelas que não dependiam diretamente dele, como Formosa. A partir do início do século XX, a divisão regional em Goiás se acentuou, pois novas formas de ocupação do território foram inseridas de forma distinta, fato que realçou as diferenças existentes, principalmente na relação Norte X Sul do estado.

Com o desenvolvimento da lavoura de café, principalmente no oeste paulista e norte paranaense, abriram-se brechas para a expansão da agricultura de gêneros tradicionais, como arroz, feijão, milho e a pecuária extensiva em outras partes do país. Essas duas regiões estiveram engajadas na cafeicultura e os seus produtores, no início do século XX, queriam maximizar seus ganhos com o café, isto é, não havia tempo, terras e interesse em produtos “convencionais” como os citados. Com a formação desse quadro, abriram-se brechas para a inserção do estado Goiás no mercado nacional e, em

³⁰ Em 1891, com a proclamação da República, as Províncias tornaram-se membros da federação brasileira e ganharam o status de estado membro. As Províncias já haviam substituído as Capitânicas em 1821.

1906, com a criação da Companhia Estrada de Ferro Goiás, iniciou-se, efetivamente, o projeto de integração com o Sudeste do país, ou seja, com o centro econômico do país em formação. Esse foi o primeiro passo para as transformações econômicas nas regiões dessa unidade federativa, desde o declínio econômico registrado no século anterior.

Porém, essa inserção também não ocorreu de forma igual. O sul goiano foi privilegiado pelas vantagens que possuía em relação ao norte, como afirma Barreira (2002, p.157):

“Algumas regiões foram incorporadas mais rapidamente que outras, devido a fatores de natureza histórica, mas sobretudo geográficas: a proximidade do eixo econômico do sudeste e as condições naturais como áreas de matas, pastagens e solos agricultáveis. Além disso, as terras foram facilmente apropriadas, porque livres ou de baixo preço”.

A construção da Estrada de Ferro Goiás, que ligou o Triângulo Mineiro ao sudeste goiano, foi um importante elemento para a introdução de Goiás no mercado nacional, pois o escoamento da produção tornou-se mais rápido, o que diminuiu o preço dos produtos e atraiu pessoas para a região. Evidentemente, os municípios pelos quais o trem passava tiveram vantagens em relação aos municípios do norte de Goiás. Barreira (p.157-158) sintetiza esse novo período de mudanças para Goiás com os seguintes dizeres:

“As origens dessa transformação estão no final do século XIX e começo do XX, quando a economia assumiu uma nova configuração, com o crescimento da cafeicultura. Este fato, aliado à conseqüente expansão agrícola, tornou o estado de Goiás uma área promissora, que mais tarde revelou-se essencial na produção de alimentos para o mercado nacional. Daí a instalação da ferrovia que integrou o estado ao mercado brasileiro, além de possibilitar o aumento da sua ocupação”.

A ferrovia começou a ser construída efetivamente em 1911 e foi completamente terminada em 1928. A partir da década de 1930, ratificou-se, no estado de Goiás, a política de incorporação de novos territórios para atender às demandas do mercado nacional. Esse tipo de ação se pautou em políticas explícitas do Estado, como a “Marcha para o Oeste”, cuja proposta era integrar áreas de baixa densidade demográfica e promover nelas um maior fluxo de pessoas e investimentos. As ações mais pontuais

dessa política foram às de colonização, abertura de estradas e a conseqüente expansão da fronteira agrícola. Entretanto, essa política ocorreu de forma distinta nas regiões do País. O estado de Goiás teve um importante papel nesse quadro, pois como afirma Barreira (2002, p.160) “A diversificação da produção provocou uma divisão nacional do trabalho, e o papel de Goiás como fornecedor de matérias-primas e alimentos para o abastecimento dos mercados do Sul e Sudeste foi reforçado”.

A divisão nacional do trabalho significou também uma nova divisão interna dos estados, ou seja, uma nova divisão de funções e formas de inserção no mercado nacional. As vantagens do sul de Goiás foram ressaltadas, entretanto criou-se, mesmo que de forma incipiente, oportunidades para as terras do norte. O grande atrativo desta região era o baixo preço das terras. Barreira (p.160), sobre essa maior inserção do norte de Goiás afirma:

“O processo de divisão do trabalho no estado de Goiás passou a exigir maiores extensões de terra. Novas áreas até então incultas e baratas foram incorporadas como produtoras de alimento e matérias-primas, para satisfazer às crescentes necessidades de abastecimento do Sul e Sudeste do país. Com esse papel de fornecedor primário, Goiás integrou-se à “Marcha para o Oeste” e à política nacionalista de Vargas”.

A mudança da capital do estado de Goiás da cidade de Goiás Velho para uma cidade planejada e construída na região central da unidade federativa, foi o segundo passo para as transformações econômicas, políticas e territoriais em Goiás. A cidade de Goiânia foi um dos resultados da política “Marcha para o Oeste”. Paralelamente à construção da cidade-capital, houve uma expansão da malha ferroviária e também rodoviária. Essa expansão ficou basicamente restrita ao sudeste e centro de Goiás. A construção de uma nova capital significou a consolidação de sua inserção na economia nacional e, posteriormente, na economia mundial com a lavoura da soja. Era mais uma tentativa de sair do estado de prostração econômica do século XIX e libertar-se dos vínculos com o passado minerador.

Goiânia teve uma importância enorme na nova divisão territorial de Goiás, pois novas funções começaram a ser atribuídas às localidades do estado e, a partir da edificação da Capital, emergiram novas regiões, ou melhor, consolidaram-se novas regiões em Goiás, rachando parcialmente a divisão Norte X Sul. Isso ocorreu

parcialmente, pois o norte goiano, em meados do século XX, não tinha se inserido por completo no mercado nacional, como já havia ocorrido com o sul de Goiás. A respeito dos efeitos da construção da nova capital goiana, Barreira (p.161) afirma que:

“A economia regional passou a funcionar baseada na exportação de produtos primários para outras regiões do país, fazendo com que o circuito econômico interno deixasse de ser significativo no conjunto. Por isso, as regiões do estado que naquele momento não tinham condições de se inserir nessa dinâmica ficaram marginalizadas. Foi o caso do Vão do Paranã, no contexto do Nordeste Goiano”.

Essa também foi a condição de algumas localidades da atual RIDE, naquele período, principalmente os que estavam ligados a economia do norte do estado.

Se, no final do ciclo da mineração, a Capitania de Goiás dividiu-se basicamente em duas regiões, representadas pelas comarcas do sul e norte de Goiás; com a inserção do estado, já no século XX, na economia nacional; com a construção de Goiânia e o surgimento de Brasília, novas territorialidades surgiram. Novas formas de uso do território apareceram, o que reestruturou as relações tradicionais de produção e de ocupação do solo. Como resultado, novas funções foram sendo atribuída às parcelas do território goiano, conduzindo ao surgimento de novas regiões e ao desaparecimento de velhas.

A região do Planalto Central deixou de existir como uma região de mineração, pois a sua essência, a sua função que delimitava o uso de seu território, não existia mais desde o século XVIII. As suas localidades absorveram funções diferentes e se reorganizaram em regiões diferentes, como aconteceu com Pirenópolis, Luziânia e Formosa. Todavia, na segunda metade do século XX ocorreu a construção de Brasília, fator que ajudou a transformar o arranjo espacial das localidades do Planalto Central. As discussões, as pesquisas sobre o melhor sítio geográfico e a inserção da Nova Capital nas terras do Planalto Central serão apresentadas no próximo capítulo.

4 - O SURGIMENTO DE BRASÍLIA: UM NOVO ELEMENTO NO PLANALTO CENTRAL

4.1 - Precedentes históricos da construção da Nova Capital

As transformações ocorridas nas regiões norte e sul de Goiás não ficaram limitadas ao início da sua inserção efetiva na economia nacional e à construção de uma Nova Capital nesse estado. Um outro grande acontecimento reorganizaria toda a macro-região Centro-Oeste - principalmente o Planalto Central - pois nela foi implantada a Nova Capital do país, a cidade de Brasília, consolidando o projeto de integração nacional.

Muitos motivos levaram à construção da cidade de Brasília no interior do país. Vários autores, ao longo de quase meio século, listaram as razões para a mudança da Capital do país da cidade do Rio de Janeiro para o Planalto Central. Entre esses, Farret (1985, p.18) enumera sete justificativas para explicar tal mudança:

“Argumentos nunca faltaram para justificar a transferência da Capital para o interior do território brasileiro: primeiro, uma tentativa de apagar todos os vestígios e símbolos da dominação portuguesa, como seria, no caso, a cidade do Rio de Janeiro; segundo, uma medida destinada a transformar o Brasil num país unificado, ao invés de um grande número de enclaves; terceiro, por razões de defesa nacional, uma vez que a capital seria altamente vulnerável a ataques estrangeiros; quarto, um meio de promover novos padrões de eficiência no serviço público; quinto, um instrumento ideológico capaz de criar, junto às massas, um espírito de identidade nacional; sexto, um centro de crescimento capaz de promover o desenvolvimento regional do Centro-Oeste, através da criação de um significativo mercado consumidor e da introdução de inovações tecnológicas, econômicas e sociais; e sétimo, como uma porta de entrada à ocupação econômica das fronteiras oeste e norte do país”.

Schimidt (1985), por sua vez, afirma que o motivo fundamental da transposição da capital estava relacionado à formação de um “novo centro político nacional”, idealizado pelos agentes políticos e econômicos sedentos da consolidação de mais uma fronteira de exploração. Porém, o fator político não pode ser considerado separadamente. Além desse fator, a construção da Nova Capital no Brasil central pode ser sintetizada nos seguintes interesses: unificar as macro-regiões do país, expandir a fronteira econômica para o interior e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento

no interior. Nesse sentido, Brasília significou a continuação do processo iniciado com Getúlio Vargas.

Contudo, percebe-se que a mudança da capital não ocorreu sem transtornos. Na verdade, foram mais de dois séculos de idealizações, discussões, expedições, especulações até a concretização da mudança da Capital com a construção da cidade de Brasília. Mudou-se a Capital do país, transformou-se também a configuração territorial do Planalto Central e de toda a região Centro-Oeste.

Uma das primeiras referências de mudança da Capital para o interior do país é datada de 1789, com os inconfidentes. Porém, Schimidt (1985, p.33) mostra que tal idéia já era pensada algumas décadas antes:

“(…), a mudança da capital do Brasil para o interior tinha sido objeto de lentos, exaustivos e recorrentes debates e decisões, desde 1750, quando o geógrafo Francisco Tossi Columbina, um brasileiro nascido em Goiás, assegurou para si mesmo e para sua companhia uma concessão para abrir uma estrada de São Paulo a Cuiabá, cruzando Goiás. Em compensação, ele requereu o privilégio de explorar esta estrada comercialmente por um período de dez anos, mais uma sesmaria a cada três léguas, ao longo da estrada; tudo isto baseado numa ordem de 06 de dezembro de 1750”.

O autor afirma que a comissão liderada por Columbina seria um ponto de referência para a “interiorização do centro político nacional”. Poucos anos depois, em 1761, o Marquês de Pombal também sugeriu a mudança da capital para o interior.

No final do século XVIII até a primeira constituição republicana do país, vários pensadores, pessoas do poder, ou de alguma forma ligadas a ele, ou mesmo revolucionários almejavam pela mudança da Capital. Os inconfidentes mineiros de 1789 desejavam erguer uma nova capital interiorana para a República que eles desejavam construir. A cidade escolhida seria São João Del Rei. Segundo Schimidt (1985) outros já pensavam em uma nova Lisboa, que seria erguida no centro do país, como dizia Willian Pitt, primeiro ministro britânico. No início do século XIX grupos revolucionários de Pernambuco, em 1817, escolheram o interior da Paraíba para ser a Nova Capital. José Hipólito da Costa³¹, por sua vez, sugeriu a cidade mineira de

³¹ Ele foi fundador do jornal Correio Braziliense.

Pirapora. Entretanto, as contribuições mais preciosas vieram após a independência do Brasil, em 1822. A capital ganharia um nome e um possível sítio para a implantação.

Um dos primeiros grandes defensores de uma capital no interior foi José Bonifácio de Andrada, que depois da independência do país perante Portugal, sugeriu, segundo Schmidt (p.34), “A criação de uma nova capital sob o nome de Brasília ou Petrópole”. Porém, quem talvez tenha lutado mais expressivamente com a idéia de mudar a capital para o interior do país tenha sido Francisco Adolfo de Varnhagem, mais conhecido como Visconde de Porto Seguro. O autor (p.35) afirma que “(...) Visconde de Porto Seguro, trabalhou arduamente sobre a idéia de fundar a nova capital no planalto central do país”. Em 1877, Varnhagem publica a obra *A Questão da Capital: Marítima ou Interior?* Para Varnhagem, a questão de o país possuir uma capital no interior seria fundamental para a própria segurança nacional. O Visconde de Porto Seguro ainda fez uma viagem, no mesmo ano, até o Planalto Central e ficou encantado com a cidade de Formosa da Imperatriz, atual município de Formosa, sugerindo-a como futura capital. Essa viagem foi importantíssima para os primeiros estudos visando à mudança da capital, elaborados pela Comissão Cruls. Chauvet (2005, p.201) afirma que “A missão Cruls virá ao Planalto Central em 1892, para estudar, de forma mais aprofundada, a região indicada pelo Visconde”.

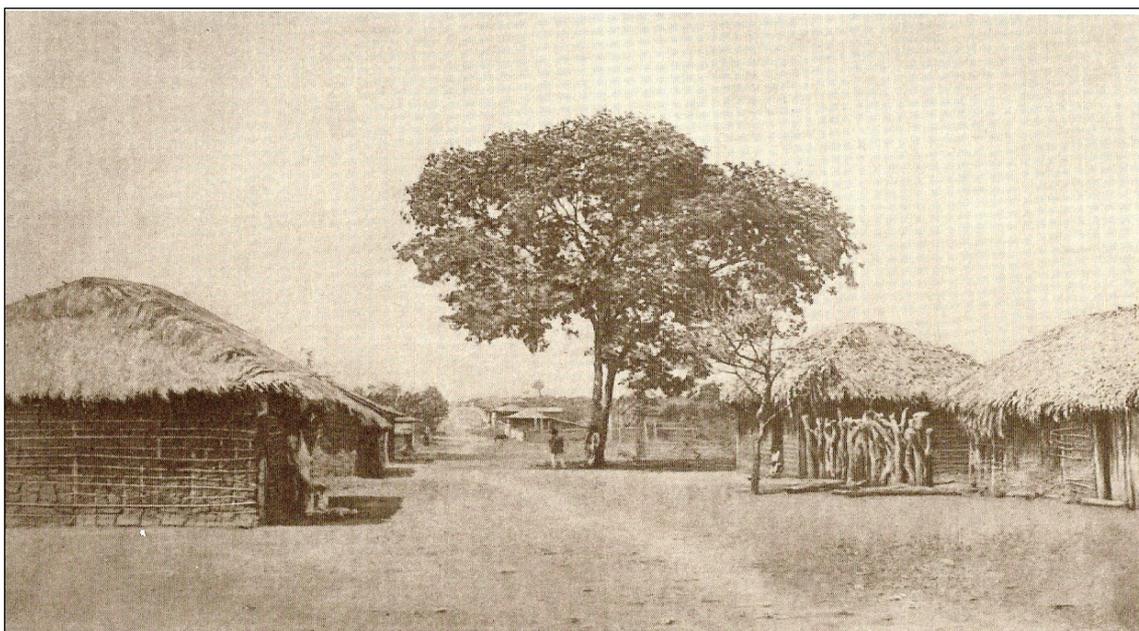


Figura 4. Entrada da cidade de Formosa em 1892, a cidade indicada pelo Visconde de Porto Seguro para ser a futura Capital.

Antes de discorrer sobre a missão Cruls, é importante ressaltar que ela somente foi viabilizada com a incorporação do tema da criação da Nova Capital na Constituição de 1891, a primeira Constituição da República do Brasil. Nela, destinava-se uma área no Planalto Central que viria abrigar a nova sede do poder. A Carta Magna³², possuía os seguintes dizeres em seu terceiro parágrafo: “Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal”. O território delimitado, que foi alvo de alguns projetos no poder legislativo da época, abrangia, praticamente, as indicações de Francisco Adolfo de Varnhagem.

Foi constituída em 1892, por decisão do Marechal Floriano Peixoto, a primeira Comissão visando a explorar o Planalto Central do país, para onde mudaria a capital. A mudança não se deu de imediato e esperar-se-ia mais 68 anos para que isso acontecesse, sem, contudo, excluir o tema da mudança da capital das constituições de 1934, 1937 e 1946.

4.2 - A Missão Cruls: um estudo de viabilidade para a Nova Capital

Em 1891 formou-se a famosa Comissão Cruls, composta por 22 membros e liderada pelo belga Luiz Cruls, engenheiro e geógrafo. Nos dizeres encontrados no relatório elaborado pelo Dr. Cruls (p.109) “(...) A comissão não recebeu incumbência de escolher o local onde deve ser estabelecida a futura Capital. E certo que os estudos feitos e os dados colhidos na zona demarcada, fornecem bases suficientes para orientar com segurança a tal respeito”³³. A comissão foi montada para estudar a região que viria abrigar o novo Distrito Federal, que devia se situar no Planalto Central, como havia sido previamente determinado.

³² Citação retirada da seguinte fonte: <http://www.redebrasil.inf.br/0cf/CF-1891.html>, acessado em 27/02/2007.

³³ As citações contidas no Relatório Cruls foram retiradas da edição publicada pelo Senado Federal em 2003, na qual se manteve o português praticado na época.

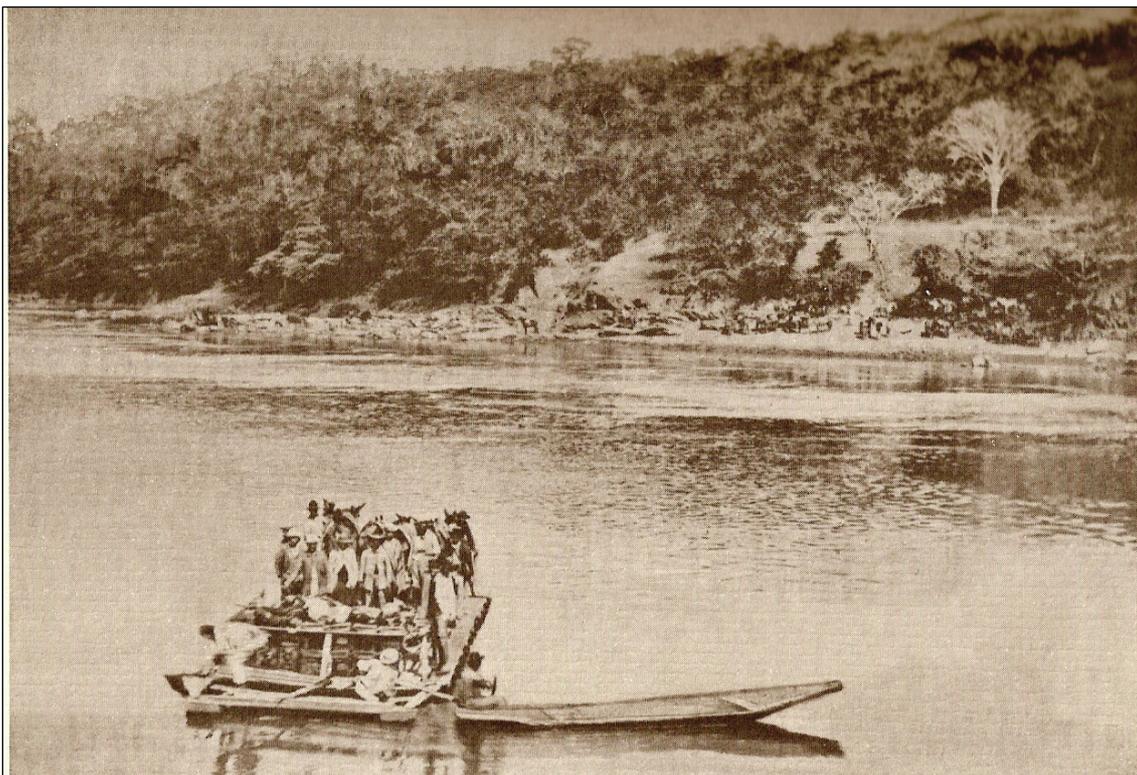


Figura 5. A Comissão Cruls atravessando o rio Paranaíba em 1892.

A Comissão Cruls, que editou um relatório da viagem ao Planalto Central em 1894 e trabalhou durante sete meses entre os anos de 1892 e 1893, preocupou-se em averiguar se a região estudada possuía condições climáticas, hidrográficas e de salubridade para abrigar a Nova Capital e o contingente de pessoas que para lá se mudaria. É bem possível que essa seja a principal razão da existência da própria comissão: verificar se a região seria agradável para os donos do poder. No relatório (2003, p.110), percebe-se claramente as intenções da comissão “Pela nossa parte não podemos deixar de manifestar a admiração que se experimenta ao encontrar, em latitude tão pequena, região tão salubre, onde o emigrante europeu pode aclimar-se sem necessitar nenhuma *hygiene preventiva*³⁴”. A importância da salubridade tão almejada pelos patrocinadores da comissão pode ser mais bem compreendida por meio de dois aspectos estudados intensamente pela comissão: a hidrografia e o clima da região.

A preocupação com a hidrografia foi imensa. A comissão delimitou um território que abrangia nascentes, córregos e rios que fossem pertencentes a três diferentes bacias hidrográficas do país, a saber: o rio Maranhão, que é afluente da bacia do Tocantins; o

³⁴ Grifos nossos.

rio Preto, pertencente à bacia do São Francisco e os rios São Bartolomeu e Descoberto, afluentes da bacia do Paraná. No relatório Cruls (p.109), evidencia-se o alívio, por parte da comissão, com o quadro hidrológico encontrado por eles:

“Felizmente, a nova capital do Brazil poderá ser abastecida com um volume d’ água potável muito superior áquella³⁵ e sem que se tornem necessários obras de arte de grande custeio. O sistema hydrographico da zona demarcada é com efeito de uma riqueza tal que qualquer que seja o lugar escolhido para edificação da futura capital, encontrar-se-ha, sem grandes dificuldades, água suficiente para abastecel-a a razão de 1.000 litros diários por habitante”.

O clima também era uma grande preocupação. Ao percorrer o Planalto Central, a comissão foi até o julgado de Meia Ponte e à região do Vão do Paranhã e consideraram ambos pouco salubres. Apesar disso, encontraram entre as duas localidades uma região que agradou muito à Comissão. Pelas informações contidas no relatório, boa parte dessa área faz parte do atual Distrito Federal. No relatório (2003, p.111) nota-se a satisfação com a área demarcada, “Em resumo, a zona demarcada goza, em sua maior extensão, de um clima extremamente salubre, em que o emigrante europeu não precisa de aclimação, pois encontrará ahi condições climatericas análogas ás que offerecem as regiões as mais salubres da zona temperada européa”.

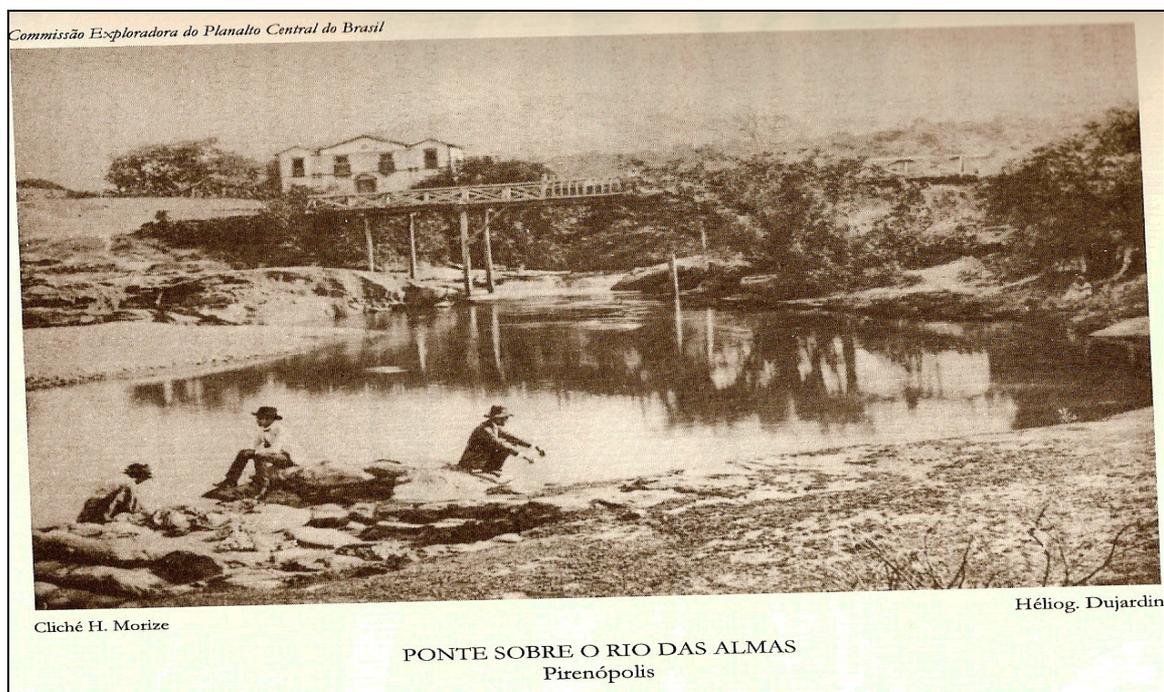


Figura 6. A Comissão Cruls em Pirenópolis. Verificação da salubridade.

³⁵ O autor se refere à Paris – França.

Os trabalhos da Comissão Cruls não ficaram restritos à hidrografia e à climatologia da região. Estudos de topografia, geologia, fauna, flora, entre outros, ajudaram na constituição do Relatório Cruls, que serviu posteriormente como subsídio para estudos sobre a mudança da capital para o Planalto Central e estudos definitivos realizados na década de 1950. Porém, o que o relatório deixa nas “entrelinhas” é o tipo de capital almejada pelos governantes no final do século XIX. Era uma capital para a Nova República, ou seja, para os novos donos do poder, para uma elite agarrada ao modo de vida da Europa. A Nova Capital não era para ser uma cidade para “qualquer cidadão” brasileiro, fato que de certa forma foi consumado com a construção da cidade de Brasília em meados do século XX.

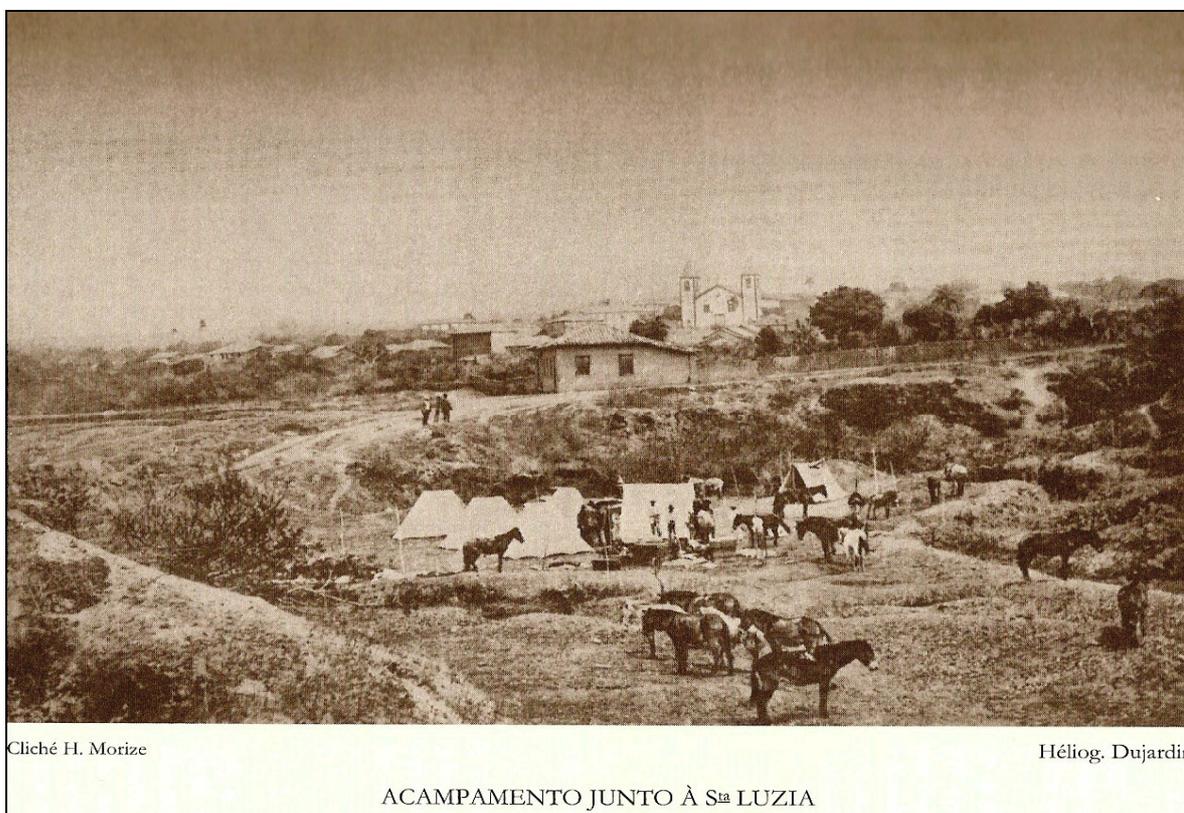


Figura 7. Cidade de Luziânia em 1892

4.3 - Meio século de especulações e... Alguns estudos

O projeto da construção de uma Nova Capital não seria executado, necessariamente, pelo Poder Público no final do século XIX e início do XX. Algumas propostas de construção da cidade foram elaboradas pela iniciativa privada e eram bem vistas pelos agentes políticos. Segundo a IBGE (1958, p.74), um engenheiro de

sobrenome Layret, juntamente com Jacinto Pimentel e Teixeira Lopes Guimarães teriam requerido ao Congresso o privilégio de construir a cidade que abrigaria a Nova Capital. Eles ofereceram um plano urbano para a cidade, todos os palácios e construções necessárias para abrigar o governo. Em troca, os investidores solicitaram concessões de exploração de vários serviços públicos, como a distribuição de água, luz, a coleta de esgotos, o transporte, entre outros serviços por 90 anos. Essa proposta foi estudada pelo Congresso, porém, os pleiteantes não dispunham de capital suficiente para a construção da cidade. Em 1922, Americano do Brasil, então deputado por Goiás, apresentou, com outros deputados um projeto que autorizava a abertura de concorrência pública para a construção da Nova Capital. Os privilégios não fogem ao caso anterior, ou seja, em troca, seria concedida aos vencedores o direito à exploração de serviços básicos por aproximadamente um século. A Nova Capital poderia ter surgido sob a égide do investimento privado.

Aparentemente, a revolução de 1930 e a promulgação da Constituição de 1934 não atrapalharam os planos de construção da Nova Capital. O artigo 4º da referida Constituição fazia alusão à mudança, porém, com o golpe de 1937 e a promulgação de uma Nova Constituição, a idéia ficou esquecida. A concepção de uma nova capital ressurge com a redemocratização do país em 1945. A Constituição de 1946, no seu artigo 4º, mencionava a futura capital no Planalto Central. O primeiro parágrafo do referido artigo afirmava que uma comissão de técnicos seria composta com o objetivo de estudar a localização da Nova Capital. Essa Comissão ganhou o nome de Polli Coelho.

A Comissão, nomeada pelo então Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, presidida pelo General Djalma Polli Coelho, contava com 12 técnicos incumbidos de estudar vários aspectos do território delimitado para ser a Nova Capital. Foram realizadas investigações geográficas, estudos geológicos, agrônômicos, energéticos e climatológicos pelos engenheiros responsáveis. Em junho de 1948, a Comissão Polli Coelho chegou à conclusão dos trabalhos iniciados em 1946, como transcrevemos do IBGE (1958, p.76):

“(...) a comissão técnica, por sua maioria, manteve a escolha do antigo quadrilátero Cruls, ampliando para o norte, abrangendo a área de 77.000 km²,

visando obedecer a divisas naturais. Tal coincidência, ao mesmo tempo em que confirma as excelentes peculiaridades do Planalto goiano, veio demonstrar, não apenas a visão genial de Hipólito, Bonifácio e Varnhagem, mas o acerto do roteiro científico seguido por Cruls, 54 anos antes; já que, apoiado agora com as mais recentes conquistas do progresso e da técnica, a conclusão foi praticamente a mesma: o Planalto de Goiás, na confluência das três grandes bacias dos rios Amazonas, Paraná e São Francisco”.

4.4 - A Comissão de Localização da Nova Capital e o relatório Belcher

A importância da Comissão Polli Coelho não é muito difundida pelos estudiosos da construção de Brasília. Talvez isso ocorra pelos acontecimentos do início da década de 1950. No ano de 1953, foi votada e sancionada a lei 1.803, de 5 de janeiro, segundo a qual era criada a comissão que daria o aval final sobre a escolha do sítio para a Nova Capital. A Comissão de Localização da Nova Capital, devia escolher a área do novo Distrito Federal dentro dos limites impostos por lei, ou seja, “entre os paralelos sul 15° 30’ e 49° 30’ ”, IBGE (1958, p.77).

A Comissão de Localização da Nova Capital, em nome do Estado brasileiro, assinou um contrato com a empresa americana Donald J. Belcher and Associates de Ithaca, de Nova Iorque. Essa empresa teria a responsabilidade de, no prazo de 10 meses, estudar a região e indicar o sítio definitivo para a construção da cidade. Em 30 de abril de 1955, foi escolhida a localização do novo Distrito Federal, seguindo as considerações do relatório formulado pela empresa.

A Donald J. Belcher, primeiramente, delimitou um retângulo com aproximadamente 50.000 Km². Nesse retângulo foram demarcados cinco sítios que foram estudados para a escolha da localização. Os sítios eram: o castanho, verde, azul, amarelo e vermelho. Todos ocupando uma vasta área do Planalto Central. No relatório final foram expostas cartas desses sítios em escala com bastantes detalhes, 1:25.000. Os mapas eram temáticos e mostravam os cinco sítios finais, a topografia, a drenagem, a utilização da terra, os solos para agricultura, os solos para engenharia e a geologia da região. O relatório também continha estudos detalhados sobre cada um dos temas apresentados nos mapas. A análise dessas informações foram realizadas através de 8.000 fotografias aéreas, 540 mosaicos e 18 fotos-índice. Esse material ajudou na interpretação das peculiaridades físicas do território, fator imprescindível para a escolha

do sítio definitivo. Paralelamente, percebe-se a partir do retângulo delimitado, que a Comissão teria subsídios para planejar não somente a cidade de Brasília, mas todo o entorno - interno ao quadrilátero do Distrito Federal e externo, com os municípios de Goiás e Minas Gerais, como mostra a figura 8.

O relatório Belcher teve como principal função encontrar uma área que apresentasse as melhores condições físicas para a construção da Nova Capital. Porém, esse também é um documento que mostra o tipo de sítio e o tipo de capital imaginados pelos governantes do Estado naquele período.

Os gestores da época tiveram subsídios suficientes para planejar a construção de Brasília e a configuração do território adjacente ao Distrito Federal, antes mesmo do surgimento da Capital. Entretanto, no relatório Belcher³⁶ (1984, p.25), que previa uma expansão urbana por etapas, nota-se que o crescimento urbano preocupava muito pouco os planejadores da Nova Capital:

“O corpo de planejamento da firma reconheceu, através do trabalho, que o crescimento da cidade se processará em estágios. Em vista disto, não seria prático nem exequível planejar prematuras facilidades para a capital que viessem a satisfazer suas demandas finais”.

Isso se confirma em uma passagem do Plano Lúcio Costa, como afirma Steinberger (2003) e fica evidente a despreocupação com os aspectos regionais no ato da construção da Capital. A respeito, Lúcio Costa³⁷ afirmou que:

“(...) àquilo que de fato importa, ou seja, à concepção urbanística da cidade propriamente dita, porque esta não será, no caso, uma decorrência do planejamento regional, mas a causa dele: a sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região”.

De fato, Steinberger (2003, p. 273) chama atenção que:

"Com isso, Lúcio Costa, por um lado, justificou-se dessa ausência, mas, por outro, explicitou a necessidade de ser feito um planejamento regional

³⁶ Edição publicada pela Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN) e Governo do Distrito Federal (GDF) 1984. Relatório técnico sobre a nova capital da república – Relatório Belcher.

³⁷ Apud Steinberger (2003, p.273).

posteriormente, pois tinha clareza de que uma capital, do porte da projetada, geraria uma região".

Essa lacuna no planejamento regional, que não foi contemplada plenamente nas primeiras décadas de existência da Capital no Planalto Central, pode ser considerada um dos motivos da ineficiência histórica no combate à ocupação desorganizada do território do Distrito Federal e, conseqüentemente, dos municípios do Entorno. A preocupação cabal na década de 1950 era escolher um sítio que atendesse às funções que a Nova Capital viria a exercer, como descreve o relatório Belcher (1984, p.27):

“O problema de selecionar um sítio para uma nova cidade é o de situá-lo em uma posição tal que a referida cidade preencha inteiramente sua função. Esta cidade brasileira terá de preencher uma finalidade toda especial, qual seja a de um centro governamental. Ela não é influenciada pelo comércio interior ou exterior ou pela indústria, como outros tipos de cidades”.

A função da capital era ser o novo centro político do país, como afirmou Schimidt, por isso, ao contrário do Rio de Janeiro, alguns requisitos em relação à segurança deveriam ser considerados, no que contribuiria a própria geomorfologia da região. Outra função elementar era trazer o desenvolvimento ao Centro-Oeste como um todo, fato que foi parcialmente consumado, posto que não atingiu as localidades próximas do Distrito Federal, como as que configuram o Entorno do DF, o Nordeste mineiro e o Vão do Paranã. Como se pode perceber, o entorno da cidade não foi planejado, em termos urbanos e de desenvolvimento socioeconômico, e essa lacuna é um dos fatores responsáveis pela ocupação desordenada do solo da região e pelas atuais discrepâncias sociais, espaciais e econômicas na RIDE.

A construção de Brasília se estendeu pela segunda metade da década de 1950. A criação da Companhia Urbanizadora da Capital Federal foi o segundo passo na construção da cidade, o primeiro foi a escolha do sítio castanho indicado, no relatório Belcher como o mais apropriado para a instalação de Brasília, como se percebe na figura 8. Devido ao momento político vivido pelo país no final daquela década, a Nova Capital pôde ser construída em três anos e meio e inaugurada em abril de 1960.

O Distrito Federal, escolhido no relatório Belcher, ocupou parcialmente terras de três localidades do Planalto Central: Luziânia, Formosa e Planaltina de Goiás. Porém, o

impacto da instalação da Capital da República nessa região não ficou limitado à perda de território por parte desses municípios. As mudanças foram de várias ordens, mas principalmente econômicas, sociais e espaciais.

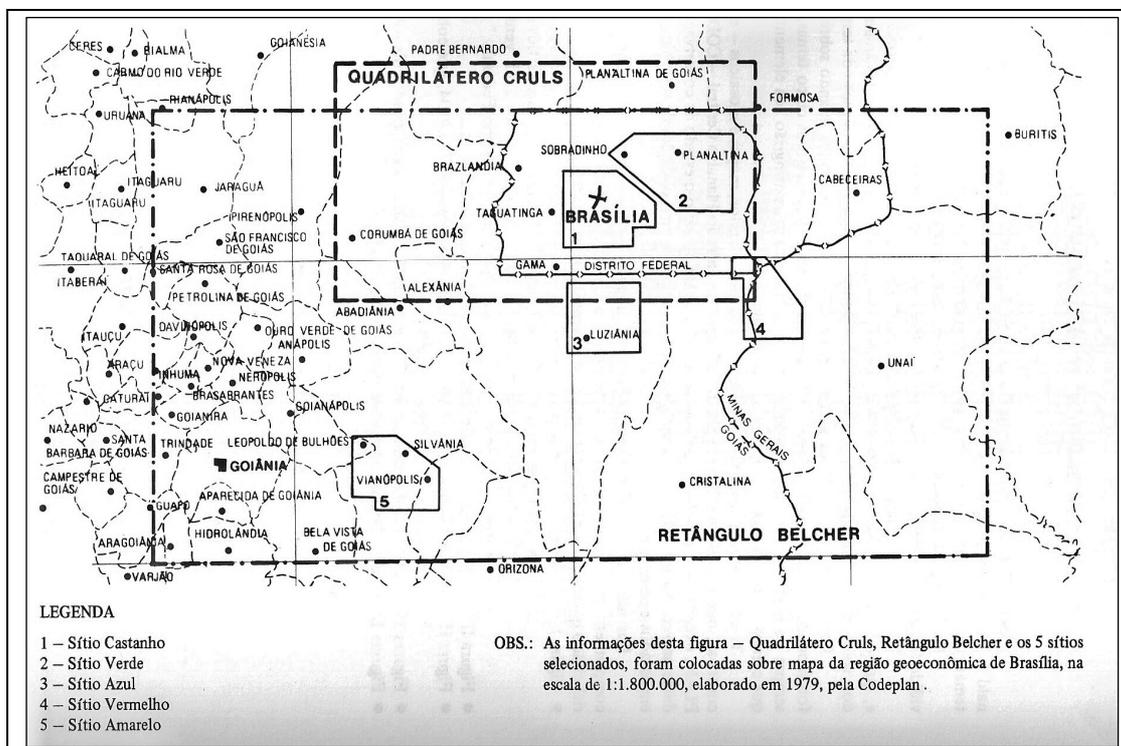


Figura 8. Sobreposição do Retângulo Belcher, do Quadrilátero Cruls e dos municípios pertencentes à antiga região Geoeconômica de Brasília. CODEPLAN, 1984.

4.5 - Brasília e seus impactos

A inserção de Brasília no Planalto Central é o maior símbolo do processo de integração nacional. Nesse contexto, a Nova Capital inaugurada em 1960, impactou o uso do território não somente na escala regional, mas também em todo o país, visto que, com o surgimento de Brasília, uma nova geografia era imposta à sociedade brasileira. Novas relações de produção surgiram e também novas áreas de ocupação. Entretanto, velhos vícios administrativos, culturais e políticos permaneceram.

No campo político-administrativo, a construção da Capital do país no Planalto Central significou a possibilidade, pela primeira vez na história, de integração real entre as várias partes do Brasil. Além de sua localização estratégica, podemos considerar Brasília como indutor de desenvolvimento, pois ela proporcionou o aparelhamento e a

estruturação da região Centro-Oeste e de parte da região Norte. O maior exemplo foi a construção de rodovias que passaram a ligar todas as regiões do país. A infra-estrutura implantada foi responsável pela inserção definitiva do Brasil central e, de Goiás, na economia nacional.

A estruturação do território ocupado a partir da construção de Brasília, que visava implantar condições para produção, como estradas, energia elétrica, pequenas indústrias para suporte, entre outros, não deve ser considerada de forma isolada. Muito pelo contrário. A inserção de Brasília no Planalto Central e a conseqüente criação de infra-estrutura para a produção fazem parte do mesmo processo, que teve como um dos seus resultados a expansão da fronteira econômica. A incorporação do Brasil central à fronteira econômica significou também expansão do mercado consumidor e da área de ação das grandes corporações empresariais. Lucarrelí *et alli* (1989, p103) a respeito afirma:

“A construção de Brasília insere-se no bojo da questão regional do Brasil, cujo momento, a segunda metade da década de 50, corresponde ao da consolidação de um espaço geográfico nacional integrado, a partir da concentração espacial da indústria na área de São Paulo e da divisão do trabalho que ela comandava”.

O montante de dinheiro, esforço e tempo destinados à construção de Brasília não resolveram as questões regionais do país. Na verdade, as diferenças regionais permaneceram visíveis no Brasil, talvez mais nítidas. Brasília e suas adjacências tornaram-se, a partir da década de 1960, mais um centro atrativo para imigrantes. A integração entre as partes do país favoreceu o processo de migração e a conseqüente reconfiguração dos centros urbanos de emigração, ou seja, o Sudeste e posteriormente o Centro-Oeste. Farret (1985, p.24) afirma que a integração nacional, cuja construção de Brasília é um dos maiores símbolos “agrava o desequilíbrio espacial, na medida em que os investimentos foram principalmente concentrados na região Sudeste”. A riqueza ficou concentrada e os fluxos nacionais de migração procuraram essas regiões de investimentos. Nesse cenário é possível incluir Brasília e Goiânia.

A construção de Brasília proporcionou transformações profundas em Goiás, principalmente nas localidades que hoje estão próximas aos arredores do Distrito

Federal. As antigas localidades do Planalto Central passaram por novos usos do território. Barreira (2002, p.175) corrobora essa afirmação, como se nota a seguir:

“Foi a área de Goiás que sofreu mais diretamente o impacto da implantação do Distrito Federal. Até esse momento, não havia sido um local despovoado; sua ocupação remonta ao século XVIII, quando se abriram os caminhos do ouro. Vários são os núcleos dessa fase, como Meia Ponte, de 1727, atualmente Pirenópolis; Santa Luzia, de 1746, hoje Luziânia; Corumbá de Goiás, de 1750; Arraial de Couros, de 1736, atual Formosa; e Mestre d’ Armas, de 1812. Com o declínio da mineração a região ficou estagnada por um longo período, até a criação do Distrito Federal”.

As vias de acesso criadas em todo o estado de Goiás, o montante de capital inserido em setores produtivos e o grande contingente populacional que migrou para a região a partir do surgimento de Brasília promoveram novas modificações intra-regionais. Uma nova geografia regional, em Goiás e no Planalto Central, desenhou-se. Uma reconfiguração territorial entrava em curso e o seu resultado são as atuais peculiaridades da região do Distrito Federal e Entorno.

5 - A PRESENTE CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL

5.1 - O contexto do surgimento da RIDE

O surgimento de Brasília propiciou mudanças sociais, econômicas, políticas, territoriais e ambientais em todo Planalto Central. As antigas formas de produção, ocupação do solo e relações sociais se transformaram. Se até o início do século XX, a economia da região era pautada na agropecuária, com pouca inserção no mercado nacional; a construção da Nova Capital solidificou as condições de inserção dessas terras na economia nacional e proporcionou a sua conexão com as demais regiões do país. Entretanto, o planejamento de Brasília, como já comentado, ficou basicamente restrito ao seu sítio urbano e esse é um dos fatores responsáveis pela presente configuração do território do seu entorno.

A atuação pouco eficiente do Estado na condução do processo de imigração, verificados no DF nas décadas de 1960 e 1970 e posteriormente no Entorno, é um dos fatores que explica a ocupação desorganizada do solo nessa região, o que é uma das principais características da atual configuração do território regional, não muito diferente da realidade encontrada nas grandes cidades do país. O baixo investimento em infra-estrutura social, principalmente em saúde, habitação, educação e emprego segregou, social e também espacialmente, parte considerável da população da região do Entorno, especialmente nos municípios mais próximos ao DF e em algumas localidades deste. O Poder Público, que atuou de forma contraditória na ocupação do solo no DF, ora estimulando, ora travando a ocupação, começou a agir na década de 1970, na tentativa de amenizar as disparidades socioeconômicas, que já se tornavam latentes na região. Surgiam as primeiras providências visando uma ação conjunta e coordenada no Entorno.

O Programa Especial para a Região Geoeconômica de Brasília – PERGEB, criado em 1975, contava com 90 municípios de Goiás e Minas Gerais e foi a primeira delimitação de um entorno para o Distrito Federal e também a primeira tentativa efetiva de amenizar as diferenças entre as localidades da região. O objetivo do programa, segundo o IPEA (2002, p.73) era:

“Fortalecer a infra-estrutura física do território e o fornecimento de apoio à produção. Preservar Brasília como Capital do país, cidade política, administrativa e cultural. Fortalecer subcentros polarizadores no entorno do Distrito Federal e evitar a migração intensiva”.

A gestão administrativa do PERGEB era dividida entre a Presidência da República e a Secretaria de Planejamento do DF. O programa foi extinto em 1985, deixando para trás algumas boas iniciativas de ação conjunta entre União, DF e municípios na solução de problemas comuns, na preservação de Brasília e suas funções. Outra tentativa de cooperação e desenvolvimento na região surgiu em 1979, com a Associação dos Municípios Adjacentes à Brasília – AMAB, que possuía o interesse de dialogar, diretamente com o Governo do Distrito Federal e sugerir programas de desenvolvimento integrado entre os municípios do Entorno e DF. Entretanto, historicamente, sua atuação foi limitada e na atualidade, é uma instituição frágil que não possui força política para barganhar e atuar na promoção de políticas públicas na região.

As disparidades entre Brasília, suas localidades e o Entorno não diminuíram na década de 1990. Na verdade, tornaram-se mais latentes com o uso descontrolado do solo para a construção de conjuntos habitacionais precários. O mito de Brasília como “El Dourado” foi o combustível para que o fluxo de pessoas migrantes continuasse contínuo para alguns municípios do Entorno. A região tornou-se “terra de ninguém”, pois os seus problemas não interessavam aos governantes do DF e tampouco a Goiás.

Ainda na tentativa de preencher as lacunas, no que tange às ações conjuntas entre as localidades próximas à Brasília e o Distrito Federal, surgiu no final da década de 1990, mais uma experiência de cooperação entre União, estados, DF e municípios, visando a ações integradas que promovesse um maior desenvolvimento social e econômico entre as localidades do DF e o seu entorno. A lei complementar nº. 94, de 19 de fevereiro de 1998, criou a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, cujo território é mostrado no mapa 1. Na sua essência, o objetivo dessa região é criar programas e projetos voltados para a diminuição das desigualdades sociais entre DF e Entorno. Entretanto, a RIDE, como uma região politicamente deliberada, isto é, como um ente administrativo ligado ao Ministério da Integração Nacional, tem agido de forma tímida no processo de integração regional e de políticas

públicas. É uma entidade que, teoricamente, deveria cuidar da sua concretude, ou seja, a própria região estabelecida nos arredores do Distrito Federal.

A delimitação territorial da RIDE, como exemplo da arbitrariedade na formulação dessa região, foi escolhida por critérios políticos e não técnicos. Ela abrange 19 municípios goianos: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa. Em Minas Gerais são apenas três municípios: Buritis, Cabeceira Grande e Unai.

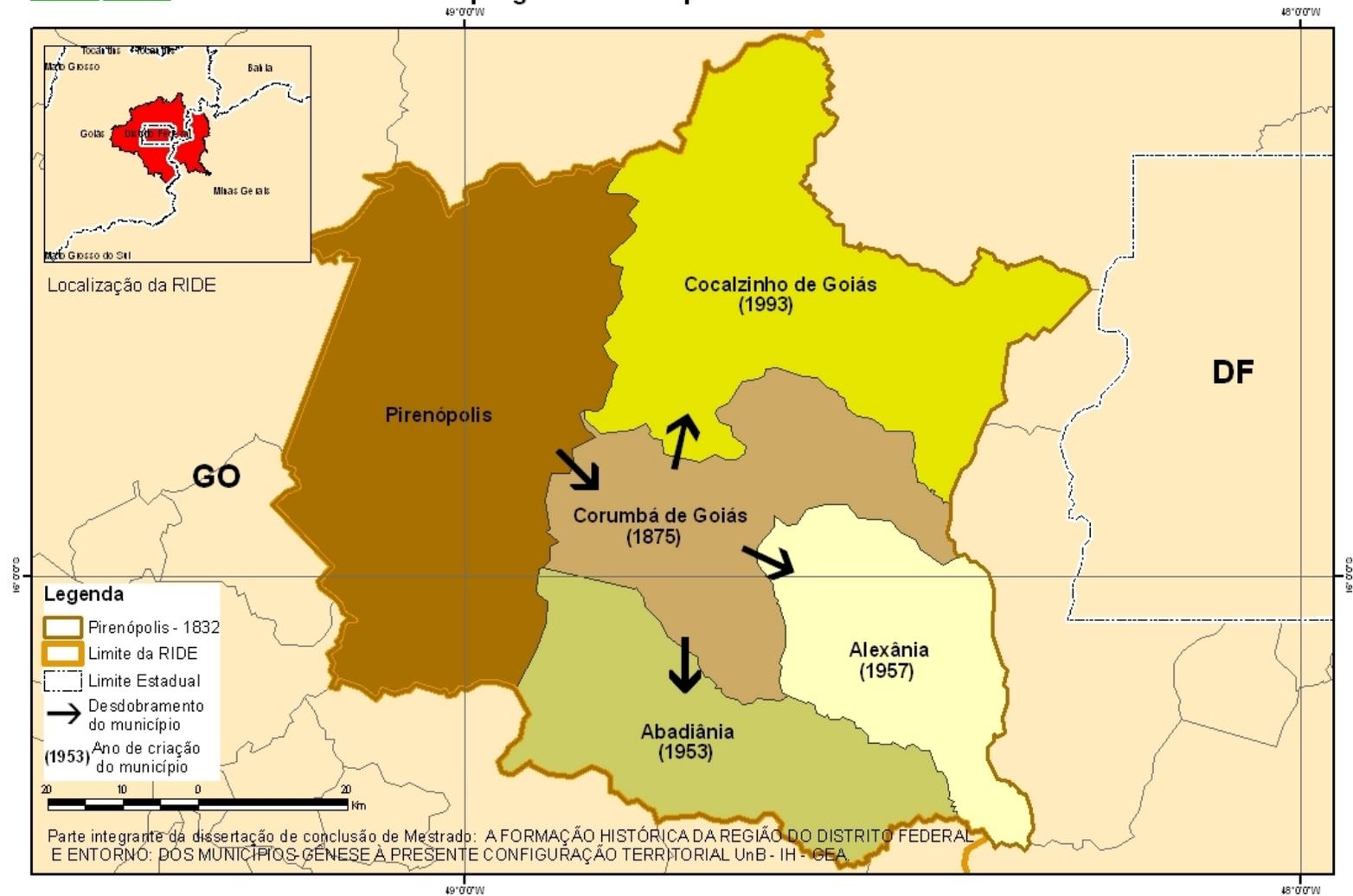
Com o surgimento de Brasília, os municípios mais antigos assumiram novos modelos de gestão do território, o que resultou na acentuação das diferenças entre eles. Não obstante a aparente separação, reforçada pelas diferenças evidentes entre o Distrito Federal e o Entorno, todos os municípios – alguns mais, outros menos – possuem um elo, que na atualidade é o próprio complexo urbano de Brasília e o que ele representa social, econômica, cultural, espacial e historicamente para a região. A Nova Capital foi, ao mesmo tempo, a solução para a região que padecia no esquecimento e foi o início das transformações em grande escala. Entre essas mudanças, especificamente na escala regional, destacaremos o crescimento populacional e o atual uso do território.

O desmembramento dos três municípios-gênese teve como resultado os 19 municípios goianos da RIDE. Percebe-se que esse processo de desdobramento dos municípios se intensificou após a construção de Brasília e com a reocupação intensiva de região adjacente, principalmente nas duas últimas décadas do século XX. Os mapas 5, 6 e 7 mostram como ocorreu esse desmembramento e a tabela 3 o período e o quantitativo populacional de cada município desde 1950.



REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - RIDE

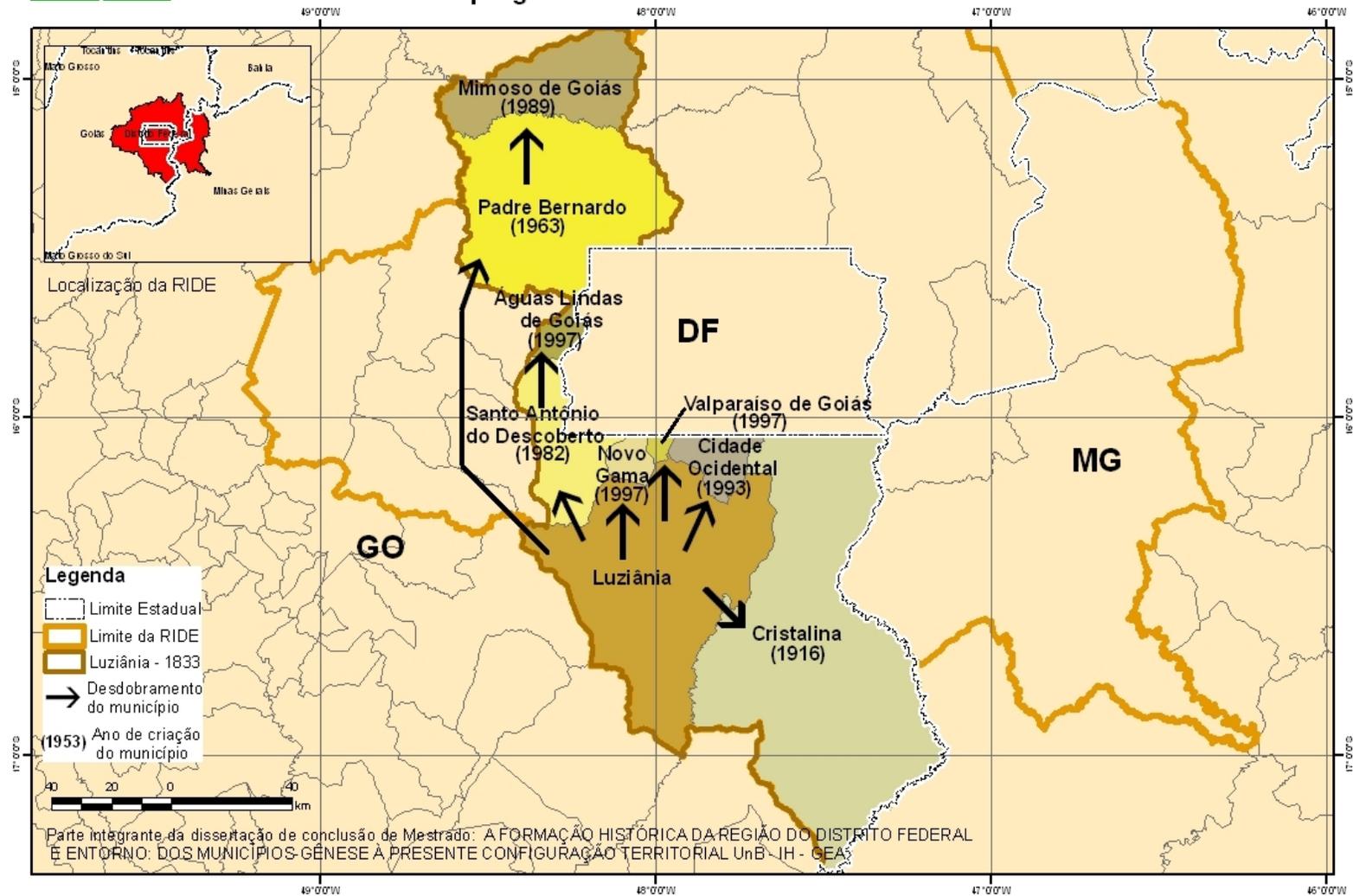
Desmembramento do município-gênese - Pirenópolis





REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - RIDE

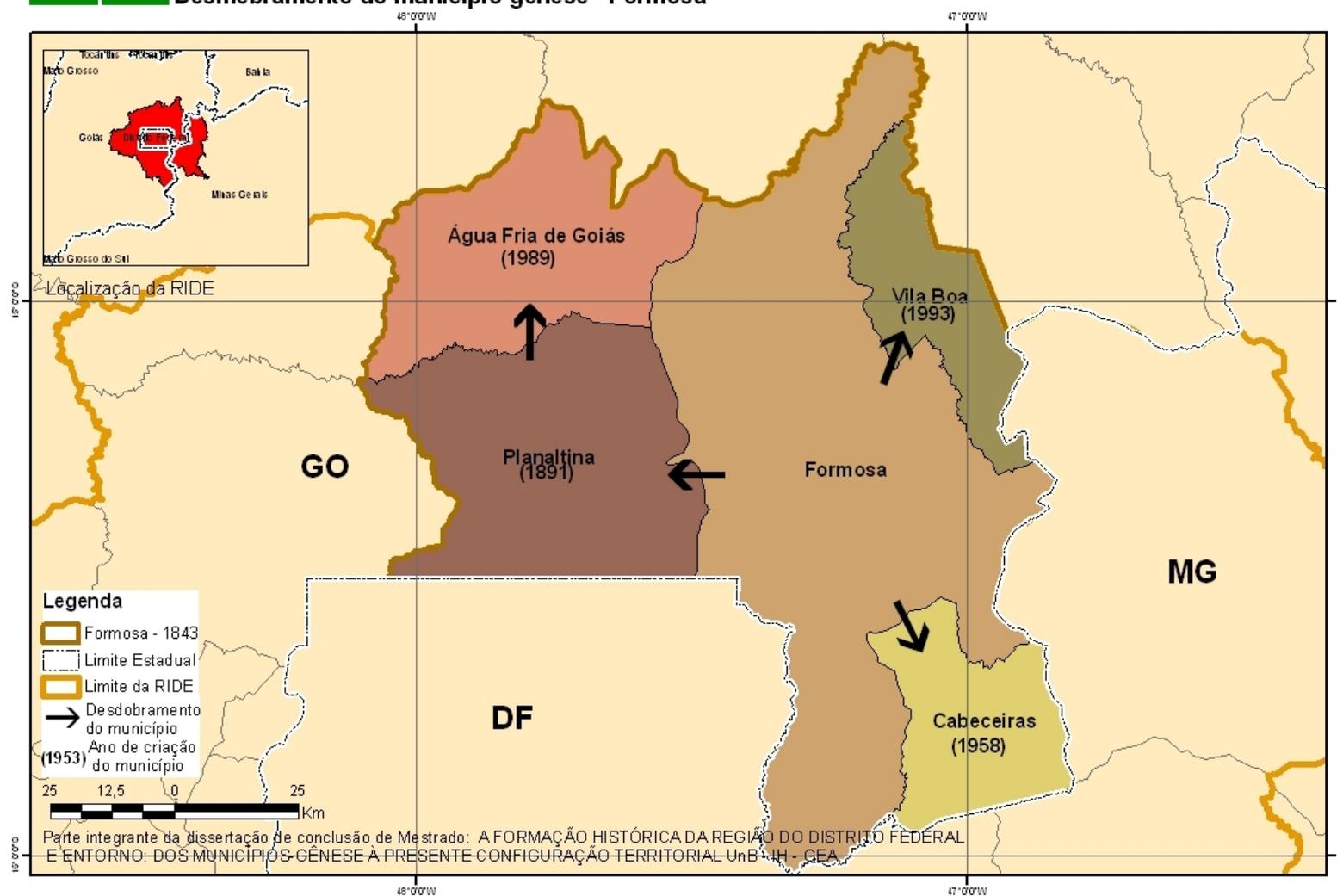
Desmembramento do município-gênese - Luziânia





REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - RIDE

Desmembramento do município-gênese - Formosa



5.2 - A reocupação intensiva da região que abrigou a Nova Capital do país

Depois do período da mineração, é somente na segunda metade do século XX que o Planalto Central voltava a ser alvo de grandes contingentes populacionais. Esse fato não foi exclusivo à região que abriga Brasília, tendo em vista que Goiânia também se tornou um centro de afluxo populacional na região Centro-Oeste. A migração para o estado de Goiás ocorreu de forma desigual, pois o fluxo populacional seguia a direção que os investimentos tomavam, ou seja, as regiões com mais infra-estrutura no estado. Além do eixo Goiânia – Anápolis, que se consolidou como fronteira urbana e econômica em Goiás, Brasília e suas localidades apareceram como uma possibilidade de imigração, tendo nas suas “melhores condições de vida”, um atrativo.

Em 1950, na região onde foi construída a Nova Capital do país, existiam apenas sete municípios, a saber: Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Pirenópolis, Planaltina de Goiás e Unaí. A população desses municípios era de aproximadamente 130 mil pessoas. Quando Brasília foi inaugurada, em 1960, o Distrito Federal contava com um montante de 154 mil habitantes, ao passo que as localidades do seu entorno, que já abrangia 10 municípios, possuía aproximadamente 170 mil, como mostra a tabela 3. A década de 1960 foi apenas o início do processo de ocupação intensiva do solo do Distrito Federal e Entorno. Percebe-se, que nesse período o crescimento populacional começava a proporcionar efeitos colaterais, como o desmembramento dos municípios.

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL - RIDE (1950 - 2006)

MUNICÍPIO	ANO							
	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2006*
Abadiânia - GO		8.186	7.772	9.030	9.402	10.144	11.452	12.967
Água Fria de Goiás - GO					3.976	3.771	4.469	4.833
Águas Lindas de Goiás - GO							105.746	168.919
Alexânia - GO		8.022	9.390	12.116	16.472	18.623	20.047	22.689
Brasília - DF		154.728	537.492	1.176.908	1.601.094	1.821.946	2.051.146	2.383.784
Buritis - MG			9.810	15.429	18.417	19.796	20.396	21.859
Cabeceira Grande - MG							5.920	6.519
Cabeceiras - GO		3.120	4.056	4.993	6.464	5.973	6.758	6.975
Cidade Ocidental - GO						33.147	40.377	48.778
Cocalzinho de Goiás - GO						12.780	14.626	17.779
Corumbá de Goiás - GO	21.952	13.713	18.439	20.212	19.663	8.643	9.679	9.957
Cristalina - GO	5.333	9.165	11.600	15.977	24.937	28.262	34.116	40.900
Formosa - GO	23.273	21.708	28.874	43.297	62.982	68.704	78.651	92.331
Luziânia - GO	19.657	27.444	32.807	92.817	207.674	242.522	141.082	187.262
Mimoso de Goiás - GO					3.750	2.584	2.801	2.100
Novo Gama - GO							74.380	96.442
Padre Bernardo - GO			8.381	15.855	16.500	16.879	21.514	25.220
Pirenópolis - GO	22.430	26.494	32.065	29.329	25.056	24.717	21.245	21.240
Planaltina - GO	7.335	6.123	8.972	16.178	40.201	58.576	73.718	98.491
Santo Antônio do Descoberto - GO					35.509	107.672	51.897	78.995
Unai - MG	28.860	45.975	52.303	67.885	69.612	73.664	70.033	76.245
Valparaíso de Goiás - GO							94.856	123.921
Vila Boa - GO						2.720	3.287	3.617
Municípios da RIDE	128.840	169.950	224.469	343.118	560.615	739.177	907.050	1.168.039
RIDE	128.840	324.678	761.961	1.520.026	2.161.709	2.561.123	2.958.196	3.551.823

Fonte: IBGE - Censos Populacionais de 1950 -2000. População estimada 2006.

*População estimada pelo IBGE em 31 de julho de 2006.

TABELA 4 - TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL - RIDE (1950 - 2006) (%)

	1950 - 1960	1960 - 1970	1970 - 1980	1980 - 1991	1991 - 1996	1996 - 2000	2000 - 2006
Abadiânia - GO		-0,51	1,62	0,41	1,58	3,22	2,20
Água Fria de Goiás - GO					-1,03	4,63	1,36
Águas Lindas de Goiás - GO							9,96
Alexânia - GO		1,71	2,90	3,60	2,61	1,91	2,20
Brasília - DF		24,74	11,90	3,60	2,76	3,14	2,70
Buritis - MG			5,73	1,94	1,50	0,76	1,20
Cabeceira Grande - MG							1,69
Cabeceiras - GO		3,00	2,31	2,95	-1,52	3,29	0,54
Cidade Ocidental - GO						5,45	3,47
Cocalzinho de Goiás - GO						3,61	3,59
Corumbá de Goiás - GO	(3,75)	3,45	0,96	-0,27	-11,21	3,00	0,48
Cristalina - GO	7,19	2,66	3,77	5,61	2,67	5,18	3,31
Formosa - GO	(0,67)	3,30	5,00	4,55	1,82	3,62	2,90
Luziânia - GO	3,96	1,95	18,29	12,37	3,36	-10,46	5,46
Mimoso de Goiás - GO					-6,22	2,10	-4,17
Novo Gama - GO							4,94
Padre Bernardo - GO			8,92	0,41	0,46	6,87	2,87
Pirenópolis - GO	1,81	2,10	-0,85	-1,46	-0,27	-3,51	0,00
Planaltina - GO	(1,65)	4,65	8,03	14,85	9,14	6,46	5,60
Santo Antônio do Descoberto - GO					40,64	-12,95	8,70
Unai - MG	5,93	1,38	2,98	0,25	1,16	-1,23	1,48
Valparaíso de Goiás - GO							5,11
Vila Boa - GO						5,21	1,67
RIDE	15,20	13,47	9,95	3,84	3,70	3,88	3,34
Municípios da RIDE	15,20	3,21	5,29	5,76	6,37	5,68	4,80

Fonte: IBGE - Censos Populacionais de 1950 -2000. População estimada 2006.

O *boom* do crescimento populacional no Distrito Federal ocorreu nas décadas de 1960 e 1970. A taxa de crescimento populacional ultrapassou os 20% ao ano e a Capital do país já contava com uma população superior aos 500 mil habitantes. Os municípios do Entorno cresciam nesse período a taxas menores, significando em números pouco mais de 3% ao ano, como mostra a tabela 4. De acordo com essa taxa, o crescimento populacional no DF era maior do que as médias nacionais, as médias da macro-região Centro-Oeste e do estado de Goiás³⁸. Esses números mostram como o processo inicial de ocupação do território do DF foi intenso nas primeiras décadas de existência da Nova Capital na região. Era apenas o início das transformações demográficas, sociais, econômicas e territoriais presenciadas nos últimos 50 anos no Planalto Central.

Na década de 1970, o crescimento populacional do Distrito Federal permaneceu alto em relação às taxas do Brasil, do Centro-Oeste e de Goiás. O Entorno, que possuía 12 municípios, começava a ter também um crescimento elevado, com uma taxa acima dos 5% ao ano. Os dados mostram que houve um recuo desses índices na década posterior, quando a região adjacente à Brasília, naquele período com 14 municípios, atingiu uma taxa de crescimento de 5,76 % ao ano, ao passo que no DF a taxa ficou em 3,6%, como mostra a tabela 4. Foi nessa década que a ocupação das terras do Entorno mais próximo do DF se intensificou, como é o caso dos municípios de Luziânia, Planaltina de Goiás e Formosa.

Segundo Queiroz (2006, p.6), alguns dos motivos que levaram à intensificação do processo de ocupação do Entorno na década de 1980 estão ligados ao processo de urbanização adotado no Distrito Federal. O alto preço dos imóveis na Capital Federal e suas localidades; a restrição de uso do solo para fins urbanos e a facilidade de compra de terrenos nos municípios adjacentes à Brasília explicam o crescimento populacional no Entorno nesse período e também na década posterior. O processo de migração, incluindo a intrametropolitana, intensificou a migração pendular entre as localidades do Entorno e o DF. Algumas localidades da região tornaram-se, assim, cidades dormitórios. A ocupação que se verifica no Entorno é resultado do processo de urbanização de Brasília, que foi tão excludente que expulsou, para fora do quadrilátero,

³⁸ Segundo informações dos censos populacionais do IBGE.

parte das pessoas que chegavam e inclusive pessoas que já moravam nas localidades do DF.

Na década de 1990, a população residente no Entorno continuou a crescer em ritmo mais acelerado que a do DF. No final dessa década, a região contava com os 22 municípios, o mesmo número que possui na atualidade. O crescimento do número de municípios ocorreu paralelo ao crescimento populacional, esse fato indica que houve uma verdadeira fragmentação de alguns municípios, ou seja, ocorreu um desmembramento entre as localidades da região, como demonstrado nos mapas entre as páginas 96 a 98. Uma das razões para isso é que muitos distritos dos municípios mais antigos, que eram pouco atendidos com infra-estrutura social, serviam como dormitório para migrantes que trabalhavam no DF. Nos anos 1990, em busca de melhores condições de vida, atores e agentes das localidades não atendidas lutaram pela emancipação de vários distritos. Alguns destes surgiram como municípios com elevados contingentes populacionais, como é o caso de Águas Lindas de Goiás, que possui uma população de aproximadamente 170 mil habitantes, com apenas 10 anos de existência. Esse processo intenso de ocupação, verificado nas últimas décadas não possui apenas um significado numérico, o problema está muito além do extraordinário crescimento populacional, cujo reflexo é a própria configuração territorial da RIDE. As diferenças socioeconômicas, a segregação espacial e a violência urbana permeiam essa relação entre o DF e o seu entorno.

O intenso processo de ocupação do território da região realça as diferenças existentes entre as localidades do Distrito Federal e os municípios do Entorno. Alguns deles surgiram e cresceram sem a infra-estrutura social e econômica necessária para atender à enorme demanda que possuem. Assim, necessidades sociais e econômicas, como o atendimento médico-hospitalar e vagas de emprego são satisfeitas apenas parcialmente no Distrito Federal³⁹. Uma das conseqüências de todo esse cenário de cidades inchadas, sem infra-estrutura básica e população sem perspectivas é o aumento da violência na região. O Distrito Federal e Entorno aparecem entre as áreas metropolitanas mais violentas do país, como mostra o estudo da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a educação, a ciência e a cultura – OEI. Waiselfisz

³⁹ A respeito de análises e informações sobre o uso de equipamentos urbanos de saúde e a procura por emprego no Distrito Federal por parte da população do Entorno, ler Queiroz (2006) e da Silva (2006).

(2007), responsável por esse estudo, revela que dentre os municípios mais violentos do país, alguns fazem parte da RIDE, como é o caso de Vila Boa, sexta colocada no *ranking* geral, Cristalina, Cabeceiras, Luziânia, Planaltina e Águas Lindas de Goiás⁴⁰.

Na atualidade⁴¹, a região do Distrito Federal e Entorno possui uma população de 3,5 milhões de habitantes, sendo que o montante de pessoas residentes em municípios do Entorno representa 33% da população da RIDE. Em comparação com as regiões metropolitanas do país, essa se tornou uma das maiores concentrações populacionais do Brasil, entretanto, sem possuir um arranjo administrativo similar que atue efetivamente em toda região. O resultado da explosão demográfica na região, intensificada nos últimos 25 anos, são os problemas sociais de emprego, educação e saúde enfrentados, principalmente, pela população mais carente das localidades do DF e municípios pertencentes à RIDE.

A ocupação urbana também explica parte da configuração territorial da região. Em 2000, 94% da população da RIDE residia no perímetro urbano dos municípios, como comprova a tabela 5, na próxima página. Essa taxa de urbanização e o processo de ocupação do solo na região, ocorrida de forma descontrolada em várias situações, esclarecem bastante o rearranjo territorial na região, pois indica como os municípios construíram a presente configuração de seus respectivos territórios. Águas Lindas de Goiás, Novo Gama e Valparaíso de Goiás, localidades ocupadas desorganizadamente, possuíam uma população rural praticamente inexistente, pois os seus territórios foram configurados como cidades dormitório, ou seja, essas localidades atendem às funções demandadas no Distrito Federal.

A maior parte da população de outros municípios, como Mimoso de Goiás, Cocalzinho e Água Fria de Goiás concentrava-se, no início do novo milênio, na zona rural, o que mostra uma outra configuração territorial na RIDE, pautada na produção agropecuária. Essa configuração corresponde às demandas da população relacionadas ao modo de produção local, que também está ligado a economia do Distrito Federal.

⁴⁰ Vários veículos de comunicação retrataram, às vezes com certa surpresa, o aumento da violência nos arredores do DF. Mais informações em: http://www.oei.org.br/news_fevereiro0107.php.

⁴¹ Utilizamos os dados do IBGE de população estimada para 2006.

TABELA 5 - POPULAÇÃO URBANA X POPULAÇÃO RURAL - RIDE (2000)

MUNICÍPIO	Total	Urbana	(%) Urbana	Rural	(%) Rural
Abadiania	11.452	7.206	63	4.246	37
Água Fria de Goiás	4.469	1.603	36	2.866	64
Águas Lindas de Goiás	105.746	105.583	100	163	0
Alexania	20.047	15.935	79	4.112	21
Buritis	20.396	13.868	68	6.528	32
Cabeceira Grande	5.920	4.579	77	1.341	23
Cabeceiras	6.758	4.904	73	1.854	27
Cidade Ocidental	40.377	34.465	85	5.912	15
Cocalzinho de Goiás	14.626	6.000	41	8.626	59
Corumba de Goiás	9.679	5.597	58	4.082	42
Cristalina	34.116	27.569	81	6.547	19
Distrito Federal	2.051.146	1.961.499	96	89.647	4
Formosa	78.651	69.285	88	9.366	12
Luziania	141.082	130.165	92	10.917	8
Mimoso de Goiás	2.801	1.186	42	1.615	58
Novo Gama	74.380	73.026	98	1.354	2
Padre Bernardo	21.514	13.272	62	8.242	38
Pirenópolis	21.245	12.475	59	8.770	41
Planaltina	73.718	70.127	95	3.591	5
Santo Antônio do Descoberto	51.897	48.398	93	3.499	7
Unai	70.033	55.549	79	14.484	21
Valparaíso de Goiás	94.856	94.856	100	-	-
Vila Boa	3.287	2.702	82	585	18
Total	2.888.163	2.704.300	94	183.863	6

Fonte: Censo demográfico 1991: resultados do universo: microdados.
Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 7 CD-ROM; IBGE, Censo Demográfico 2000.

5.3 - O atual uso econômico empregado no território da região

A história das localidades do Planalto Central se confunde com a vigência dos ciclos econômicos implantados em seus territórios. Desde o surgimento dos primeiros arraiais, com a mineração no século XVIII, a população das localidades teve que se adaptar aos ciclos econômicos vigentes, seja a pecuária extensiva ou a agricultura de subsistência. Na atualidade, essa lógica ainda é válida, porém, houve uma diversificação no uso dado ao território, o que não significou desenvolvimento socioeconômico endógeno aos municípios e a região. As funções, que eram singulares, ou seja, pautada em monoculturas, na atualidade são mais diversificadas e as localidades assimilam várias atividades ao mesmo tempo.

O Produto Interno Bruto – PIB, dos municípios da RIDE, visto pelos setores de produção como expõe a tabela 6, comprova que algumas transformações ocorreram desde o surgimento de Brasília na década de 1960, mas essas alterações não ficaram limitadas às relações sociais de produção. O uso do território modificou-se como resultado de uma nova divisão territorial do trabalho que emerge em meados do século XX com a industrialização de parte da região Sudeste. Brasília e sua região, naquela época, eram áreas de fronteira agrícola, urbana⁴² e econômica. O uso do território com fim agropecuário foi intensificado, pois havia a necessidade de abastecer os grandes centros econômicos do país, isto é, a região que se industrializava. Paralelamente, o DF e parte do Centro-Oeste, principalmente Goiânia, tornaram-se novos centros de afluxo populacional, ou seja, uma nova fronteira urbana, com a incumbência de ajudar a promover a nova fronteira econômica do país.

⁴² Como afirma Steinberger (1999).

TABELA 6 - PRODUTO INTERNO BRUTO MUNICIPAL 2004 – RIDE (%)						
MUNICÍPIO	agropecuária	indústria	serviços	impostos*	produto interno bruto	PIB per capita
Abadiânia - GO	40	13	44	2	49.646	3.970
Água Fria de Goiás - GO	74	3	20	3	65.641	13.901
Águas Lindas de Goiás - GO	0	25	73	1	296.898	1.985
Alexânia - GO	12	40	23	25	227.407	10.393
Buritis - MG	57	7	37	(1)	203.959	9.526
Cabeceira Grande - MG	61	5	33	1	51.319	8.100
Cabeceiras - GO	68	7	22	3	77.748	11.253
Cidade Ocidental - GO	6	28	65	1	122.031	2.641
Cocalzinho de Goiás - GO	39	14	46	1	60.225	3.582
Corumbá de Goiás - GO	33	23	43	1	42.480	4.303
Cristalina - GO	52	9	36	4	383.118	9.868
Distrito Federal - DF	0	7	89	4	43.521.629	19.071
Formosa - GO	17	23	60	0	334.695	3.797
Luziânia - GO	12	46	37	5	1.100.160	6.354
Mimoso de Goiás - GO	69	3	26	2	20.766	8.974
Novo Gama - GO	1	26	72	2	189.979	2.118
Padre Bernardo - GO	30	23	43	4	110.830	4.601
Pirenópolis - GO	34	21	44	1	93.880	4.420
Planaltina - GO	10	23	66	0	211.675	2.328
Santo Antônio do Descoberto - GO	6	24	70	1	150.958	2.135
Unai - MG	42	12	47	(1)	697.512	9.382
Valparaíso de Goiás - GO	0	20	74	7	276.765	2.406
Vila Boa - GO	47	10	40	3	17.711	5.037

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios 2004 - IBGE

* Referente a subtração do valor dos impostos e do *dummy* financeiro.

Passado meio século, os usos tornaram-se múltiplos na região do Distrito Federal e Entorno. Na atualidade, encontram-se municípios com características diversas. Alguns municípios possuem peculiaridades similares às encontradas séculos atrás, ao passo que outros se modernizaram e produzem para abastecer o mercado regional, nacional e internacional, e outros são totalmente dependentes da economia terciária do DF.

A agropecuária ainda possui grande importância na renda das pessoas de seis municípios da RIDE, a saber: Água Fria de Goiás, Buritis, Cabeceira Grande, Cabeceiras, Cristalina e Mimoso de Goiás. Nesses municípios o PIB do setor agropecuário, em 2004, ultrapassou os 50% do valor total. Alguns desses chegaram a mais de 65%, como é o caso de Água Fria e Cabeceiras. Não coincidentemente, esses municípios, acrescidos de Padre Bernardo, tiveram uma extraordinária incorporação de áreas plantadas em lavouras temporárias. Nesse tipo de lavoura estão incluídos produtos como arroz, batata inglesa, cana-de-açúcar, feijão, milho, soja e trigo.

O cultivo de soja teve um aumento em praticamente todos os municípios da região⁴³, como mostra a tabela 11 nos anexos. As informações da tabela 10, mesmo tendo como ano base 1996, indicam a potencialidade de uso do território de alguns municípios da RIDE para fins agropecuários. Na atualidade os municípios que são destaques como grandes produtores de grãos, por exemplo, já possuíam grande aparato maquinário há dez anos, como é o caso de Buritis, Cristalina e Unaí, sendo que os dois últimos estavam entre os que tinham a maior relação maquinário/área do município. Para efeitos de comparação, esses municípios apenas perdiam no número de máquinas em Goiás para os atuais líderes na produção de soja no estado, os municípios de Jataí, Ceres e Rio Verde. Mesmo após as modificações e movimentações na região, ainda se percebe que gêneros cultivados tradicionalmente nas regiões sul e norte de Goiás, desde o século XIX continuam sendo importantes na economia de algumas localidades. Os municípios Água Fria de Goiás e Mimoso, que atualmente possuem parte significativa de suas rendas provindas da agropecuária, em 1996, figuravam entre os que detinham as menores relações número de máquinas agrícolas e área do município. Isso significa que

⁴³ Segundo informações da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE em 2004.

esses municípios continuavam atrelados à uma agropecuária mais arcaica e isso reflete na sua configuração territorial.

A área destinada à lavoura permanente, que engloba produtos como café, banana, goiaba, laranja, maçã, manga, marmelo, uva, entre outras frutas, especiarias e mudas, também aumentou entre 1995 a 2004. Entretanto, tais lavouras são de cultivo cuja imissão é menor em relação às lavouras temporárias, que necessitam de investimentos periódicos no solo, sementes e maquinário. Unaí, Mimoso de Goiás e Buritis tiveram um aumento considerável de áreas plantadas no período. Esse crescimento continuou e passou a incluir o município de Cristalina. A expansão dessas lavouras demonstra bem a forma como o território vem sendo utilizado na região. Há uma mescla de lavouras tradicionais, voltadas para o mercado local e regional, praticadas pelos municípios que historicamente foram mantidos à margem do mercado nacional e outras localidades, em contraste, utilizaram mais equipamentos modernos, voltados, por exemplo, para o cultivo intensivo da soja orientado para um mercado de escala bem maior⁴⁴. Os números da tabela 11, em anexo, demonstram isso.

⁴⁴ Baseado nas informações disponibilizadas no sítio eletrônico da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás – SEPLAN: <http://www.seplan.go.gov.br>

TABELA 7 - ÁREA PLANTADA: LAVOURA TEMPORÁRIA (HECTARE) – RIDE (1995 – 2004) E DISTÂNCIA ENTRE OS MUNICÍPIOS*						
MUNICÍPIO/UNIDADE DA FED.	Distância	Varição entre 1995/2004			Varição entre 2000/2004	
		1995	2000	2004	%	%
	KM					
Abadiânia - GO	120	5.700	3.975	8.185	44	106
Água Fria de Goiás - GO	170	19.550	15.360	32.612	67	112
Água Lindas de Goiás - GO	50	-	-	-		
Alexânia - GO	90	5.080	2.270	4.970	-2	119
Brasília - DF	-	75.437	81.554	110.167	46	35
Buritís - MG	245	68.260	51.360	99.530	46	94
Cabeceira Grande - MG	240	-	13.300	19.560		47
Cabeceiras - GO	130	23.729	23.585	47.095	98	100
Cidade Ocidental - GO	45	1.030	908	3.716	261	309
Cocalzinho de Goiás – GO	120	6.268	7.620	9.140	46	20
Corumbá de Goiás - GO	140	4.478	2.639	1.985	-56	-25
Cristalina - GO	125	86.953	123.675	182.483	110	48
Formosa - GO	90	10.395	12.480	15.910	53	27
Luziânia - GO	66	54.321	69.488	83.595	54	20
Mimoso de Goiás - GO	125	2.302	2.139	6.490	182	203
Novo Gama - GO	40	-	245	150		-39
Padre Bernardo - GO	90	8.196	5.750	16.375	100	185
Pirenópolis - GO	150	17.756	4.477	4.600	-74	3
Planaltina - GO	80	11.853	8.428	11.456	-3	36
Santo Antônio do Descoberto - GO	50	3.449	295	2.630	-24	792
Unaí - MG	180	117.530	116.778	182.671	55	56
Valparaíso de Goiás – GO	30	-	115	8		-93
Vila Boa - GO	190	1.572	880	1.127	-28	28

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal – 2004

***Distância entre os municípios da RIDE e Brasília**

TABELA 8 - ÁREA PLANTADA: LAVOURA PERMANENTE (HECTARE) – RIDE (1995 – 2004)

MUNICÍPIO/UNIDADE DA FED.	ÁREA DO MUNICÍPIO KM ²	1995 2000 2004			Varição entre 1995/2004	Varição entre 2000/2004
					%	%
Abadiânia - GO	1044	10	15	10	0	-33
Água Fria de Goiás - GO	2029	652	465	1.099	69	136
Água Lindas de Goiás - GO	191					
Alexânia - GO	848	217	394	362	67	-8
Brasília - DF	5802	3.688	3.139	3.015	-18	-4
Buritit - MG	5219	124	298	382	208	28
Cabeceira Grande - MG	1026		106	205		93
Cabeceiras - GO	1128	374	162	129	-66	-20
Cidade Ocidental - GO	388	70	133	92	31	-31
Cocalzinho de Goiás - GO	1788					
Corumbá de Goiás - GO	1062	205	51	55	-73	8
Cristalina - GO	6161	987	609	2.225	125	265
Formosa - GO	5807	98	94	107	9	14
Luziânia - GO	3962	366	291	528	44	81
Mimoso de Goiás - GO	1387	29	79	117	303	48
Novo Gama - GO	192		39	31		-21
Padre Bernardo - GO	3138	98	90	65	-34	-28
Pirenópolis - GO	2228	1.232	716	781	-37	9
Planaltina - GO	2539	935	640	236	-75	-63
Santo Antônio do Descoberto - GO	938	52	22	9	-83	-59
Unaí - MG	8464	240	263	1.396	482	431
Valparaíso de Goiás - GO	60					
Vila Boa - GO	1060	16	16	16	0	0

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal – 2004

TABELA 9 - REBANHO EFETIVO (NÚMERO DE CABEÇAS*) – RIDE (1995 - 2004)

MUNICÍPIO/UNIDADE DA FED.	ÁREA DO MUNICÍPIO			Variação entre 1995/2004		Variação entre 2000/2004	
	KM ²	1995	2000	2004	%	%	
Abadiânia - GO	1044	97.400	131.873	152.552	56,6	15,7	
Água Fria de Goiás - GO	2029	120.405	87.280	83.267	-30,8	-4,6	
Água Lindas de Goiás - GO	191	-	4.970	2.485		-50,0	
Alexânia - GO	848	380.830	574.888	767.982	101,7	33,6	
Brasília - DF	5802	5.779.742	6.198.582	10.062.896	74,1	62,3	
Buritis - MG	5219	129.885	145.590	160.438	23,5	10,2	
Cabeceira Grande - MG	1026	-	52.966	43.448		-18,0	
Cabeceiras - GO	1128	102.838	52.445	105.085	2,2	100,4	
Cidade Ocidental - GO	388	333.195	218.515	127.407	-61,8	-41,7	
Cocalzinho de Goiás – GO	1788	168.190	131.640	164.085	-2,4	24,6	
Corumbá de Goiás - GO	1062	104.891	105.610	118.135	12,6	11,9	
Cristalina - GO	6161	208.950	208.420	214.660	2,7	3,0	
Formosa - GO	5807	475.270	283.325	412.292	-13,3	45,5	
Luziânia - GO	3962	1.322.460	1.300.460	1.415.520	7,0	8,8	
Mimoso de Goiás - GO	1387	77.210	74.565	78.055	1,1	4,7	
Novo Gama - GO	192	-	5.000	8.645		72,9	
Padre Bernardo - GO	3138	193.750	137.010	206.830	6,8	51,0	
Pirenópolis - GO	2228	367.685	194.760	230.455	-37,3	18,3	
Planaltina - GO	2539	122.985	93.933	108.860	-11,5	15,9	
Santo Antônio do Descoberto - GO	938	147.930	136.260	115.505	-21,9	-15,2	
Unai - MG	8464	619.603	502.850	510.120	-17,7	1,4	
Valparaíso de Goiás – GO	60	-	365	1.370		275,3	
Vila Boa - GO	1060	89.480	54.870	60.280	-32,6	9,9	

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal – 2004

*Obs.: Inclui os seguintes rebanhos: bovino, suíno, eqüino, asinino, muar, bubalino, coelhos, ovino, aves e caprinos.

TABELA 10 - MAQUINÁRIO AGROPECUÁRIO - MUNICÍPIOS DA RIDE (1996)

MUNICÍPIO	Tratores	Máquinas para plantio	Máquinas para colheita	Caminhões	Utilitários	Total	Área dos municípios em 1996 (KM ²)	Relação: Total de Máquinas/Área dos Municípios
Abadiânia	122	36	11	13	64	246	1.044	0,24
Água Fria de Goiás	190	76	44	29	68	407	2.029	0,20
Alexânia	134	28	12	18	80	272	848	0,32
Buritit	508	267	154	49	234	1.212	5.219	0,23
Cabeceiras - GO	126	51	29	26	55	287	1.128	0,25
Cidade Ocidental	46	14	8	2	17	87	388	0,22
Cocalzinho de Goiás	192	57	19	28	115	411	1.788	0,23
Corumbá de Goiás	100	44	8	4	94	250	1.062	0,24
Cristalina	811	472	230	108	277	1.898	6.161	0,31
Distrito Federal	2.232	644	341	535	1.164	4.916	5.802	0,85
Formosa	388	133	39	38	278	876	5.807	0,15
Luziânia	460	154	120	35	175	944	4.214	0,22
Mimoso de Goiás	50	4	6	4	33	97	1.387	0,07
Padre Bernardo	217	72	32	49	60	430	3.138	0,14
Pirenópolis	303	130	33	44	217	727	2.228	0,33
Planaltina	181	43	24	17	79	344	2.539	0,14
Santo Antônio do Descoberto	74	35	6	8	76	199	1.129	0,18
Unai	1.668	548	313	195	767	3.491	9.592	0,36
Vila Boa	121	19	7	12	56	215	1.060	0,20
Total	7.923	2.827	1.436	1.214	3.909	17.309	56.563	0,31

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1996

O rebanho efetivo, por sua vez, diminuiu em vários municípios entre 1995 a 2004. Poucas localidades tiveram um aumento do número de cabeças de bovinos, suínos, eqüinos, entre outros, como é o caso de Brasília. As áreas destinadas aos rebanhos podem ter sido trocadas por algum tipo de lavoura temporária, como a soja.

Os municípios que possuem os maiores rebanhos efetivos são Brasília, Luziânia, Alexânia, Unaí e Formosa. Essas localidades, excluído Unaí, não possuem a base de suas rendas pautadas nas atividades primárias e boa parte do rebanho criado nesses municípios e no DF é para consumo na própria região⁴⁵.

O uso do território para fins industriais continua incipiente no Distrito Federal e no Entorno. São poucos os municípios que possuem o PIB *per capita* expressivo nesse setor, em que se destacam Luziânia e Alexânia. Geralmente, no Entorno e DF, as atividades industriais estão atreladas à produção agrícola, como é o caso da industrialização dos gêneros cultivados na região. Em outros, indústrias de pequeno e médio porte se instalam principalmente em municípios próximos à Brasília, pelas vantagens comparativas que possuem fora do quadrilátero do DF, como força de trabalho barata e menores taxas de impostos. O tipo de atividade industrial realizado nos dois municípios é diferenciado, entretanto, seguem a mesma lógica comercial, ou seja, abastecer o grande mercado consumidor da região.

A agroindústria é o que torna a participação do setor secundário tão considerável no PIB do município em Luziânia. Na década de 1990, empresas do setor agropecuário, se instalaram no município. A proximidade geográfica com Brasília incentivou a formação de um distrito industrial nas proximidades da sede municipal que atende aos grandes produtores de soja e milho da região, no que diz respeito ao armazenamento, beneficiamento e escoamento para os portos de Tubarão, no Espírito Santo e, Santos, no estado de São Paulo. A produção de grãos, principalmente o trigo, o feijão e a soja, parcialmente industrializada nesse município, aumentou consideravelmente, como demonstra a tabela 11.

⁴⁵ Segundo informações da SEPLAN, op. Citada.

No município de Alexânia, o setor secundário também possui considerável participação no PIB, estimada em 40%. Entretanto, diferentemente de Luziânia, que possui o setor secundário ligado ao setor primário da região, em Alexânia o setor industrial está pautado, essencialmente no ramo de bebidas. A localização do município é estratégica para a comercialização da produção, pois esse fica a 90 quilômetros do Distrito Federal e a 122 de Goiânia.

Em oposição ao setor secundário, o terciário é a essência do uso do território, para fins econômicos, no Distrito Federal e em muitos municípios da região. Brasília é o destaque nesse setor, pois abriga boa parte do serviço público federal, fato que impulsiona outras atividades do setor terciário. Aproximadamente 89% do PIB do Distrito Federal, em 2004, foi oriundo desse setor. A magnitude das atividades de serviços e comércio em Brasília é refletida em todas as localidades do DF e nos municípios mais próximos.

A população do Entorno que trabalha no Distrito Federal, por volta de 36% em dados de 2003⁴⁶, são indutores do comércio de pequena magnitude em vários municípios da região. Valparaíso de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Novo Gama, Águas Lindas de Goiás, Formosa e Planaltina são localidades que apresentam elevadas participações do setor terciário na composição dos seus Produtos Internos Brutos. O comércio e os serviços praticados nesses municípios não são tão especializados. As características desse setor nos municípios do Entorno lembram as colocadas por Santos (1979) a respeito dos circuitos espaciais da economia. Para o autor havia dois circuitos, o inferior e o superior. O circuito inferior da economia era pautado no comércio de base periférico, com pouca infra-estrutura e que atendia à população de baixa renda residente nas periferias das grandes cidades. O setor terciário em vários municípios da RIDE pode ser caracterizado dessa forma. No circuito superior, esse setor é caracterizado pela maior qualidade e variedade de produtos e serviços oferecidos. É possível fazer uma analogia à Brasília e a algumas cidades do DF, principalmente quando a referência são os grandes *shoppings centers*.

⁴⁶ Como afirma Da Silva (2006).

5.4 - Uma região pautada nos diferentes usos territoriais

A região “não garante a homogeneidade, mas, ao contrário, instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende dela” é o que fala Santos (1997, p.46), como já colocamos no referencial teórico. O autor (2002a, p.256) considerava o espaço “como acumulação desigual de tempos”. A essência dessas duas observações é encontrada na região do Distrito Federal e Entorno. Tendo em vista a breve caracterização da região, embasada na ocupação e no uso do território regional, percebe-se que a homogeneidade não é a essência da RIDE. Ao contrário, essa é uma que acumula tempos distintos simultaneamente, pois nela se encontram o moderno e o arcaico. Nela vive o passado, no qual outras atividades econômicas e modos de vida predominavam, e o presente.

Distinguindo os municípios da região do Distrito Federal e Entorno pelas funções exercidas, ou seja, pelas atividades econômicas predominantes na composição do PIB de cada localidade, é possível fazer um desenho da atual configuração do seu território. Os municípios podem ser divididos em quatro grupos para uma melhor caracterização das atividades realizadas por cada um e, assim, conduzir a um melhor entendimento do novo arranjo territorial.

O primeiro grupo é composto pelos municípios que têm as atividades agropecuárias como maior parte da renda da população, são eles: Água Fria de Goiás, Buritis, Cabeceira Grande, Cabeceiras, Cristalina e Mimoso. Outros dois, Unai e Vila Boa, inseridos nesse grupo, oscilam entre a agropecuária e o setor terciário como principal fonte de renda. Todos municípios possuem características similares como: são relativamente distantes do Distrito Federal e têm os maiores PIB *per capita* entre os municípios do Entorno, excluindo Luziânia e Alexânia. O menor PIB *per capita* desse grupo é o de Vila Boa e o maior é de Água Fria de Goiás. Logicamente, esse indicador não significa, necessariamente, desenvolvimento, distribuição igualitária de renda e qualidade de vida. Entretanto, os municípios desse primeiro grupo mostram que os maiores valores não estão próximos de Brasília e estão fortemente ligados à agropecuária.

A maioria desses municípios teve um aumento na produção de gêneros da lavoura temporária, entre 1995 a 2004, principalmente com o milho, o feijão e a soja,

como mostra a tabela 11, em anexo. Apenas Mimoso de Goiás e Vila Boa tiveram quedas, nos últimos dez anos na produção desse tipo de lavoura. Esses municípios, como se percebe na tabela 10, possuíam um número menor de máquinas para agricultura em 1996, se comparados aos demais municípios desse grupo. Esse fato indica que, mesmo com o surgimento de Brasília, algumas localidades do seu entorno, não se inseriram no mercado nacional como outros municípios fizeram. Esses sobrevivem do mercado local e regional de pequena magnitude econômica. O capital produtivo, aparentemente, não fluiu para essas duas localidades.

Contraditoriamente, os municípios desse grupo, com exceção de Água Fria de Goiás, Mimoso e Vila Boa, possuem uma população essencialmente urbana. Outra característica desses municípios é a baixa taxa de crescimento populacional, se comparados a outros municípios da região. Cristalina é o único a se destacar nos últimos seis anos, porém, essas taxas estão a baixo da média da RIDE.

O segundo grupo é formado pelos municípios que possuem a atividade industrial como base do seu PIB e são eminentemente urbanos, a exemplo de Luziânia e Alexânia. O PIB *per capita* dessas localidades figuram entre os mais altos da região, principalmente o de Alexânia, que é o terceiro maior valor na RIDE. Os dois municípios não são distantes do Distrito Federal, e não seguem a lógica dos demais municípios e da própria Capital. Talvez esteja aí a resposta para o sucesso deles na região, pois são localidades que inovaram e atraíram investimentos. Luziânia e Alexânia aproveitaram as suas vantagens, por exemplo, locais e de mão-de-obra, e hoje despontam como alternativa econômica no Entorno. Entretanto, esse “sucesso relativo” se reflete no crescimento populacional, principalmente em Luziânia, que nos últimos seis anos teve um crescimento médio maior que a região.

O terceiro grupo de municípios tem no setor terciário a base econômica predominante em seus territórios. As localidades cujo PIB depende, essencialmente, do comércio e de serviços são: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Formosa, Novo Gama, Planaltina, Santo Antonio do Descoberto e Valparaíso. Outra característica comum é a de possuírem baixíssimos valores de PIB *per capita*. O maior, nesse grupo, pertence à Formosa, mas, não chega a R\$ 4.000,00. Outra característica comum é que todos, uns em maior grau, são essencialmente cidades dormitório. Esses municípios são

fisicamente muito próximos de Brasília, sendo que alguns são conurbados com localidades do Distrito Federal e possuem uma população extremamente urbana. Esses municípios, com exceção de Formosa, tiveram nos últimos seis anos um crescimento populacional acima da média da região. Outra coincidência é que esses municípios são os que mais dependem dos equipamentos urbanos de saúde e educação do Distrito Federal, segundo Queiroz (2006).

O quarto grupo é formado por municípios que possuem maior equilíbrio na composição setorial do PIB, principalmente nos setores primário e terciário. São eles: Abadiânia, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Padre Bernardo e Pirenópolis. São municípios relativamente distantes do Distrito Federal. Todas essas localidades possuem valores de PIB *per capita* maiores em relação às localidades do terceiro grupo, excluindo Formosa. Nesse grupo, o único município que teve uma taxa de crescimento populacional que diverge do restante do grupo foi Cocalzinho de Goiás, cuja taxa foi maior que a média da região, e também é o único no grupo que possui uma população rural maior do que a urbana.

Todas essas características mostram que a atual região não é pautada nas igualdades, mas sim nas diferenças. As localidades exercem funções que estão ligadas, em maior ou menor grau, à economia do DF. Isso fica evidente se observarmos o tipo de atividade desenvolvida e os tipos de produtos comercializado por cada local ou grupo de localidades. Os municípios tipicamente agropecuaristas dependem do Distrito Federal para compra e escoamento da produção para outras regiões do país. Antes de Brasília, o escoamento da produção regional não era realizado de forma rápida, mas foi facilitado quando Brasília se tornou entroncamento rodoviário da região. Os municípios do segundo grupo estão diretamente ligados à Brasília, pois o tipo de indústria que essas localidades abrigam são essenciais para o abastecimento regional. O terceiro talvez seja o grupo que mais depende de Brasília, pois o comércio e os serviços disponíveis nessas localidades são tipicamente periféricos, com pouco dinamismo e não emprega elevados contingentes populacionais. Para a população dessas localidades, Brasília tornou-se o local de satisfazer todas as suas necessidades específicas não atendidas nos municípios de origem, como as de educação, saúde, emprego e lazer. Aparentemente, os municípios do quarto grupo são realmente os que possuem, juntamente com algumas localidades do primeiro grupo, as menores relações com o Distrito Federal, embora a população de

Brasília forneça parte considerável dos turistas que visitam Pirenópolis e Corumbá de Goiás durante o ano. Os outros utilizam a diversidade comercial e serviços de Brasília, visando à compra de insumos para a produção.

Assim, a presente configuração do território da região do Distrito Federal e Entorno deve ser concebida pelos arranjos produtivos de cada localidade construídos historicamente. A sua configuração territorial é, necessariamente, contraditória, porém, reúne, sob a influência de Brasília, várias configurações específicas, que são resultados do processo históricos de formação, ocupação, fragmentação e reocupação da antiga região do Planalto Central.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar o processo histórico de formação e ocupação do território da atual região do Distrito Federal e Entorno. O marco inicial desse processo ocorreu com a formação e ocupação do Planalto Central – verdadeira região “mãe” da RIDE – por meio da mineração do ouro no século XVIII. Entretanto, essa deixou de exercer essa atividade econômica como sua função básica no século XIX, fato que provocou mudanças em toda Capitania de Goiás e nas suas localidades, inclusive nos seus municípios-gênese. Essas localidades somente teriam novo ânimo econômico no século XX, com a política de expansão e interiorização da fronteira econômica. Um dos símbolos dessa política foi a construção da Nova Capital, a cidade de Brasília, causando novas transformações na ocupação e uso territorial da região.

A partir da análise do processo histórico de formação territorial da região - que nesta pesquisa foi focalizado em três localidades do Planalto Central e da região do Distrito Federal e Entorno: Pirenópolis, Luziânia e Formosa -, procuramos responder a pergunta que norteou todo o processo de elaboração deste trabalho: em que medida o processo de formação histórica do Planalto Central ajuda a explicar a atual configuração territorial da região do Distrito Federal e Entorno?

A resposta que parecia óbvia e de fácil análise mostrou-se, ao longo da pesquisa, bem mais complexa do que o esperado. Algumas localidades que compõem a RIDE são municípios históricos. A história dessas localidades se confunde com a própria história da sua região “mãe”, ou seja, o Planalto Central. Os municípios-gênese passaram pelos três grandes ciclos socioeconômicos e cada um assimilou as funções atribuídas pela divisão territorial do trabalho de cada etapa histórica. A absorção dessas funções é um dos principais elementos definidores das características sociais, econômicas, culturais e ambientais de cada localidade em determinado período e das próprias delimitações regionais. Portanto, as funções também servem para explicar como um grupo de localidades se organiza espacialmente na atualidade.

A geografia histórica dos municípios-gênese demonstra que, a cada inserção em um ciclo econômico, essas localidades modificaram as suas funções e recompuseram-se

em um novo ciclo, algumas se adequaram instantaneamente e outras de uma forma mais lenta. Essa é a tônica para a diferença inter e intra-regional, ou seja, a forma como uma localidade assimila as funções em cada período. A configuração territorial da atualidade é o resultado momentâneo dessa assimilação diferenciada na região.

Esse é o caso de Formosa que, no século XIX, adaptou-se bem ao ciclo agropecuário que substituiu a mineração, o que não ocorreu com outras localidades. Naquele século, a partir das novas funções adquiridas pelo território de Goiás, houve uma diferenciação entre as regiões, causando a sua separação entre norte e sul. Naquele período, os municípios-gênese se enquadraram em duas lógicas econômicas, quais sejam a formação de grandes complexos agrícolas ligadas ao sul de Goiás, existentes até hoje nos municípios de Luziânia e um dos seus territórios desmembrados, Cristalina; e na prática da pecuária extensiva, comum nos municípios do norte de Goiás, como Formosa e seus territórios posteriormente desmembrados.

Dessa maneira, analisando o uso histórico do território da região do Distrito Federal e Entorno, percebe-se que as localidades que se desmembraram de Pirenópolis e Luziânia, com poucas exceções, ou inseriram-se na economia de Goiás e no mercado nacional, ou se atrelaram ao setor terciário do Distrito Federal. Por outro lado, os municípios que ficam ao norte do DF e foram desmembrados de Formosa, incluindo Padre Bernardo e Mimoso de Goiás, que originariamente são desdobramentos municipais de Luziânia, são exemplos atuais da manifestação do passado no território. Isso pode ser afirmado porque até o final do século passado eles não tinham se inserido por completo na economia regional e nacional, mostrando como era a região em outros tempos.

Isso reforça a importância da compreensão dos ciclos econômicos e a forma como os municípios se inseriram neles historicamente. Cada mudança do período que abrange cada ciclo representa a ruptura, parcial ou plena, com os usos territoriais anteriores e também a adaptação a uma nova divisão territorial do trabalho. Assim, uma primeira conclusão é que, em cada período marcado por um ciclo econômico, tem se uma configuração, em que o presente arranjo territorial somente é possível pelos movimentos da totalidade. Esta análise é corroborada pela afirmação de Santos (2002b, p.62) de que “(...) a configuração territorial é dada pelas obras dos homens (...) que é

cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada”. A configuração territorial da RIDE é a sua materialidade construída ao longo dos séculos.

Resquícios de objetos técnicos do passado são encontrados na configuração da região de estudo, porém não é somente isso que comprova a relação entre a formação histórica e o atual arranjo espacial. A presente configuração regional contém elementos, ou seja, sistemas de objetos e ações de outrora, materializados no território. Dessa maneira, respondemos à questão colocada na introdução afirmando que a análise do processo de formação histórica e territorial do Planalto Central é imprescindível para a compreensão da atual configuração territorial da RIDE. A formação histórica dessa região mostrou que ela é o resultado do processo de alternância de usos territoriais, na qual elementos do passado continuam materializados no espaço, como se nota nos municípios de Água Fria de Goiás, Cocalzinho e Mimoso, por exemplo, que são essencialmente rurais no que tange a ocupação e o uso dos seus territórios, diferentemente de todos os outros. Portanto, a história dos últimos cinquenta anos, desde a inserção de Brasília na região, não responde, sozinha, pelo atual arranjo territorial da RIDE.

As cidades de Goiânia e Brasília tiveram, pelo poder de atração populacional e pelo uso dado ao território de suas adjacências, importante papel no rearranjo regional em Goiás e na formação de regiões que sofrem sua influência mais diretamente. São localidades que também proporcionaram, a partir da infra-estrutura criada para atender às suas demandas, mais agilidade ao escoamento de produtos para o Sudeste e, ao mesmo tempo, promoveu a ligação com o restante do país. Como resultado, muitos municípios de Goiás que estavam fora do eixo de produção nacional, em meados do século XX, começaram a se atrelar às novas possibilidades de inserção no eixo econômico do estado e do país como um todo.

Isso significa que Brasília foi um elemento fundamental para a reunificação, ainda que parcial, das localidades do Planalto Central que estavam dispersas entre o norte e o sul de Goiás. Logicamente, essa unificação não ocorreu como no passado, pautada em uma única função. A inserção de Brasília na região gerou uma ruptura parcial com o antigo modo de produção adotado e, a partir dessa cisão, uma nova região

começou a surgir pautada, em parte, no elo com a Capital do país e, em parte, em um passado comum. Entretanto, a configuração territorial existente em meados do século XX resultou da manutenção da sua base histórica acrescida dos objetos e ações que vieram juntos com a Nova Capital. É por essa razão que, na atualidade, a economia de algumas localidades da RIDE não se mantém presa somente ao setor primário, como ocorria antes de Brasília. A Capital surgiu no Planalto Central para, entre outros aspectos, ser uma cidade terciária. Aproveitando-se disso, municípios que tinham no setor primário a sua base socioeconômica, como é o caso de Luziânia e seus municípios desmembrados, quebraram os laços com as características tradicionais da região, verificadas antes da construção da Capital e baseiam a gestão dos seus territórios nas demandas econômicas e sociais de Brasília e de suas localidades. O resultado disso é uma forte relação com o setor terciário do Distrito Federal e uma configuração territorial em criação para atender às necessidades atuais da região e principalmente do DF.

Acreditamos que a configuração territorial da RIDE não é produto somente do presente ou do passado próximo. É resultado de um processo de ocupação, unificação, fragmentação e reunificação regional. Não podemos partir das características heterogêneas da região do Distrito Federal e Entorno na atualidade para entendê-la, visto que essa configuração é um acúmulo histórico que se refaz constantemente, segundo as lógicas de produção e distribuição de funções no território em cada período. Dessa maneira, consideramos que o objetivo geral dessa pesquisa foi alcançado.

Em relação à RIDE, notamos claramente que ela se baseia em uma configuração territorial originada de várias funções. A agropecuária, a indústria e o setor terciário segregaram grupos distintos de localidades na região. São, no mínimo, quatro configurações sub-regionais dentro da RIDE, como foi mostrado no capítulo anterior, pautadas no uso do seu território: para fins de ocupação, urbana ou rural; e para fins econômicos, analisado pelos setores da economia.

A RIDE é uma região que possui uma configuração territorial – que é uma produção histórica – e funções intrínsecas às inter-relações que ela possui com o DF. Assim, as funções atribuídas à região, na atualidade, estão atreladas, essencialmente, às demandas econômicas e sociais de Brasília. Isso ocorre no abastecimento de mercados

com produtos agropecuários, no comércio, no turismo, entre outros. As localidades do Distrito Federal, por sua vez, tornam-se alvos, principalmente, das necessidades sociais da população da região, como no uso de equipamentos sociais coletivos.

Mesmo não tendo sido enfatizado nesta pesquisa, é inegável a importância do patrimônio imaterial da região, construído historicamente. Os saberes, as danças, as celebrações, as formas de expressão, a culinária, entre outros, possuem características próprias na região e são elementos históricos de manifestação cultural vivos nas localidades do Entorno. A obra organizada por Melo e Silveira (2005) mostra isso. Não são apenas os usos do território de outros tempos que se materializou nas localidades da RIDE. As manifestações culturais também mostram que o passado convive com o presente.

O Distrito Federal e Entorno, como região, possui essas características mencionadas nos últimos parágrafos. Porém, a RIDE – como um ente administrativo da União - não tem cumprido de forma satisfatória as suas funções. A região na maior parte de sua configuração territorial, apresenta peculiaridades metropolitanas, como evidencia Paviani (2002), assim como outras várias capitais pelo país. Entretanto, essa região não possui, concretamente, um ente administrativo que tenha por finalidade gerir o seu território como um todo. A RIDE, ente administrativo, deve ser repensada para que se possa redefinir precisamente quais seriam as suas funções.

Não é objetivo nosso, mas acreditamos que a RIDE, como uma região, tenha que ser repensada, em relação ao seu desenho. Para que se possa redefinir uma delimitação territorial da região há a necessidade de um estudo detalhado que poderemos realizar no futuro, incluindo análises do fluxo de capital na região e da relação de dependência socioeconômica entre as localidades do Entorno e o Distrito Federal e isso poderá resultar em uma ampliação ou redução dos seus limites. Para tanto, é necessário considerar que Brasília e o seu Entorno formam um complexo metropolitano e não um conjunto de localidades sem nenhuma ligação. Há, também, a necessidade de repensar o arranjo administrativo da região. Talvez o estudo sobre um modelo de gestão e planejamento, que ressalte políticas públicas, considerando a região um produto histórico em construção e que possui usos territoriais heterogêneos, ajude a sociedade no debate de um arranjo mais adequado à região. Portanto, antes de qualquer coisa,

acreditamos que o fator “elo histórico” deve ser contemplado em qualquer regionalização de um Entorno para Brasília, tendo em vista as ações históricas realizadas no território regional, nos ciclos econômicos a que essas localidades estiveram atreladas e os aspectos culturais que são patrimônio imaterial da região, como mencionado anteriormente. Dessa maneira, atingimos um dos nossos objetivos específicos que era contribuir para a discussão da validade da RIDE como região.

Por fim, a alegação de que Brasília surgiu de um verdadeiro vazio não procede, como mostramos ao longo da pesquisa. A região que abrigou a Capital do país tinha baixos índices demográficos em meados do século XX e pouca relevância no mercado nacional daquele período, entretanto, a sua história é riquíssima e importante para a compreensão do que é hoje o Distrito Federal e o seu entorno. Brasília não surgiu em um vazio, mas sim em uma região que durante mais de um século foi esquecida como parte do país.

7 - REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ARRAIS, T.P.A. Goiás: Novas regiões, ou novas formas de olhar velhas regiões. *In*: ALMEIDA, M.G. (org.). **Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade**. Goiânia: UFG, 2002.

BALBIM, R.N. “Região, território, espaço: funcionalizações e interfaces”. *In*: CARLOS, A.F.A (org.). **Ensaio de Geografia Contemporânea**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BARREIRA, C.C.M.A. **Vão do Paraná: a reestruturação de uma região**. Brasília: Ministério da Integração/UFG, 2002.

BERTRAN, P. **História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal – Do indígena ao colonizador**. Brasília: Editora Verano, 2000.

_____. **Formação Econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.

CARVALHO, A. **Pirenópolis: coletânea 1727-2000. História, Turismo e Curiosidades**. Pirenópolis: Kelps, 2003.

CHAUVET, G. **Brasília e Formosa 4.500 anos de História**. Goiânia: Kelps, 2005.

COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN. **O relatório técnico sobre a nova capital da república – Relatório Belcher**. Brasília: CODEPLAN, 1984.

CORRÊA, R.L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

_____. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. “Espaço, um conceito-chave da geografia”. *In*: Iná Elias de Castro *et alli* (orgs), **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

DA SILVA, A. M. “Reflexões Sobre o Entorno do DF”. *In*: MULHOLLAND, T. e FARIA, D. (org.), **DF em Questão: A Universidade e as Eleições 2006 no DF**. Brasília: Editora de UnB, 2006.

FARRET, R. L. “O Estado, a questão territorial e as bases da implantação de Brasília”. *In*: PAVIANI, A. (org). **Brasília, Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão**. São Paulo: Projeto editores, 1985.

FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2005.

FUNES, E.A. **Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária**. Goiânia: Editora da UFG, 1986.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1998.

GOMES, P.C.C. “O conceito de região e sua discussão”. In: Iná Elias de Castro *et alli* (orgs), **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Brasília: IBGE, 1958.

_____. **Produção Agrícola Municipal: culturas temporárias e permanentes - 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, v.31, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2004/pam2004.pdf>>. Acesso em: dois de abril de 2007.

_____. **Produção Pecuária Municipal – 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, v.32,2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm/2004/ppm2004.pdf>>. Acesso em: dois de abril de 2007.

_____. **Estimativas Para População - 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2006/estimativa.shtm>>. Acesso em: dois de abril de 2007.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios – 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, n.º.18, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004/pibmunic2004.pdf>>. Acesso em: dois de abril de 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano: instrumentos de planejamento e gestão urbana: Brasília e Rio de Janeiro**. Brasília: IPEA, v.3, 2001.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

LUCARELLI, H. Z.; INNOCENCIO, N. R. e FRIEDRICH, O. M. B. L. “Impactos da construção de Brasília na organização do espaço”. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 51, n. 2, abr./jun. 1989, p. 99-138.

MELO, T.N; SILVEIRA, A. (Orgs.) **Entorno que transborda – Patrimônio Imaterial da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE**. Brasília: Petrobras, 2005.

MEIRELES, J. D. “Do Arraial de Santa Luzia à Luziânia de Hoje”. In: **História do Planalto – Coletânea**. Luziânia: Academia de Letras & Artes do Planalto, 1996;

MORAES, A.R.C. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **As bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2000.

_____. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Ed. Hucitec & Annablume, 2002.

NOVACK, G. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade**. s/l. Rabisco Criação e Propaganda Ltda. 1988.

OBSERVATÓRIO GEOGRÁFICO DE GOIÁS. Capitania de Goyas (1809) - divisão em julgados. Mapa 1. Disponível em: < <http://www.observatoriogeogoiias.com.br>>. Acesso em dez de março de 2007.

PALACÍN, L. & MORAES, M.A.S. **História de Goiás**. Goiânia: Editora da UCG, 2001.

PAVIANI, A. “Brasília no contexto local e regional: urbanização e crise”. *In: Revista Território*. Rio de Janeiro: Laget/UFRJ, (2002/2004). Números: 11, 12 e 13.

PENHA, E. A. “Território e Territorialidade: Considerações histórico-conceituais”. *In: Revista brasileira de geografia*. volume 59 nº. 1. Rio de Janeiro: IBGE, Janeiro-Junho de 2005.

QUEIROZ, E. P. “A migração intrametropolitana no Distrito Federal e Entorno: o conseqüente fluxo pendular e o uso dos equipamentos urbanos de saúde e educação”. *In: Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu – MG, ABEP, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REDE BRASIL. **Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil – 1891**. Disponível em <<http://www.redebrasil.inf.br/Ocf/CF-1891.html>>. Acesso em 27/02/2007.

REZENDE E SILVA, S.C.S. **Criação e Consolidação da Capitania de Goiás no Universo Colonial: o governo do Conde dos Arcos, 1748-1755**. Brasília, Universidade de Brasília, 2002. (Dissertação de Mestrado).

ROHMANN, C. **O Livro das Idéias**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2002b.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo: Edusp, 2002a.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCHIMIDT, B. V. “Brasília como centro político”. *In*: PAVIANI, A. (org). **Brasília, Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão**. São Paulo: Projeto editores, 1985.

SENADO FEDERAL. **Relatório Cruls: (relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil)/ Luiz Cruls**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO-SEPLAN/GO. **Produção e Trabalho**. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/mostracaderno.asp?cade_cd_caderno=221¬i_cd_noticia=5>. Acesso em 25 de abril de 2007.

SILVA, N. O. **Garimpeiro eventual e a territorialização do garimpo na bacia do rio vermelho**. Brasília: Universidade de Brasília, 2000. (Dissertação de Mestrado).

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas – A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, M.L. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. *In*: CASTRO, I, E. *et alli* (orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

STEINBERGER, M. “Formação do aglomerado urbano de Brasília no contexto nacional e regional”. *In*: PAVIANI, A. (Org.). **Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

STEINBERGER, M. “Zoneamento Ecológico econômico: instrumentogeoestratégico” *In*: PAVIANI, A & GOUVÊA, L. A. C. (orgs). **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros**. Brasília: OEI, 2007. Disponível em: <http://www.oei.org.br/news_fevereiro0107.php>. Acesso em dois de maio de 2007.

ANEXOS

TABELA 11 - PRODUÇÃO E VARIAÇÃO DE LAVOURA TEMPORÁRIA - RIDE

Município	Lavoura temporária	Ano			Variação entre 1995/2004 (%)
		1995	2000	2004	
		Quantidade produzida (Tonelada)			
Buritis - MG	Arroz (em casca)	2.640	2.220	1.920	-27
	Batata - inglesa	4.250	-	13.500	218
	Cana-de-açúcar	12.500	400	1.000	-92
	Feijão (em grão)	4.123	8.060	9.300	126
	Milho (em grão)	37.784	101.400	103.350	174
	Soja (em grão)	72.740	60.000	121.500	67
	Trigo (em grão)	0	-	1.458	0
Cabeceira Grande - MG	Arroz (em casca)	-	120	240	0
	Batata - inglesa	-	-	-	0
	Cana-de-açúcar	-	-	-	0
	Feijão (em grão)	-	10.140	9.180	0
	Milho (em grão)	-	20.700	32.400	0
	Soja (em grão)	-	6.000	13.500	0
	Trigo (em grão)	-	-	1.890	0
Unai - MG	Arroz (em casca)	9.420	1.800	1.200	-87
	Batata - inglesa	3.040	-	3.600	18
	Cana-de-açúcar	22.638	2.000	2.500	-89
	Feijão (em grão)	33.267	75.500	66.600	100
	Milho (em grão)	171.746	184.200	292.800	70
	Soja (em grão)	51.468	90.000	201.000	291
	Trigo (em grão)	546	10.800	21.450	3829
Abadiânia - GO	Arroz (em casca)	1.760	1.200	520	-70
	Batata - inglesa	-	-	-	0
	Cana-de-açúcar	170	300	320	88
	Feijão (em grão)	70	75	-	0
	Milho (em grão)	3.710	5.000	5.400	46
	Soja (em grão)	3.040	2.200	15.600	413
	Trigo (em grão)	-	-	-	0
Água Fria de Goiás - GO	Arroz (em casca)	1.000	60	1.020	2
	Batata - inglesa	-	-	-	0
	Cana-de-açúcar	1.500	2.400	720	-52
	Feijão (em grão)	1.070	2.760	18.490	1628
	Milho (em grão)	5.200	36.680	46.500	794
	Soja (em grão)	15.000	15.360	42.282	182
	Trigo (em grão)	360	-	4.050	1025
Alexânia - GO	Arroz (em casca)	720	80	75	-90
	Batata - inglesa	-	-	-	0
	Cana-de-açúcar	7.500	7.500	8.000	7
	Feijão (em grão)	288	880	280	-3
	Milho (em grão)	7.200	6.480	6.290	-13
	Soja (em grão)	1.800	720	6.500	261
	Trigo (em grão)	-	-	-	0
Cabeceiras - GO	Arroz (em casca)	340	450	900	165
	Batata - inglesa	-	-	-	0
	Cana-de-açúcar	1.200	3.600	1.050	-13
	Feijão (em grão)	1.390	3.180	6.300	353
	Milho (em grão)	34.600	55.080	57.450	66
	Soja (em grão)	18.680	29.700	77.760	316
	Trigo (em grão)	-	-	2.655	0
Cidade Ocidental - GO	Arroz (em casca)	153	30	120	-22
	Batata - inglesa	-	-	-	0
	Cana-de-açúcar	175	2.640	1.200	586
	Feijão (em grão)	174	280	202	16
	Milho (em grão)	1.500	2.520	6.900	360
	Soja (em grão)	-	-	5.500	0
	Trigo (em grão)	-	-	317	0
Cocalzinho de Goiás - GO	Arroz (em casca)	2.160	1.920	420	-81
	Batata - inglesa	-	-	-	0
	Cana-de-açúcar	-	-	1.600	0
	Feijão (em grão)	375	180	-	0
	Milho (em grão)	4.400	4.500	4.030	-8
	Soja (em grão)	2.700	7.500	12.000	344
	Trigo (em grão)	-	-	-	0

Cristalina - GO	Arroz (em casca)	2.872	2.682	3.960	38
	Batata - inglesa	-	25.000	73.350	0
	Cana-de-açúcar	3.600	21.600	14.400	300
	Feijão (em grão)	7.260	64.680	47.100	549
	Milho (em grão)	120.000	223.800	153.600	28
	Soja (em grão)	54.000	121.500	210.000	289
	Trigo (em grão)	-	252	38.400	0
Formosa - GO	Arroz (em casca)	2.760	1.770	10.080	265
	Batata - inglesa	-	-	-	0
	Cana-de-açúcar	4.500	12.000	6.000	33
	Feijão (em grão)	925	4.200	3.000	224
	Milho (em grão)	10.860	21.240	25.200	132
	Soja (em grão)	6.000	13.536	17.280	188
	Trigo (em grão)	-	-	480	0
Luziânia - GO	Arroz (em casca)	2.420	900	1.400	-42
	Batata - inglesa	-	-	-	0
	Cana-de-açúcar	30.000	12.000	12.900	-57
	Feijão (em grão)	8.700	31.500	22.500	159
	Milho (em grão)	96.600	140.000	93.900	-3
	Soja (em grão)	45.000	99.000	107.500	139
	Trigo (em grão)	432	-	9.600	2122
Mimoso de Goiás - GO	Arroz (em casca)	600	90	360	-40
	Batata - inglesa	-	-	-	0
	Cana-de-açúcar	1.750	5.100	2.100	20
	Feijão (em grão)	119	-	35	-71
	Milho (em grão)	4.500	2.880	9.000	100
	Soja (em grão)	-	-	8.750	0
	Trigo (em grão)	-	-	-	0
Novo Gama - GO	Arroz (em casca)	-	4	24	0
	Batata - inglesa	-	-	-	0
	Cana-de-açúcar	-	900	400	0
	Feijão (em grão)	-	7	-	0
	Milho (em grão)	-	360	420	0
	Soja (em grão)	-	-	-	0
	Trigo (em grão)	-	-	-	0
Padre Bernardo - GO	Arroz (em casca)	1.440	990	2.400	67
	Batata - inglesa	210	-	-	0
	Cana-de-açúcar	6.000	12.800	2.400	-60
	Feijão (em grão)	173	-	21	-88
	Milho (em grão)	8.400	7.740	30.000	257
	Soja (em grão)	5.600	3.068	22.500	302
	Trigo (em grão)	-	-	-	0
Pirenópolis - GO	Arroz (em casca)	4.410	540	450	-90
	Batata - inglesa	-	-	-	0
	Cana-de-açúcar	170.000	-	-	0
	Feijão (em grão)	37	-	-	0
	Milho (em grão)	17.100	7.800	9.600	-44
	Soja (em grão)	11.000	270	2.860	-74
	Trigo (em grão)	-	-	-	0
Planaltina - GO	Arroz (em casca)	190	66	375	97
	Batata - inglesa	-	-	-	0
	Cana-de-açúcar	2.240	5.400	1.080	-52
	Feijão (em grão)	560	132	900	61
	Milho (em grão)	10.640	14.580	15.400	45
	Soja (em grão)	8.400	13.520	17.500	108
	Trigo (em grão)	-	-	-	0
Santo Antônio do Descoberto - GO	Arroz (em casca)	810	6	240	-70
	Batata - inglesa	-	-	-	0
	Cana-de-açúcar	1.000	1.200	500	-50
	Feijão (em grão)	28	24	32	14
	Milho (em grão)	2.775	600	8.400	203
	Soja (em grão)	864	-	750	-13
	Trigo (em grão)	-	-	-	0

Valparaíso de Goiás - GO	Arroz (em casca)	-	148	3	0
	Batata - inglesa	-	-	-	0
	Cana-de-açúcar	-	-	-	0
	Feijão (em grão)	-	-	-	0
	Milho (em grão)	-	315	7	0
	Soja (em grão)	-	-	-	0
	Trigo (em grão)	-	-	-	0
Vila Boa - GO	Arroz (em casca)	1.930	120	253	-87
	Batata - inglesa	-	-	-	0
	Cana-de-açúcar	900	900	360	-60
	Feijão (em grão)	50	45	15	-70
	Milho (em grão)	1.980	1.950	2.240	13
	Soja (em grão)	-	-	-	0
	Trigo (em grão)	-	-	-	0
Brasília - DF	Arroz (em casca)	1.704	2.169	198	-88
	Batata - inglesa	17.479	12.207	650	-96
	Cana-de-açúcar	18.866	10.804	21.436	14
	Feijão (em grão)	9.338	32.039	18.346	96
	Milho (em grão)	97.466	138.725	187.564	92
	Soja (em grão)	86.212	92.921	134.523	56
	Trigo (em grão)	3.894	2.418	10.984	182

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Nota: Os municípios sem informação para pelo menos um produto da lavoura temporária não aparecem na lista.